

BRASÍLIA

2017

Anais

**08, 09 e 10
de novembro**

ParlaMundi da LBV
SGAS 915 Sul



Simpósio Nacional em Socioeducação

Inscrições

eventos.ceag.unb.br/sns



socioeducacaodf@gmail.com



[@simposionacionalsocioeducacao](https://www.facebook.com/simposionacionalsocioeducacao)

A escolarização e o atendimento socioeducativo em perspectiva

Realização



Secretaria de
Políticas para Crianças,
Adolescentes e Juventude



Apoio



Cynthia Bisinoto
Dayane Silva Rodrigues
Márcia Maria Pereira Santos
(Organizadoras)

ANAIS

SIMPÓSIO NACIONAL EM SOCIOEDUCAÇÃO:
a escolarização e o atendimento socioeducativo em perspectiva

08,09 e 10 de novembro de 2017
ParlaMundi da LBV
Brasília - DF

Brasília, março de 2018.
Faculdade UnB Planaltina - Universidade de Brasília

FICHA TÉCNICA

Título

Anais do Simpósio Nacional em Socioeducação: a escolarização e o atendimento socioeducativo em perspectiva

Organizadoras

Cynthia Bisinoto

Dayane Silva Rodrigues

Márcia Maria Pereira Santos

Edição

Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília

Realização

Grupo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Humano e Socioeducação (GEPDHS/UnB)

Universidade de Brasília (UnB)

Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal (CDCA/DF)

Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP/DF)

Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal (SECriança)

Apoio

Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ministério dos Direitos Humanos

Escola Nacional de Socioeducação e CEAG/UnB

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF)

Informações adicionais

<http://eventos.ceag.unb.br/sns/>

socioeducacaodf@gmail.com

S612 Simpósio Nacional em Socioeducação (1. : 2017 : Brasília).

I SNS: a escolarização e o atendimento socioeducativo em perspectiva / Cynthia Bisinoto, Dayane Silva Rodrigues, Márcia Maria Pereira Santos, organização. - Brasília : Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, 2018.

136 p.

ISBN 978-85-92912-04-8

1. Educação – Congressos - Brasília (DF). 2. Escolarização - Congressos – Brasília (DF). I. Bisinoto, Cynthia (org.). II. Rodrigues, Dayane Silva (org.). III. Santos, Márcia Maria Pereira (org.). IV. Título: Anais do I Simpósio Nacional em Socioeducação.

CDU 370

EQUIPE ORGANIZADORA DO SIMPÓSIO NACIONAL EM SOCIOEDUCAÇÃO

Coordenadora Geral

Profª Drª Cynthia Bisinoto (Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília)

Comissão Organizadora

Coordenadora: Ana Clara Manhães Mendes (Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal)

Ana Paula da Silva Ávila (Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal)

Carolina Yoshii Galli (Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal)

Daniela Gomes do Nascimento (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal)

Gustavo Galli Amorim (Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal)

Juliana Arraes (Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal e Universidade de São Paulo)

Juliana Caixeta (Universidade de Brasília)

Lígia Carvalho Libâneo (Universidade de Brasília)

Lívia Silva de Souza (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal)

Luara Presotti Guimarães Carvalho (Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal)

Luciana Maria Damasceno (Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal)

Márcia Maria P. Santos (Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal)

Patrícia Braz Finageiv (Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal)

Pollyana Moreira de Assis (Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal)

Roberta Albuquerque Ferreira (Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal)

Comissão Técnico-Científica

Coordenadora: Dayane Silva Rodrigues (Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal)

Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Ilana Lemos de Paiva (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Judith Zuquim (Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares – CEAM/UnB)

Leonardo Rodrigues de Oliveira Ortegá (Universidade de Brasília)

Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira (Universidade de Brasília)

Natália de Souza Duarte (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal)

Tatiana Yokoy de Souza (Universidade de Brasília)

Vitor Barros Rêgo (Conselho Regional de Psicologia 1ª Região/DF)

Monitores

Adrielle Meireles Melo (Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília)

Daniele de Souza Rodrigues (Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília)

Erick Lucas Castro Germano (Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília)

Geovanna Cruz de Melo (Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília)

Karen Cristina Afonso da Silva (Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília)

Karen Evelyn Soares da Silva (Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília)

Letícia Alves Xavier da Silva (Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília)

Maria Clara da Silva Brito (Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília)

Maria Tainara Ribeiro Lima (Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília)

Reges Matheus Ferreira Sabino (Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília)

Silvia Ferreira dos Reis (Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília)

Thalita Oliveira Penha (Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília)

Thiago dos Santos Rodrigues (Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília)

APRESENTAÇÃO

Partilhando a compreensão de que a responsabilização do adolescente a quem foi atribuída autoria de ato infracional não se encerra com a sanção judicial, mas deve ser alcançada no decorrer das intervenções socioeducativas e ao longo do processo de conscientização e de desenvolvimento do adolescente, temos o prazer de apresentar os Anais com resumos dos trabalhos apresentados e debatidos durante o I Simpósio Nacional em Socioeducação, realizado em Brasília-DF em novembro de 2017.

Dois grandes temas relacionados à socioeducação integram os trabalhos reunidos nestes Anais que ora apresentamos. Por um lado, aqueles voltados ao atendimento socioeducativo oferecido aos adolescentes em cumprimento de medida, incluindo as metodologias e experiências de intervenção com adolescentes, o trabalho intersetorial e em equipes interdisciplinares, o plano individual de atendimento, as atividades coletivas e em grupo, a avaliação e elaboração de relatórios.

Por outro lado, temos um conjunto de trabalhos centrados no processo de escolarização dos adolescentes e na prática pedagógica, incluindo algumas iniciativas educativas diferenciadas, a organização do trabalho docente, a implementação de diretrizes pedagógicas específicas à realidade socioeducativa, o sucesso escolar e o acompanhamento da escolarização em meio aberto.

Contamos também com trabalhos que abordam temas transversais ao atendimento e à prática pedagógica como raça, gênero e sexualidades, a formação continuada dos profissionais que atuam na socioeducação, as concepções de desenvolvimento humano, a criminalização da juventude pobre, a questão das drogas, a saúde mental dos profissionais socioeducativos, entre outros. Em conjunto, esses trabalhos retratam as múltiplas faces da atuação, pesquisa e experiência profissional que estão em curso no país no âmbito da Socioeducação.

É, então, com muita satisfação e entusiasmo que o Grupo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Humano e Socioeducação (GEPDHS) da Universidade de Brasília apresenta os anais que compilam uma série de trabalhos que foram debatidos no I Simpósio Nacional em Socioeducação.

As Organizadoras.
Brasília, março de 2018.

SOBRE O SIMPÓSIO NACIONAL EM SOCIOEDUCAÇÃO

Idealizado e organizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Humano e Socioeducação (GEPDHS) da Universidade de Brasília, o Simpósio Nacional em Socioeducação refletiu a caminhada que o Grupo vem fazendo há alguns anos. Essa caminhada teve início há aproximadamente seis anos atrás, quando a Faculdade UnB Planaltina (FUP) e a Unidade de Internação de adolescentes também da cidade de Planaltina iniciaram algumas parcerias por meio de atividades de extensão. Naquela época, professores da universidade e um grupo de estudantes de licenciatura iniciaram ações com a escola, com os professores e com profissionais da Unidade de Internação de Planaltina (UIP). A partir desse projeto que era inicialmente direcionado para a construção do Projeto Político Pedagógico da escola, outras articulações muito frutíferas foram se estabelecendo de modo que a parceria, inicialmente circunscrita ao território de Planaltina, se ampliou.

Uma importante ação decorrente dessa ampliação foi, por exemplo, a realização do primeiro Curso de Aperfeiçoamento em Docência na Socioeducação, direcionado a professores da educação básica de todo o país que atuam com jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, realizado em 2014, em parceria com o Ministério da Educação (MEC). No âmbito do Distrito Federal, formalizamos no ano de 2016 com a Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventudes um Acordo de Cooperação Técnica para o desenvolvimento de atividades de estudo, formação continuada e pesquisa-intervenção envolvendo os profissionais que atuam nas medidas de meio aberto e fechado. Foi deste acordo e, portanto, em estreita sintonia entre os objetivos de formação, preparação profissional e de pesquisa que surgiu a proposta de realizar um evento científico e profissional na área socioeducativa. É claro que a proposta inicial era modesta e limitava-se apenas ao DF, contudo, os apoios e incentivos recebidos nos impulsionaram para um evento de abrangência nacional.

Consoante aos objetivos que orientaram a construção do Simpósio Nacional em Socioeducação, os trabalhos apresentados e debatidos concentraram-se em torno de duas dimensões: a escolarização dos adolescentes e o atendimento socioeducativo. Tanto os trabalhos convidados como aqueles avaliados e selecionados pela Comissão Técnico-Científica reiteraram o compromisso com a efetivação do direito à educação escolar e com a prevalência do caráter pedagógico que deve orientar os programas socioeducativos. Além disso, por ser um evento de natureza científica e profissional, os debates exploraram temáticas transversais ao campo da investigação científica e ao campo da atuação profissional.

Após realizado o primeiro Simpósio Nacional em Socioeducação podemos dizer que ele se configurou como um marco histórico na construção de uma comunidade de aprendizagem que partilha o compromisso com a efetivação do direito à educação escolar de qualidade por parte dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e também o compromisso com a permanente promoção do atendimento socioeducativo numa perspectiva eminentemente intersetorial e interdisciplinar. Alguns aspectos ilustram porque podemos dizer que é um marco:

Primeiro, porque em um prazo de apenas 22 dias recebemos submissões de 69 trabalhos, os quais somados àqueles propostos pela comissão organizadora e científica totalizaram 135 trabalhos apresentados e debatidos em três dias de atividades. Segundo, porque em 13 dias foram recebidas 500 solicitações de inscrição, além de tantas outras solicitações recebidas até o dia de abertura do evento. Terceiro, porque tanto os trabalhos quanto as inscrições de participantes foram de todo o país, de modo que tivemos a participação de 24 estados da federação e do DF. Quarto, porque as inscrições para participação nas oficinas e minicursos, as quais eram atividades complementares, encerraram-se em menos de três dias, evidenciando o grande interesse e mobilização dos participantes inscritos. E, por fim, porque uma rede ativa e colaborativa de realizadores e de parceiros foi construída e se empenhou para a consecução do evento, mesmo dentro das limitações financeiras do nosso atual momento político e econômico.

Finalmente, com a intenção de construir um registro histórico da socioeducação no país, sistematizamos nesses Anais os resumos de grande parte dos trabalhos apresentados, os quais acreditamos que podem contribuir para o desenvolvimento de pesquisas e de intervenção no contexto socioeducativo, bem como para a formação de estudantes e de profissionais que buscam o exercício crítico da profissão. Os resumos estão dispostos conforme a modalidade em que foram apresentados, a saber: Comunicações Coordenadas, Rodas de Conversa, Mesas Redondas, Painéis, Oficinas e Minicurso.

A Comissão Organizadora

SUMÁRIO

Comunicações Coordenadas	14
“Cotidiano do Sistema”: relato de experiência acerca de uma produção audiovisual na socioeducação	15
Significações, sentidos e práticas no atendimento socioeducativo	16
Cooperativa Arte Marginal: uma alternativa educativa junto a adolescentes criminalizados em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto na cidade de São Paulo	17
Docência e Direitos Humanos: articulação necessária à socioeducação	18
Experiências e práticas na comunidade socioducativa	19
Acolhimento de adolescente trans em unidade feminina na medida privativa de liberdade: desafios na concretização de direitos sexuais e de gênero em MG	20
Espaço mamãe e bebê: experiência de MG com adolescentes gestantes privadas de liberdade	21
Psicanálise e socioeducação – tornar possível	22
“Tinha que ter escola de manhã, de tarde e de noite”: sentidos atribuídos à escola pelos jovens na medida socioeducativa de internação	23
A complexidade da relação escola-comunidade no processo de desenvolvimento de um estudante de baixa renda	24
Gênero e avanços fundamentais à política de socioeducação no atendimento a meninas: trocando as lentes de gênero no atendimento socioeducativo	25
Psicologia e medidas socioeducativas: uma nova disciplina	26
A escola e o (laço) social	27
Novas práticas de gestão nas escolas socioeducativas	28
As tensões e contradições da experiência socioeducativa de semiliberdade vistas a partir da história de vida de um adolescente	29
A relação entre estado neoliberal e criminalidade juvenil	30
Universos que se cruzam: a violência doméstica na história de vida de adolescentes em conflito com a lei	31
Terra-Mar: <i>litorais</i> entre a socioeducação e a educação especial	32
“Olha a Voz!”: sistema penal juvenil e experiência de resistência com adolescentes privados de liberdade na cidade de São Paulo	33
As adolescentes e a medida socioeducativa de internação: sentidos e significados	34
Os sentidos da escolarização na perspectiva do adolescente autor de ato infracional	35
Sociabilidades e relações sociais dos adolescentes em conflito com a lei em Uberlândia/MG em 2017: sentidos e significados atribuídos pelos sujeitos	36

Rodas de Conversa	37
A arte do saber e a socioeducação: avanços e desafios em práticas de atendimento	38
Avanços e desafios no acompanhamento da escolarização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas do DF	40
O jovem autor de ato infracional e a socioeducação: conceitos, trajetórias, contextos e sentidos	42
Ensino de ciências para adolescentes privados de liberdade: concepções docentes e práticas pedagógicas	45
O agente socioeducativo e suas práticas – do trabalho ideal ao real	48
Sucesso escolar na socioeducação: três abordagens que se complementam	50
A escolarização no contexto socioeducativo e o fortalecimento de perspectivas teórico-filosóficas orientadas à atuação profissional de socioeducadores	52
O papel do pedagogo nas equipes multiprofissionais e a importância da escolarização e das atividades coletivas para o atendimento socioeducativo	54
Atividades coletivas em uma unidade de semiliberdade do DF: concepções e práticas	57
A construção do Plano Individual de Atendimento (PIA) com a participação dos adolescentes	59
Mesas Redondas	60
“Aqui as flores nascem no concreto”: negociações nas atuações laborais de agentes socioeducativos	61
“Agora sou trabalhador”: ressignificando a prestação de serviço à comunidade por meio da experiência com um grupo de adolescentes	62
Muitas cenas de uma história em movimento: o cineclubes como mediação no trabalho com adolescentes	63
A clínica do trabalho na medida socioeducativa	64
Reflexões sobre o acompanhamento socioeducativo de adolescentes em uso de drogas	65
A responsabilização em meio aberto e o princípio filosófico da não-violência: a excepcionalidade das medidas socioeducativas de privação de liberdade	66
Partilhando ações concretas para e com a juventude	67
Ressocialização, autonomia e protagonismo, projeto RAP	68
A formação dos profissionais que atuam em socioeducação: dados de 2010 a 2017	69
Articulando redes no atendimento aos adolescentes em medida socioeducativa em meio aberto	70
Entre construções e desconstruções, práticas e representações sociais	71
PNAISARI: a saúde enquanto política intersetorial no Sinase	72
O relatório psicossocial como ferramenta para promoção do desenvolvimento e suas contribuições para a audiência com o juiz	73
A assistência social e os dados sobre adolescentes em cumprimento medida socioeducativa em meio aberto	74
Atrás da mesa: reflexões sobre o lugar de quem escreve na medida socioeducativa	75

Docência na socioeducação: reflexões sobre uma ação formativa exitosa _____	76
Educadores sociais do sistema de medidas socioeducativas: indicadores de formação _____	77
Internação socioeducativa e gênero no Distrito Federal: diálogos com adolescentes egressas, agentes e especialistas socioeducativos _____	78
Câmera na mão e novas ideias na cabeça: oficina de cinema na medida socioeducativa em meio aberto ____	79
Desafios e possibilidades na formação continuada dos socioeducadores do sistema socioeducativo _____	80
Pedagogia da hora: nenhum a menos _____	81
Busca ativa escolar: a luta para que todas as crianças e adolescentes estejam na escola _____	82
A abordagem Trajetórias Criativas: práticas inovadoras para jovens de 15 a 17 anos _____	83
Respeita as minas! a experiência de socioeducação com mulheres no meio aberto _____	84
A experiência de escolarização de uma unidade de internação e internação provisória _____	85
Processos de trabalho em equipes interdisciplinares _____	86
A noção de socioeducação e suas relações com o processo de desenvolvimento humano _____	87
Diversidades sexuais e de gêneros: diálogos necessários com a socioeducação _____	88
Emancipação humana e o caráter alienante presente nas atividades socioeducativas _____	89
Trajetórias de criminalização e escolarização de adolescentes privados de liberdade _____	90
Intervenção multidisciplinar e construção da concepção socioeducativa _____	91
Painéis _____	92
Família e socioeducação: grupo multifamiliar em internação provisória _____	93
Minha vida é jogo limpo! _____	94
Atuação do psicólogo no contexto da socioeducação na UAMA - unidade de atendimento em meio aberto - do Paranoá (DF) _____	95
Escolarização dos adolescentes em medida socioeducativa em meio aberto no município de Palmas-TO ____	96
A política pública do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo na perspectiva da proteção integral	97
O Plano Individual de Atendimento (PIA) e a individualidade do/a adolescente no contexto socioeducativo	98
A socioeducação e direitos humanos: um estudo do projeto “A arte do saber” _____	99
A escolarização dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de semiliberdade _____	100
Escolarização, profissionalização e trajetórias de desenvolvimento de adolescentes: a visão dos profissionais do sistema socioeducativo _____	101
Análise de políticas públicas: algumas considerações para discussão da política de socioeducação no Distrito Federal _____	102
Soletrando _____	103
Reflexões sobre a família e a ausência paterna na execução da medida de internação _____	104
Socioeducação e construções literárias: protagonismo juvenil e fortalecimento do trabalho socioeducativo	105

Assistência social e medidas socioeducativas: uma interface entre o suas e o sistema de justiça no Maranhão	106
A música como ferramenta de problematização sobre o uso de drogas na adolescência e na comunidade	107
As adolescentes em privação de liberdade e suas percepções acerca da socioeducação	108
E depois, no mundão?	109
A educação física escolar no contexto da socioeducação: uma etnografia na FASE/RS	110
Relato de experiência profissional e o desafio da socioeducação em medida de semiliberdade	111
A realidade da educação no Centro Socioeducativo Santa Juliana	112
Socioeducação: entre a sanção e a educação	113
Curso de primeiros socorros em centro socioeducativo feminino de MG	114
Socioeducação: que caminhos para inovar?	115
A escolarização e a aprendizagem profissional na socioeducação	116
Cambiamente: uma experiência do protagonismo juvenil na apropriação e transformação do território	117
Estudo sobre ansiedade e depressão em jovens em cumprimento de medida socioeducativa no Distrito Federal (DF)	118
A relação entre a escolarização e o ato infracional de adolescentes e jovens que cumprem medida socioeducativa nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Vitória-ES	119
Oficinas e Minicurso	120
Oficina: História de vida - Compartilhando histórias, mudando trajetórias	121
Oficina: Metodologia de trabalho com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas	122
Oficina: Trajetórias Criativas: iniciação científica na escola e a construção de conhecimento na educação básica	123
Oficina: Dispositivos dialógicos para intervenção na socioeducação	124
Minicurso: A questão racial e o sistema socioeducativo	126

COMUNICAÇÕES COORDENADAS

“COTIDIANO DO SISTEMA”:
RELATO DE EXPERIÊNCIA ACERCA DE UMA PRODUÇÃO AUDIOVISUAL NA SOCIOEDUCAÇÃO

Thaywane do Nascimento Gomes
Universidade de Brasília - UnB
thaywanegomes@gmail.com

Wilton Santos Souza
Secretaria de Educação do Distrito Federal - SEDF
wssouza78@gmail.com

Maristela Muniz Gusmão
Universidade de Brasília - UnB
marisgusmao@gmail.com

Relata-se neste trabalho, a construção de uma produção audiovisual, “Cotidiano do Sistema”, integralmente idealizada e concretizada por jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação numa instituição do Distrito Federal. Partiu-se da seguinte concepção, é necessário problematizar e discutir o papel das medidas socioeducativas juntos com aqueles que vivenciam cotidianamente estas, os adolescentes que se encontram em estabelecimentos socioeducativos. Portanto, este ensaio tem por objetivo relatar a supracitada experiência, demonstrando que, a construção de uma produção audiovisual pode ser usada como dispositivo facilitador para o relato destes adolescentes acerca de suas próprias histórias e das vivências na medida socioeducativa de internação. Para as filmagens e utilização das câmeras dentro da Unidade, foi necessária a autorização da juíza da Vara da Infância e Juventude. O aludido projeto pautou-se no sigilo e respeito às imagens produzidas, preservando assim, a identidade dos adolescentes envolvidos na produção, como preconizado pelo Estatuto da Criança e Adolescente. Destaca-se que, o projeto está em andamento desde o início de 2016, tendo sido realizados encontros de construção do roteiro e captação de imagens. No entanto, esta ideia emergiu em um dos grupos psicossociais coordenados pela primeira proponente, no ano de 2015. Ressalta-se que cerca de 30 adolescentes estiveram envolvidos no processo de construção e criação da ideia aqui apresentada. Como metodologia, usou-se a proposta dos grupos reflexivos, em que os adolescentes consolidavam as ideias, debatiam e decidiam coletivamente. Com isto, o período da medida socioeducativa foi utilizado como um espaço para reflexão acerca da própria história de vida e da construção de projetos de vida. De maneira geral, a construção do documentário sobre as vivências diárias no contexto de restrição de liberdade desembocou numa relação diferenciada com o espaço da Unidade e numa reflexão sobre a medida que estava sendo cumprida. Diversos adolescentes ficavam surpresos com as imagens captadas, como se nunca tivessem percebido o local em que se encontravam. Ademais, os adolescentes conversaram com diferentes profissionais da Unidade, compreendendo os desafios de trabalhar no sistema socioeducativo. Estabelecendo assim, uma relação respeitosa e horizontal, bem como, contextualizada a partir da realidade institucional. Enfatiza-se ainda, o relato de familiares e levantamento de diferentes pautas, como, a profissionalização, a educação, as expectativas para o futuro. Neste sentido, na construção aqui tratada, são os adolescentes por eles mesmos, não são terceiros falando, deste modo, estes jovens treinaram a autonomia e o protagonismo. Agregando-se a isto, a ideia é que ações como esta possam possibilitar a compreensão e a problematização das questões sociais e políticas que perpassam à passagem ao ato infracional e o sistema socioeducativo. Concluiu-se que, a produção audiovisual compõe o rol de recursos metodológicos criativos para comunicar, acessar e problematizar as vicissitudes, em que é possível entrar em contato com repercussões subjetivas da restrição de liberdade.

Palavras-chave: socioeducação; produção audiovisual; relato; cotidiano.

SIGNIFICAÇÕES, SENTIDOS E PRÁTICAS NO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

Ana Janaina Alves de Souza

Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal
anajanaina@hotmail.com

O objetivo central dessa proposta é, por meio de relatos e trechos de atendimentos técnicos, na modalidade psicologia, analisar três pontos centrais da prática socioeducativa: a) as significações que os adolescentes dão à medida socioeducativa de internação, a partir da análise de seus discursos; b) as ferramentas possíveis para criação de vínculos com os adolescentes, base do trabalho do especialista; e, c) um exame das possibilidades institucionais a partir das regras e dinâmicas de uma unidade de internação e daquelas criadas pelos próprios adolescentes dentro dos módulos de moradia. A análise do discurso dos adolescentes abordará os seguintes pontos: a) “Livramento ou Privação de Direitos”: as possibilidades de significação da medida socioeducativa de internação; b) “Para além da barganha”: o relatório jurídico como possibilidade de criação de uma narrativa de vida; c) “A socialização pela violência e a violência como Lei”: a percepção de que, nos territórios de origem e vivência da maioria dos adolescentes, o emprego da violência ou a conduta criminosa não significam uma quebra da ordem, mas ao contrário, uma submissão à Lei; d) “Drogas e Sedação”: a modulação no uso de drogas feita pelos adolescentes, combinando maiores quantidades e mais variedades tem sido utilizada na busca por um estado de distanciamento da realidade persistente e constante; e e) “Pequenos milagres”: o relato de atendimentos que, a seu modo, em pequenos ou grandes gestos, modificaram as disposições afetivas e éticas do socioeducando ou do técnico, proporcionando alento e esperança no encontro socioeducativo. Em relação à análise do atendimento técnico, serão utilizadas as construções winnicottianas do livro “Delinquência e Privação”, atualizados por Daniel Kupperman, em “Presença Sensível”, ambos de tradição psicanalítica. Conceitos como desejo, vínculo, afeto, presença, cuidado, são contrapostos às obrigações rotineiras e determinações jurídicas (a elaboração do relatório, a demanda por benefícios, o contato com a rede socioprotetiva, etc.), problematizando as possibilidades de “navegar” entre as duas atividades. O exame das possibilidades institucionais buscará avaliar, por um lado, as normas elaboradas e aplicadas pela unidade socioeducativa como um todo, e, por outro, o módulo de moradia dos adolescentes também como um espaço “institucional”, com regras não ditas que organizam a vida dos adolescentes durante o período de cumprimento da medida. Para isso, serão utilizados como referência o debate foucaultiano de “Vigiar e Punir”, e as concepções de “Manicômios, Prisões e Conventos”, de Goffman. O grande desafio constatado nas reflexões aqui apresentadas é: *ou a instituição como um todo é socioeducativa ou o trabalho não o será*. Ou seja, não é sustentável o trabalho solitário de um técnico especialista ou a atividade individual de um agente socioeducativo assim como não é suficiente o compromisso de apenas parte das gerências que compõe uma unidade socioeducativa de internação. A metodologia aqui apresentada, qualitativa, se aproxima mais do registro de campo antropológico e da observação clínica, do que de métodos quantitativos como ferramentas de pesquisa aplicadas a grupos ou amostras.

Palavras-chave: atendimento socioeducativo; análise do discurso; análise institucional.

COOPERATIVA ARTE MARGINAL:
UMA ALTERNATIVA EDUCATIVA JUNTO A ADOLESCENTES CRIMINALIZADOS EM
CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO NA CIDADE DE SÃO PAULO

Camila Gibin Melo
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
cagibin@gmail.com

Éder Dias Duarte
Serviço Franciscano de Solidariedade
eder.dias@sefras.org.br

As medidas socioeducativas em meio aberto previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente são amplamente divulgadas pelos setores legalistas e pela academia como alternativa à privação de liberdade. No entanto, ao mesmo tempo em que legislações de defesa da infância vão sendo promulgadas e amplamente pautadas por movimentos sociais, o número de encarceramento juvenil cresce. Isso nos evidencia que as MSE/MA são uma ampliação do leque punitivo do Sistema Penal Juvenil. Segundo dados do Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei, publicado em 2016, são 82.366 adolescentes que cumprem Liberdade Assistida e 80.549 que cumprem Prestação de Serviço à Comunidade. No meio fechado são 58.070. É certo que isto está concatenado com a perpetuação da política eugenista Brasileira, que tem no encarceramento e no genocídio a sua máxima contra os filhos da classe trabalhadora negra e indígena. Ao mesmo tempo, esta política corresponde à reestruturação do capital, que descarta mão de obra excedente em larga escala para a redução dos salários dos trabalhadores empregados, retirando então, grandes setores da população não apenas da fila do exército de reserva, mas também sua própria existência na humanidade. Neste contexto, os limites para o real cuidado e desenvolvimento de ações educativas junto a este público se tornam cada vez mais intensos e coloca aos trabalhadores sociais a urgente tarefa de optarem por uma prática profissional que supere a perspectiva de controle da classe, determinado historicamente pelas políticas sociais e pelo judiciário. A Rússia, em seu período revolucionário, foi palco de experiências educativas importantes que podem nos auxiliar no caminho educativo a ser trilhado em nossa sociedade. Em 1920, Anton Semionovich Makarenko, pedagogo e escritor ucraniano, a partir de uma ética socialista, comprometeu-se com o desenvolvimento educativo de adolescentes criminalizados (os chamados delinquentes), construindo e documentando uma de suas experiências: a Colônia Gorki. Makarenko, assim como outros pedagogos/as e intelectuais do período, defendia que era por meio do trabalho não alienado a possibilidade de um avanço da consciência crítica. Marx apontou a centralidade do trabalho no desenvolvimento dos seres humanos, onde nos formamos e evoluímos na relação com a natureza, produzindo novas formas de ser e viver. Assim, uma pedagogia voltada à instrução integral dos educandos, que fosse capaz de realizar as devidas reflexões entre sujeito individual e coletivo, foi a aposta de Makarenko para a construção do chamado “homem novo”, ou “homem socialista”. Bebendo dessa fonte e trazendo reflexões sobre uma pedagogia integral com jovens criminalizados no atual contexto brasileiro, o Serviço Franciscano de Solidariedade impulsiona a cooperativa de serigrafia Arte Marginal. Após um ano de existência, observamos transformações nos envolvidos, com avanços em relação à organização de suas vidas e ao reconhecimento de si como classe trabalhadora. Este processo se torna árduo diante de um contexto político de avanço do conservadorismo, diferentemente do contexto de Makarenko. No entanto, esta experiência indica possibilidades àqueles comprometidos com um novo projeto de sociedade e é uma forma de resistência à onda destrutiva imposta pelo capital.

Palavras-chave: capitalismo; medida socioeducativa em meio aberto; pedagogia socialista; sistema penal juvenil.

DOCÊNCIA E DIREITOS HUMANOS:
ARTICULAÇÃO NECESSÁRIA À SOCIOEDUCAÇÃO

Cláudia Marins de Souza

Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense - UFF
clamarins@hotmail.com

Em 2015 o Brasil foi palco de discussão (e aprovação na Câmara dos Deputados com a proposta para ser votada este ano de 2017 na Câmara dos Senadores) da redução da imputabilidade penal e aumento da punição como solução imediata e garantida contra a violência. Mas a realidade da violência é bem outra, os jovens são as maiores vítimas e não os maiores agentes de violência no País. Esse é o público das medidas socioeducativas. O curso *Docência na Socioeducação* aconteceu em 2014, na esteira de uma cultura recente onde o Estado se comprometia com a ampliação de direitos fundamentais, humanos e constitucionais de todos os brasileiros. É a partir dessa experiência ímpar e inédita, realizada no âmbito do curso, o qual foi fruto de parceria entre a Faculdade UnB Planaltina (FUP), da Universidade de Brasília (UnB) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação (MEC), que temos a intenção de socializar os achados da pesquisa realizada no âmbito do curso. A questão que orientou essa pesquisa foi: que conceitos sustentam a docência em direitos humanos na socioeducação? Para responder essa questão foi verificado, nos dados coletados a partir da participação de docentes nos fóruns do curso *Docência na Socioeducação*, o que seriam: a compreensão crítica do Estatuto da Criança e do Adolescente e suas diretrizes; a incorporação dos Direitos Humanos como valores e prática; e, o enfrentamento do preconceito e discriminação. Chegou-se a essas categorias a partir da metodologia Teoria Fundamentadas nos Dados (TFD) que refaz a mesma pergunta a diferentes instâncias e coleta de dados. No núcleo dessa teorização esteve presente o SINASE, o ECA e os DH. Pelos achados, percebeu-se que os conceitos que sustentam a docência em direitos humanos perpassam pela compreensão crítica do Estatuto da Criança e do Adolescente e suas diretrizes. Também perpassa pela incorporação dos Direitos Humanos como valores e prática e pela desconstrução de preconceitos e discriminação. Enfim, descrever-se-á a pesquisa e a coleta de dados, apresentando e analisando os achados e oferecendo considerações e proposições a partir da realidade encontrada.

Palavras-chave: socioeducação; docência; direitos humanos; preconceito; discriminação.

EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS NA COMUNIDADE SOCIODUCATIVA

Denise Bruno Lombardi Fonseca
Fundação CASA – SP (Divisão Regional Litoral)
profdeniselombardi@gmail.com
pedagdrl@fundacaocasa.sp.gov.br

Tendo em vista a preocupação com a articulação entre diferentes saberes e experiências educativas organizamos junto à equipe gestora educacional, dos Centros de Atendimento Socioeducativo consignados à Divisão Regional Litoral – Fundação CASA São Paulo, grupos de estudo, na e com intencionalidade de discutir e refletir práticas bem sucedidas nos diferentes lócus de aprendizagem, com isso estruturamos o debate ampliado aos diferentes operadores sociais, que estabelecem parceria no atendimento em Socioeducação. Para além dessa práxis estabelecemos junto à SEE/SP, por intermédio das Diretorias de Ensino de Santos e São Vicente, a formação continuada de professores que atuam na escolarização dos adolescentes em medida socioeducativa, com os projetos da Pasta consoante, orientando na construção de planejamentos e qualificando o atendimento, debruçando um olhar mais estreito e antropológico, para a construção dos diferentes saberes fomentando assim o potencial que os jovens trazem consigo, mesmo na trajetória delitiva. Muitas questões têm emergido em nossos momentos de estudo e formação, e com elas a demanda de nova apropriação conceitual das diretrizes que estão dispostas na legislação vigente como a exemplo do Sinase (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo). A compreensão de que a Socioeducação é uma forma de gestar a educação desenvolvendo a informação, busca novo conhecimento e tem sido sobretudo, uma tarefa bastante proveitosa. Os planos escolares são orientados a partir de situações de aprendizagem, mas para que isso ocorresse foi necessária à utilização dos ATPC's (Atividade Técnico Pedagógica Coletiva), como ferramenta de direito na mudança de paradigma da proposta de escolarização. A compreensão da metodologia tem transformado a ideia em possibilidades e conseqüentemente os jovens tem produzido melhor e expressado de forma mais organizada seu pensamento. Para além da resposta positiva dos jovens há também a reflexão sobre a temporalidade do conhecimento, por vezes bastante acadêmico do docente, que desafia a proximidade e a legitimidade do aprender a aprender. Àquele que não está apto à mudança, à revisão de seus conceitos, mormente dorme em intenções sonolentas. No início a tarefa foi mais difícil, e ainda encontramos alguns entraves para o desenvolvimento da proposta, todavia o formato adotado para discussão que não requer grandes investimentos financeiros, mas empenho na pesquisa, determinação e rigorosidade científica na ação, tem graduado diferentes resultados. Nesse sentido compartilhar experiências num universo ainda tênue na divulgação de modelos pedagógicos em socioeducação, nos impulsiona a creditar esperanças.

Palavras-chave: planejamento; formação; socioeducação.

**ACOLHIMENTO DE ADOLESCENTE TRANS EM UNIDADE FEMININA NA MEDIDA PRIVATIVA DE LIBERDADE:
DESAFIOS NA CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS SEXUAIS E DE GÊNERO EM MG**

Érika Vinhal Rodrigues Vieira

Secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais

erikavinhal@hotmail.com

Este trabalho tem por objetivo trazer a experiência do Estado de Minas Gerais no acolhimento de adolescente trans em unidade socioeducativa de privação de liberdade feminina. Considerando a individualização da medida socioeducativa conforme princípio fundamental do SINASE, o poder judiciário mineiro em 2015 decretou pela primeira vez, que uma adolescente trans cumprisse medida socioeducativa em unidade feminina, demonstrando a real percepção do adolescente como sujeito de direitos e o reconhecimento e respeito à identidade de gênero. Mas, o desafio posto está para além da decisão fundamentada pelo Meritíssimo Juiz da Infância, pois a execução da medida coloca também seus impasses. Para a adolescente, estar em ambiente feminino trazia ao mesmo tempo, tranquilidade e realização, embora a ausência da utilização do hormônio feminino, fazia vir à tona, um corpo mais masculinizado, que trazia angústia e sofrimento. Desde o início de cumprimento de medida, o nome feminino autodeclarado foi adotado e os documentos e relatórios passaram a contê-lo, garantindo o respeito à identidade de gênero feminino. A adaptação à rotina institucional foi rápida e o relacionamento interpessoal com as demais adolescentes, tranquilo, diferentemente ao que se esperava. Houve questionamentos por parte de servidores em relação aos procedimentos de segurança, pois os referenciais metodológicos do Estado são baseados em corpo masculino ou feminino, o que gerou dúvidas e incômodo. Rapidamente, foi necessária a readequação de procedimentos a partir do acautelamento da adolescente. Alguns familiares também se manifestaram pelo fato de suas adolescentes conviverem com “um menino” dentro de uma unidade feminina. Apesar das dificuldades, tal experiência trouxe grandes avanços para a instituição, que a partir de capacitações e reflexões, vem conseguindo compreender melhor a temática da diversidade de gênero. Foram cerca de 1 ano e 3 meses de medida privativa de liberdade em que a vulnerabilidade sociofamiliar e o preconceito foram trabalhados de forma sistemática pela equipe técnica também com a família e com a rede socioassistencial. Porém, um ponto de embaraço ainda não foi possível de ser resolvido. Na unidade socioeducativa feminina, existem alojamentos individuais (3) e coletivos (10). Esta adolescente foi mantida no alojamento individual durante todo o tempo de medida, ainda que a sua permanência em espaços coletivos (sala de aula, oficinas pedagógicas, quadra) fosse garantida. Tal conduta se justifica pelo receio de envolvimento sexual entre as adolescentes, podendo acarretar em relações desprotegidas e gravidez, já que não há disponibilização de preservativos em unidades socioeducativas em Minas Gerais.

Palavras-chave: privação de liberdade; identidade de gênero; transexualidade.

**ESPAÇO MAMÃE E BEBÊ:
EXPERIÊNCIA DE MG COM ADOLESCENTES GESTANTES PRIVADAS DE LIBERDADE**

Érika Vinhal Rodrigues Vieira
Secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais
erikavinhal@hotmail.com

Este trabalho tem por objetivo trazer a experiência vivida no Estado de Minas Gerais com o recém-inaugurado espaço Mamãe e Bebê que permite que adolescentes privadas de liberdade permaneçam em cumprimento de medida de internação com os seus filhos após o parto. Entre as várias diferenças que envolvem a privação de liberdade masculina da feminina está a maternidade. A vivência desse momento dentro de um centro socioeducativo traz perguntas importantes sobre a melhor forma de garantir este direito às adolescentes, tal como previsto na legislação vigente. O histórico vivenciado por anos em MG foi no sentido de um trabalho árduo para que as meninas não tivessem seus filhos retirados e entregues para adoção. Alguns especialistas na área, reconhecem a prática como “sequestro” de bebês, tamanha a violência que se dá pela estigmatização da maternidade vulnerável. Como a maioria do público feminino atendido na medida privativa de liberdade em Minas Gerais é vítima da exclusão social e violação de direitos humanos, tal prática de retirada dos bebês era facilmente justificada, em especial quando não se tinha algum familiar de referência. Com o passar dos anos, tal situação foi sendo questionada pela equipe de execução da medida socioeducativa e autoridades jurídicas que percebiam os efeitos negativos e cruéis para a jovem mãe e propuseram a criação do espaço Mamãe e Bebê no Estado. Tal serviço existe desde 2016 dentro da unidade de internação feminina e tem capacidade para receber até 3 recém-nascidos em um espaço diferenciado e acolhedor. O espaço foi assegurado por meio de uma parceria entre Estado e Poder Judiciário que viu como um grande avanço a possibilidade de garantir a convivência e o estreitamento da relação da mãe e de seu filho após o nascimento, podendo provocar uma ressignificação na vida das jovens. Os argumentos que fundamentam a decisão da criação do espaço são coerentes, porém a vivência prática trouxe muitas outras questionamentos e impasses. Foram 3 casos que passaram pelo serviço até outubro de 2017 e cada um deles deixou perguntas pertinentes e em todos foi possível perceber como a maternidade pode fazer com que as adolescentes autoras de atos infracionais repensem a vivência na criminalidade. Mas, após o nascimento dos bebês, o cumprimento da medida socioeducativa parece viver um momento de suspensão, pois são muitos os cuidados que um recém-nascido demanda. Daí surge a primeira pergunta: quais são os efeitos da permanência em privação de liberdade em um momento em que as meninas são demandadas em tempo integral pelos filhos? Nos casos em que não se teve uma família já preparada para acolher as adolescentes e seus filhos, houve uma percepção de que a medida socioeducativa não teve o princípio da brevidade garantido, sendo que uma das crianças acompanhou a sua mãe até os nove meses de vida e assim surge outra pergunta: qual é o impacto da privação de liberdade para os bebês?

Palavras-chave: privação de liberdade; gravidez; maternidade.

PSICANÁLISE E SOCIOEDUCAÇÃO – TORNAR POSSÍVEL

André Felix Ferreira
Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal
felixodara@gmail.com

Em lógica existe uma frase que vai ser o guia dessa exposição. Se algo é completo, necessariamente não será coeso, se algo é coeso, será incompleto. O sistema socioeducativo padece desse problema, por conter os binarismos inscritos na sociedade. O binário funciona na lógica de sim e não. Uma lógica possível para além dessa seria uma política do sintoma, tal como proposta na psicanálise. O sintoma diz é que algo do sujeito não é capturado pelos significantes sociais e assim colocamos os nossos sintomas, que são uma maneira de dizer: não nos conformamos completamente, tem algo mais que nunca vai ser capturado pelo significante. Palavra e coisa não se adequam e as pessoas não são iguais, mesmo que recortadas por um significante. O ato infracional, com tudo que ele traz de marca, pode ser elaborado pelo sujeito, desde que seja falado como sintoma, social, individual, pouco importa. O importante é não ser uma mera marca sobre a qual não se fala. A psicanálise irrealiza o crime e não desumaniza o criminoso, dizia Lacan. Mas ela só é possível por intermédio de uma transferência. Nisso está nosso principal problema. Sujeitos de revolta. Lidando com um espaço institucional. A transferência em psicanálise pressupõe um não julgamento. Como fazer isso se é responsabilidade do “Especialista” escrever um relatório avaliativo para um juiz? Pior ainda: como fazer isso no contexto de privação de liberdade? Duas questões se colocam desde já para a psicanálise na socioeducação. Primeiro, não podemos ser meros “ortopedistas morais” e não podemos nos arrogar na psicanálise como saber de especialidade que vai dar um diagnóstico qualquer. É necessário um descolamento mínimo dos trâmites. Para mais além da psicanálise e sua política do sintoma, vamos à Foucault. Se arrogar uma especialidade é duplicar o lugar do juiz. Escrever um relatório é a mesma coisa. Para que algo dessa ordem aconteça, é necessário um descolamento do lugar mesmo de um processo em uma medida. Ainda sem sair do campo de franca problematização em que nos encontramos, podemos ver que um passo possível seria essa queda, do lugar de especialista, para que o discurso do psicanalista possa prosperar. Uma outra possibilidade é o estímulo do pensamento sobre incompletude, tanto institucional, quanto de um processo educativo. Nenhuma pode ser completa, sob pena de ser contraditória.

Palavras-chave: psicanálise; socioeducação; sintoma; instituição.

**“TINHA QUE TER ESCOLA DE MANHÃ, DE TARDE E DE NOITE”:
SENTIDOS ATRIBUÍDOS À ESCOLA PELOS JOVENS NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO**

Thaywane do Nascimento Gomes
Universidade de Brasília - UnB
thaywanegomes@gmail.com

A escola é uma instituição basilar para a consolidação dos saberes, bem como, é espaço privilegiado de socialização e cidadania. No caso das medidas socioeducativas, apesar de voltasse para a sanção, a educação é obrigatória e tida como ferramenta para mudança de trajetória. Diversos autores sinalizam que, nestes espaços, o processo educativo ganha outro tônus, sendo necessário pautar-se na reflexão, protagonismo e no conhecimento para o mundo. Destarte, questiona-se aqui, como será estudar dentro do contexto restritivo de liberdade? Como os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação relacionam-se com a escola? Quais sentidos estes jovens atribuem a este espaço? Partindo disso, este trabalho teve como objetivo principal compreender os sentidos que os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação atribuem a escola dentro do sistema socioeducativo. Além disso, almejou-se entender a relação com esta instituição antes da medida socioeducativa. Tratou-se de uma pesquisa clínico-qualitativa, na qual, valoriza-se os sentidos e as falas dos adolescentes, partindo de uma relação aproximada e dialógica. Metodologicamente, utilizaram-se três entrevistas, anotações do diário de campo da autora e produções (escritas, audiovisuais) realizadas em diversos momentos pelos jovens de uma unidade de internação. Tendo como aporte teórico e pragmático, a Pedagogia da presença, formulada por Antônio Carlos Gomes da Costa, bem como, os ensinamentos de Paulo Freire. Enfatiza-se que, o material aqui analisado é proveniente de uma atuação de três anos desta pesquisadora na escola de uma unidade de medida socioeducativa de internação do Distrito Federal. De modo geral, percebeu-se que, os adolescentes compreenderam a escola como lugar de acolhimento e respeito à sua história de vida. Em que eles conversavam sobre diversos temas e não eram rotulados como infratores, mas vistos como jovens com potencialidades e possibilidades de futuro. Como sinalizado pelos mesmos, a escola foi vista como um espaço com realidade diferente do restante da Unidade, onde eles se sentiam menos institucionalizados e mais próximos da vida extramuros. Sendo assim, a escola dentro do contexto restritivo de liberdade transforma-se num suporte para sobreviver ao aprisionamento do corpo, podendo ser visto como uma “brecha” que propicia a reflexão sobre si, a passagem ao ato infracional e o contexto macrossocial. No que concerne com a escola antes do cumprimento da medida socioeducativa, corroborando outras pesquisas, depreendeu-se que, o rompimento (seja por evasão ou expulsão) com a instituição escolar inscreveu o adolescente na passagem ao ato infracional. Demonstrando ser um marcador importante para compreender o itinerário de vida destes jovens. Observa-se que, a escola é um elo entre o adolescente e o contexto social, isso serve tanto para a escola da comunidade como a do estabelecimento socioeducativo. Acredita-se que pesquisas, como a aqui apresentada, possibilita ampliar e construir estratégias para a educação nas medidas socioeducativas. Pois, apresentou-se a fala e significados de quem vivencia e deve ser protagonista dos processos institucionais, o adolescente. Conclui-se que, a escola na socioeducação deve ser construída a partir da realidade dos jovens atendidos e apresenta-se como um espaço com potencial de efetivação do sistema de garantia de direitos.

Palavras-chave: escola; medida socioeducativa de internação; sentidos.

A COMPLEXIDADE DA RELAÇÃO ESCOLA-COMUNIDADE NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE UM ESTUDANTE DE BAIXA RENDA

Theresa Raquel Borges de Miranda
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde
Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília - UNB
theresa.borges@gmail.com

Ângela Maria Cristina Uchoa de Abreu Branco
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde
Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília - UNB
branco.angela@gmail.com

A Psicologia Cultural assume que todos os processos humanos têm base relacional e semiótica, e o desenvolvimento como processo contínuo e dinâmico, que leva em conta o contexto sociocultural e a irreversibilidade do tempo. Sob essa base teórico-conceitual, este trabalho teve por objetivo identificar e analisar produções simbólicas a respeito dos contextos de vivência de um adolescente, cujo nome fictício é Victor, que estava imerso na cultura do tráfico de drogas, e permanecia como estudante de uma escola pública do Distrito Federal. Assim, torna-se possível aproximação com os processos pelos quais adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa constroem trajetórias afastadas da escola. Para tal, foi utilizada a metodologia qualitativa, considerando o processo relacional de produção da informação. Os métodos utilizados para produção da informação foram a entrevista e a observação participante. À época de realização da entrevista, o participante havia sido informado de sua transferência compulsória para outra escola com base em as atitudes de indisciplina e suas ações vinculadas ao tráfico de drogas. A análise das informações produzidas indica um processo de construção dialógica da relação entre a rua e a escola que, ao mesmo tempo em que se opõem, se complementam como elementos constitutivos da identidade do sujeito. Nas narrativas de Victor, percebe-se a dicotomia da compreensão de que a rua é lugar de aprendizagem de coisas ruins, e a escola seria o lugar de boas aprendizagens. Embora Victor compreenda as experiências da rua como geradoras de conhecimento negativo, o adolescente percebe a influência dos membros do grupo de tráfico da comunidade, e também dos meninos mais velhos da escola, como signo de segurança. A aproximação com certos grupos do tráfico garante sua proteção física e autoestima, tendo em vista as desavenças entre grupos que fazem parte da realidade de sua vida e o relativo poder que o tráfico tem dentro da comunidade. As desavenças com frequência resultam em morte, e, portanto, acabam por estruturar um espaço simbólico afetivamente poderoso. Assim, os profissionais da escola parecem não ser vistos como capazes de defendê-lo, e, portanto, não são percebidos como figuras de autoridade. Nessa tensão entre proximidade e afastamento a gangues e grupos de tráfico de drogas, a escola é percebida pelo adolescente como espaço de distanciamento e proteção relativa para a entrada no crime. Victor vive, cotidianamente, entre a estas tensões provocadas por duas possibilidades de trajetórias imaginadas, com base em sua experiência. Tais diferenciações entre os dois contextos acontecem de forma concreta no conflito entre autonomia *versus* disciplina: a autonomia é exigida na relação com a “rua”, o que se opõe à disciplina exigida na escola, que limita o movimento do corpo e restringe a fala dos alunos. Assim, ainda que significada de forma positiva, a escola não apareceu na narrativa de Victor junto a melhores oportunidades de trabalho, ou na perspectiva de construção de um futuro. Ela apenas surge na relação dinâmica e tensionada com o tráfico. Conclui-se, portanto, que ao não levar em consideração o universo semiótico que fazem parte da subjetividade do adolescente, os trabalhadores da escola passaram a significar o aluno a partir de categorias sociais como “traficante” e “indisciplinado”, gerando a transferência do aluno sem qualquer tipo de mediação desses universos culturais opostos.

Palavras-chave: adolescência; escola; psicologia cultural.

GÊNERO E AVANÇOS FUNDAMENTAIS À POLÍTICA DE SOCIOEDUCAÇÃO NO ATENDIMENTO A MENINAS: TROCANDO AS LENTES DE GÊNERO NO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

Julianna Barbosa Rufino
Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal
juliannabarbosa@hotmail.com

Maria-Clara Mendes
Universidade Federal do Piauí, Secretaria de Assistência Social do Piauí
mclaramendes@gmail.com

Olhar o sistema socioeducativo através de lentes diferentes é olhar para questões de gênero que vão além do atendimento socioeducativo para meninas. Partindo do pressuposto que as diretrizes pedagógicas do SINASE preveem a garantia do direito à sexualidade e/ou saúde reprodutiva, respeitando o gênero, identidade de gênero e orientação sexual, postula-se identificar questões que se sobreponham ao mero atendimento individualizado de meninas. O Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo (PDASE) trata do tema gênero e aponta, entre outras coisas: (a) a necessidade de qualificação do atendimento, para que o servidor seja capaz de tratar de temas como gênero e diversidade; (b) o papel do Estado em garantir o direito à visita íntima, para ambos os gêneros; (c) e em garantir a participação ativa dos adolescentes em conferências, fóruns e palestras sobre direitos humanos, cidadania, ética, questões de gênero, direitos sexuais etc. Houve um grande avanço em 2014 quando foi inaugurada a unidade de semiliberdade específica para o atendimento de meninas. Muitos servidores têm buscado realizar atividades específicas sobre gênero, diversidade sexual e direitos sexuais e reprodutivos no atendimento às meninas. No entanto, um desafio ainda está longe de ser enfrentado: a lógica masculina aplicada à organização do Sistema, dando ênfase ao cenário masculino. A realização de eventos e oficinas acerca do tema, no entanto, demonstram um momento de redirecionamento dentro do sistema: compreender não só as questões do feminino, mas a lógica das imposições de gênero na organização e na formulação do atendimento socioeducativo. Seria óbvio pensar que o atendimento socioeducativo é pensado no cenário do atendimento com meninos, visto que estes são maioria dentro do sistema. E seria mais óbvio ainda destacar que o cenário deveria ser modificado no que tange o atendimento socioeducativo de meninas, nas diferentes medidas. Mas o óbvio é insuficiente no que se refere ao campo explicativo das questões de gênero. Ainda enfrentamos problemas similares àqueles enfrentados pelo sistema prisional, no que tange à visita íntima de companheiros de meninas nas unidades, a sexualidade (sempre latente) das meninas internadas e suas relações amorosas, as expectativas para a construção de sua identidade profissional, entre outros pontos. No Sistema Socioeducativo do Distrito Federal, alguns desses pontos têm trazido inquietação aos servidores que fazem o acompanhamento e o atendimento das adolescentes. O primeiro deles é a postura das adolescentes durante o período de atendimento inicial. Falas proferidas pelos servidores como “prefiro 30 meninos a 5 meninas” caracterizam um incômodo relativo à postura das adolescentes. Segundo a fala dos servidores, as meninas são “exigentes, desobedientes, questionadoras, difíceis” – ou serão reivindicatórias? As meninas no sistema socioeducativo são tudo aquilo que não se espera (ou não se quer esperar) de uma mulher: associadas ao crime, reivindicatórias, exigentes, da rua, dos excessos, da sexualidade. Outra inquietação refere-se às motivações para o envolvimento de meninas no contexto infracional: tradicionalmente levadas por conta do envolvimento com meninos, essa realidade parece estar se modificando, carece, no entanto, de validação empírica. Ainda alguns questionamentos merecem considerações e debates e serão discutidas pelos membros dessa mesa: (a) Questões familiares: as mães e a reprodução do cuidado parental como exclusivamente feminino; (b) o problema das PAs e a renda para os adolescentes; (c) masculinidades tóxicas: porte de arma e a autoafirmação masculina nos círculos de amigos; (d) a violência contra mulheres e doméstica reproduzida no contexto infracional; (e) diversidade: onde estão os LGBTQ do sistema socioeducativo?

Palavras-chave: atendimento socioeducativo; questões de gênero; sexualidade.

PSICOLOGIA E MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: UMA NOVA DISCIPLINA

Elis Regina de Castro Lopes
DEGASE e Faculdade de Ciências Médicas e Paramédicas Fluminense - SEFLU
elispsirj@yahoo.com.br

Ruggeri R. Tavares
Faculdade de Ciências Médicas e Paramédicas Fluminense - SEFLU
ruggeritavares@hotmail.com

Este estudo se propõe discutir a importância do aprendizado do Sistema Socioeducativo no espaço da graduação em Psicologia, por ser o psicólogo um dos operadores desse sistema, onde sua prática pauta-se na garantia de direitos de adolescentes que cumprem Medidas Socioeducativas. Em 2015 foi realizado uma pesquisa de cunho qualitativo na Faculdade de Ciências Médicas e Paramédicas Fluminense SEFLU, faculdade de psicologia localizada na baixada fluminense do estado do Rio de Janeiro, que em 2006 insere em sua matriz curricular a disciplina “Psicologia e Medidas Socioeducativas” como eletiva, tornando-se matéria obrigatória em 2009, retirada da grade por um tempo, essa disciplina retorna em 2014. Optou-se por desenvolver uma pequena pesquisa, realizada com os alunos que na época cursavam a matéria sob a supervisão da docente que lecionava a disciplina. Através da pesquisa foi possível perceber que a grande maioria dos alunos desconhecia a política socioeducativa até cursar a disciplina, assim como sua visão se modificou, passando a refletir de forma mais crítica sobre essa temática. Apesar de alguns alunos não apontarem desejo em ir para essa área, colocaram como relevante essa matéria, contribuindo para uma formação rica e de qualidade. Os resultados da pesquisa apontaram para a importância da formação do psicólogo no campo da Socioeducação ainda na graduação, uma vez que os alunos, ao adquirirem conhecimento sobre o tema, passam a problematizar o Sistema Socioeducativo, a refletir sobre o lugar da psicologia no atendimento ao adolescente autor de ato infracional, e assumem o compromisso social em propagar mudanças na visão estereotipada da sociedade sobre esses jovens. Na graduação em psicologia, na maioria das faculdades, a atuação do psicólogo, no âmbito das Medidas Socioeducativas, é inserida como conteúdo da disciplina Psicologia Jurídica que devido ao seu conteúdo apenas oferece noções preliminares aos alunos sobre a temática socioeducativa. E acaba, ainda, por equivocadamente ratificar para o discente a psicologia jurídica como o campo designado aos saberes socioeducativos. A atuação do psicólogo no âmbito das medidas socioeducativas ainda é um campo em construção. Observam-se poucas pesquisas nessa área, assim como a inexistência de cursos de formação em Socioeducação dirigido aos psicólogos. É preciso, também na universidade, discutir, com os psicólogos já graduados ou ainda em processo de formação, o fazer diário desse profissional que atua junto aos adolescentes que cometem ato infracional. Entendemos ser uma área interdisciplinar, todavia, há especificidades que precisam ser compreendidas no campo do saber psicológico, para a produção de conhecimentos próprios da Psicologia. É indiscutível a importância dessa disciplina para formação do psicólogo, não apenas por se apresentar como um campo de atuação, mas por se entender ser este um espaço que demanda profissionais qualificados e comprometidos com a escuta, com o cuidado, para superar limites, imergindo muito além do que dizem ou que não dizem, do que parecem ser, ou do que a sociedade institui e estigmatiza. Desta forma é imprescindível uma mobilização para um melhor preparo e capacitação de futuros profissionais que irão ou não trabalhar neste campo de saber.

Palavras-chave: socioeducação; psicologia; formação.

A ESCOLA E O (LAÇO) SOCIAL

Mauro Gleisson de Castro Evangelista
Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal - SEDF
maurogleisson@gmail.com

Inês Maria Marques Zanforlim Pires de Almeida
Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação - UnB

Este projeto de doutoramento em curso debruça-se sobre as relações conflituosas entre os adolescentes autores de ato infracional e a Escola. Após termos analisado o histórico escolar, a ficha de passagem do TJDFT e os prontuários de 154 (cento e cinquenta e quatro) adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação ou em internação cautelar e estarmos fazendo uma escuta clínica com alguns desses adolescentes, percebemos contextos de riscos e ou vulnerabilidades que transcendem as funções da Escola, o que nos tem levado a defender uma prevenção primária a partir dessa instituição, que passa pela implementação de fatores de proteção e ou encaminhamento para uma rede de proteção de casos que necessitem de uma maior atenção do Estado, como nos revelam muitos dos prontuários estudados. Uma análise preliminar nos tem demonstrado uma multiplicidade de elementos que concorrem para a carreira infracional, variando a porcentagem conforme seja o fator, quais sejam: a maioria absoluta acirra sua crise com a Escola a partir do 6º ano do Ensino Fundamental, ano escolar em que reprovam pela primeira vez, sendo este ou o ano imediato o de início da prática infracional propriamente dita. Essa escalada infracional concomitantemente à crise com a Escola demonstra um percurso muito comum: de uma estruturação ou funcionamento predominantemente perverso por parte desses adolescentes, com quadros de privação no sentido winnicottiano do termo, uma latência encurtada/roubada/negada com prejuízos para o processos sublimatórios, uma maior dificuldade no processo da adolescência enquanto sintoma da puberdade - sobretudo no que tange às relações com os pais e especialmente no que concerne à autoridade, uma maior vinculação com pares que apresentam quadros semelhantes, o início do uso de drogas, associação com o tráfico, prática de pequenos delitos e uma escalada infracional que, em alguns casos, evoluem para o homicídio, normalmente iniciando nos conflitos de territorialidade.

Palavras-chaves: ato infracional; escola; laço social.

NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO NAS ESCOLAS SOCIOEDUCATIVAS

Maria Lení Camelo da Costa
Unidade de Internação do Recanto das Emas
Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal - SEDF
ajsleni@gmail.com

Contexto socioeducativo na prática tem várias versões significativas na Unidade de internação, para a escola esse conceito é vivenciado no dia a dia, em sala de aula, nos momentos de interação com os alunos. Se a gestão escolar não perceber essa característica em suas anuências não conseguirá conduzir de forma eficaz às necessidades dos educandos e apoiar o trabalho dos educadores. Um dos maiores desafios atualmente para desenvolver os projetos na escola da socioeducação é romper paradigmas da escola formal pública dentro das Unidades de Internação para garantia de direitos dos socioeducandos. As especificidades dos alunos divergem do que é cobrado pelas normas estabelecidas das Secretarias responsáveis pela educação dos adolescentes. Existe um arcabouço de informações e dificuldades que algumas vezes perpassa o poder de resolução da gestão escolar, mas ela precisa cumprir essas normas e reinventar uma escola diariamente. Os projetos, os aulões, as datas especiais e competições surgem como alternativas exitosas para ações que proporcionam o conhecimento e se distancia da “escola a rua” que esse aluno “pulou os muros”. A forma de gerir a burocracia para garantia de direitos e atender as expectativas dos adolescentes aparece como outro desafio para o (a) gestor (a) escolar no contexto socioeducativo. Para tanto, é necessário que a gestão da escola esteja afinada com a Direção da Unidade para desenvolver os projetos dentro ou fora do ambiente escolar, a comunicação com os demais servidores da equipe de segurança, os técnicos e parte administrativa da Unidade promove a eficácia na prática dos projetos a chegar aos objetivos de garantir através de momentos prazerosos adquirir o conhecimento. O projeto “Soletrando” é um exemplo disso, em sua terceira edição este ano na escola da UNIRE (Unidade de Internação Recanto das Emas) os demais servidores de outras secretarias se uniram à escola para que o projeto fosse realizado da melhor forma possível. Os alunos foram preparados pelos professores através de apostilas e estudos em sala de aula e nos módulos, aprendendo os significados de várias palavras e a forma correta da grafia de cada uma, as palavras foram coletadas de todas as áreas do conhecimento, atrelado aos conteúdos ministrados pelos professores em sala de aula durante o ano. O projeto deixa livre a participação dos alunos, os que não se inscrevem participam na plateia. Ao soletrar as palavras eles aprendem a grafia, socializam conhecimentos e adquirem o bom hábito do estudo. A conexão entre as partes gestoras possibilitou o desenvolvimento de todas as etapas do projeto durante o ano.

Palavras-chave: gestão escolar; socioeducação; projetos; comunicação.

AS TENSÕES E CONTRADIÇÕES DA EXPERIÊNCIA SOCIOEDUCATIVA DE SEMILIBERDADE
VISTAS A PARTIR DA HISTÓRIA DE VIDA DE UM ADOLESCENTE

Marta Gisele Costa Neves
Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal
especialistas.semisantamaria@gmail.com

Rosilene Maria de Oliveira
Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal
especialistas.semisantamaria@gmail.com

Amanda Medeiros de Oliveira
Universidade Paulista
amanda.madeiro@hotmail.com

Carolina Vieira Figueiredo
Universidade de Brasília
carolinvieira047@gmail.com

Karoline Marques da Silva
Universidade de Brasília
karolinemarques10@gmail.com

Gabriel Neiva da Rocha
Universidade de Brasília
gabriel_neivarocha@hotmail.com

O objetivo deste trabalho é, a partir da atualização da história de vida de um adolescente em situação de conflito com a lei, discutir a prática socioeducativa. O lócus da abordagem é a unidade de semiliberdade de Santa Maria, que compõe uma das 05 unidades do sistema socioeducativo do Distrito Federal voltada para a referida medida. A unidade supracitada está organizada por faixa etária e atende os adolescentes do sexo masculino entre os 12 e 16 anos de idade. A história de vida do adolescente em questão revela o processo de construção social da figura do “infrator” e como o Estado contribui para esta construção, seja a partir de suas ações ou omissões na garantia dos direitos. Igualmente, a partir deste caso, é possível identificar os principais desafios da intervenção no contexto da medida socioeducativa de semiliberdade, quais sejam: o manejo da restrição do direito de ir e vir, no qual o cerceamento da liberdade é construído com os adolescentes num processo de persuasão e orientação para os sentidos de responsabilizar-se pelo cumprimento da medida; outro desafio é a vinculação à medida socioeducativa de adolescentes que não possuem condições para cumpri-la, seja por comprometimento de saúde mental, seja por ausência total de um vínculo familiar. Isto resulta difícil garantir os cuidados de saúde, bem como não é possível realizar com esses adolescentes a rotina de ações que transcorrem ora no âmbito institucional, ora no âmbito da família. A experiência apresentada mostra sua importância também por evidenciar a tensão com que a prática socioeducativa se concretiza, estando entre os paradigmas punitivo/correcional/tutelar e o da garantia de direitos; nos leva a refletir como a discricionariedade do modelo de justiça juvenil brasileiro tem impacto a vida dos adolescentes vinculados a esse sistema; e, por fim, manifesta também em qual sentido é possível identificar intervenções exitosas no contexto da medida socioeducativa de semiliberdade. No caso em questão, essas ações são vistas quando os diversos atores institucionais superam suas divergências, tanto no campo das práticas como da concepção ideológica, e somam suas ações numa perspectiva de proteção e garantia de direitos. Neste sentido é revelador como o vínculo estabelecido com o adolescente é o mecanismo a partir do qual é possível realizar experiências de socioeducação.

Palavras-chave: adolescente; semiliberdade; saúde mental; garantia de direitos.

A RELAÇÃO ENTRE ESTADO NEOLIBERAL E CRIMINALIDADE JUVENIL

Viviana Camargo Brandt
UNESP/Rio Claro
vivibrandt@hotmail.com

Leila Maria Ferreira Salles
UNESP/Rio Claro
leila@rc.unesp.br

Recentemente, os municípios, os estados e a nação foram cobrados de organizar seus planos decenais de atendimento socioeducativo, os quais deveriam conter um levantamento de dados sobre o sistema socioeducativo de sua governabilidade. Tomando por base os dados apresentados pelo governo federal e pelo governo do estado de São Paulo, verificamos um aumento considerável na taxa de restrição e privação de liberdade nos últimos anos: no país como um todo passou de 4,5% em 2010 para 10,6% em 2011 e, mais especificamente no estado de São Paulo, a internação cresceu 30,42% de 2006 a 2013 e o número de adolescentes atendidos pela Fundação CASA (que incluem semiliberdade, internação, internação provisória e internação-sanção) aumentou 111% no mesmo período. Além disso, o documento nacional alerta que os principais motivos para a internação não estão relacionados a atentados contra a vida e sim a roubo e tráfico de drogas, o que indica a vulnerabilidade social a que estão expostos esses adolescentes. Seus relatores ressaltam, ainda, que o aumento das restrições e privações de liberdade para casos de baixa gravidade parece ser uma resposta aos apelos midiáticos pela redução da maioria penal. Além disso, estudos mostram que são, em geral, os negros, pobres, vulneráveis, com pouco estudo e sem emprego que cumprem Medidas Socioeducativas no Brasil. A partir desses dados, o presente estudo visa discutir, por meio de revisão de literatura, um dos possíveis aspectos relacionados a esses números, qual seja, a relação entre Estado Neoliberal e criminalidade juvenil. Para tanto, toma-se como base o conceito de Estado oferecido por Höfling (2001), que afirma referir-se ao conjunto de instituições permanentes como órgãos legislativos, tribunais e exército, que possibilitam a ação do governo. Além disso, corroborando a opinião de Souza (2006), este estudo parte do princípio de que o Estado tem autonomia relativa, que lhe permite um espaço próprio de atuação, embora permeável a influências externas e internas, que dependem de muitos fatores, entre eles o momento histórico do país. Para a discussão sobre Estado de Bem-Estar Social e Estado Neoliberal, bem como sobre suas consequências, utilizou-se como referências Robert Castel, Jock Young e Loïc Wacquant. A transformação, no contexto internacional, do Estado de Bem-Estar Social em Estado Neoliberal, o que resulta na passagem do Estado-Providência para o Estado Penal apresenta aproximações com a realidade nacional demonstrando que, também no Brasil recente, impera o Estado Neoliberal, o qual contribui significativamente para o aumento da punição aos jovens pobres, ao passo que diminui o investimento em políticas sociais e econômicas.

Palavras-chave: juventude; criminalidade; estado neoliberal.

**UNIVERSOS QUE SE CRUZAM:
A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA HISTÓRIA DE VIDA DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI**

Viviana Camargo Brandt
UNISAL/Campinas
vivibrandt@hotmail.com

Fabiana Aparecida de Carvalho
UNISAL/Campinas
biataia@yahoo.com.br

Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes é um termo novo para um fato antigo. Ela existe desde a Antiguidade, quando não era reconhecida como tal, o que reflete a concepção de crianças como sinônimo de objeto, incapaz e sem valor. Esta realidade vem sofrendo alterações constantes, sendo que o conceito, a assistência e as legislações referentes à infância vêm se desenvolvendo com grandes avanços. Porém, muito ainda há que se conquistar, pois a violência continua muito presente em vários lares do Brasil e do mundo. Vários estudos apontam indícios de que a violência doméstica é um dos fatores de risco para a conduta infracional, mas o que se presencia na atualidade é a tentativa de punir essas condutas com cada vez mais rigidez, sem levantar a discussão sobre suas reais motivações. Desta maneira, realizou-se a presente pesquisa documental, a partir dos prontuários de um serviço que executa Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, com o objetivo de verificar possíveis conexões entre a Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes e a conduta infracional. Longe de tentar culpabilizar a família ou desresponsabilizar o adolescente por seus atos, o intuito da pesquisa foi problematizar um dos fatores que pode interferir na prática ilícita, na busca de refletir sobre possíveis meios de prevenção. Os resultados revelaram a presença de violência na história de vida da maioria dos adolescentes, sendo elas de todas as modalidades (física, psicológica, sexual e de negligência), além da constatação de violência transgeracional, estrutural e institucional, esta, principalmente ligada à educação e às entidades de acolhimento. Isso demonstra que os adolescentes pesquisados são autores e vítimas de violências e alerta para a necessidade de investimento em Medidas de Proteção e Prevenção, disseminando formas de educação e cuidado não violentas. Também se faz necessário um olhar mais atento para as políticas sociais (de saúde, educação, assistência social, habitação, segurança pública, entre outras), garantindo, desta forma, os direitos de nossas crianças e adolescentes. Além disso, os dados evidenciam a necessidade de atenção dos orientadores de Medidas (ou técnicos de referência) para a história de vida dos adolescentes que lhe são referenciados, a fim de possibilitar que o atendimento passe de mera responsabilização/punição para uma medida mais eficaz por oferecer atenção integral, restituindo direitos e ressignificando vivências.

Palavras-chave: violência doméstica; ato infracional; doutrina da proteção integral.

TERRA-MAR: LITORAIS ENTRE A SOCIOEDUCAÇÃO E A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Wesley Ferreira de Carvalho

Programa de Oportunidades e Direitos – POD Egressos / Socioeducativo (Pão dos Pobres/Governo do Estado do Rio Grande do Sul), Núcleo de Pesquisa em Psicanálise, Educação e Cultura - NUPPEC, Faculdade de Educação, UFRGS
eu_wesley@yahoo.com.br

O presente estudo tem por objetivo inscrever um *litoral*: uma interface entre os campos da educação especial e da socioeducação, oportunizando, de um lado, a investigação da escolarização de adolescentes acautelados na Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE/RS) e, de outro lado, a reflexão aprofundada sobre a escolarização daqueles com deficiência, especialmente os que apresentam impasses em sua estruturação psíquica. O estudo, derivado de pesquisa de mestrado, foi realizado entre os meses de março e maio de 2017, na Escola Estadual de Ensino Médio Senador Pasqualini, localizada no Centro de Atendimento Socioeducativo Padre Cacique, em Porto Alegre/RS. Os seguintes questionamentos norteiam esta pesquisa: como se configura a escolarização de adolescentes que cometem atos infracionais e cumprem uma medida socioeducativa de internação? Dentre os acautelados, há adolescentes considerados da educação especial? Destes, há sujeitos que apresentam impasses em sua estruturação psíquica? São estabelecidas relações entre a educação especial e a socioeducação? Trata-se de pesquisa exploratória, de base qualitativa, em que os procedimentos de análise se sustentaram nos fios éticos da psicanálise, principalmente, no reconhecimento do sujeito em sua singularidade; na possibilidade de criar e preservar espaços de fala e escuta; no entendimento de que aquilo que se fala a respeito do outro é constitutivo das possibilidades de ser e estar no mundo. Pesquisar sobre a escolarização de adolescentes que cometem atos infracionais e cumprem uma medida socioeducativa de internação na FASE é uma tarefa árdua, porém emergente. Um dos maiores desafios do estudo foi estabelecer diálogo entre áreas que historicamente não dialogam, sublinhando a condição de aluno a despeito dos atos infracionais. Entre o texto da lei e a vida na escola, percebeu-se que as formas organizativas do trabalho pedagógico (a organização curricular, os tempos e os espaços escolares) procuram singularizar o fazer docente a favor da condição de aluno e de professor. No que se refere ao diálogo entre áreas, apesar de o *litoral* estar posto nos documentos legais, não se encontrou formalizada a presença de adolescentes com deficiência que cumprem medida de internação. O silêncio, entretanto, é ruidoso. Através um jovem aluno, inúmeras alusões e hipóteses sobre o desempenho escolar, foram capazes de justificar o encaminhamento para o atendimento educacional especializado. O ato infracional, contudo, borra a condição de uma possível deficiência e apaga o direito a recursos potencialmente eficazes para sustentar o aprender.

Palavras-chave: educação especial; socioeducação; escolarização.

“OLHA A VOZ!”: SISTEMA PENAL JUVENIL E EXPERIÊNCIA DE RESISTÊNCIA COM ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE NA CIDADE DE SÃO PAULO

Camila Gibin Melo
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
cagibin@gmail.com

Hannah Zuquim Aidar Prado
Universidade Federal de Goiás - UFG
hannah.zuquim@gmail.com

Diante da intensificação da lógica destrutiva do capital, que intensifica a exploração da classe trabalhadora, é necessário elaborarmos estratégias de resistência. É com este intuito que apresentamos o referido trabalho, com o objetivo de discorrer sobre a política eugenista de encarceramento em massa no Brasil e seu enfrentamento. O aparato repressor do Estado assume papel para a manutenção da indústria bélica, bem como para o controle dos setores considerados descartáveis à lógica produtiva. Assim como o setor repressivo, as políticas sociais para a juventude brasileira se focaram nos grupos considerados "perigosos". Nas primeiras duas décadas do século XX, inicia-se o processo de criação das instituições de controle e criminalização de crianças e adolescentes, por meio do sistema de justiça e assistencialismo, formando-os para o trabalho e colocando-os em abrigos, reformatórios, prisões, etc. O encarceramento faz parte da condição de risco a que está exposta parcela dos jovens; soma-se a isto o maior risco de morte na adolescência, ou seja, a violência letal. A partir de pesquisa realizada em 2007, que criou o Índice de Homicídios na Adolescência, foi possível constatar que, nos municípios com mais de 100 mil habitantes, o índice é de 2,98 de mortes de adolescentes (12-18 anos) por mil habitantes e que mais de 42 mil adolescentes poderão ser vítimas de homicídio nos municípios desse porte entre 2013 e 2019. Contraditoriamente aos avanços institucionais de garantia de direitos da juventude, é esse grupo que mais está sendo encarcerado e assassinado. O crescente encarceramento dos jovens e o aumento da pressão social e política para que ocorra a redução da maioridade penal apresenta um cenário de aumento do punitivismo. As medidas socioeducativas, apesar de uma nova roupagem em sua representação de linguagem, carregam o caráter punitivo das prisões para adultos, sendo possível considerá-las ainda mais cruéis pois abusam das relações de opressão etárias para violentarem física e psicologicamente os adolescentes. Com este cenário, apenas uma atuação que assuma seu papel político de construção de um projeto de sociedade é capaz de resistir e consolidar experiências que abalem, mesmo que de maneira tímida, as estruturas impostas. Neste sentido, a experiência do projeto “OLHA A VOZ!”, realizado pelo Sefras desde 2011, junto a adolescentes privados de liberdade na cidade de São Paulo, apresenta uma alternativa concreta de redução de danos causados pela medida socioeducativa. Trata-se de “redução de danos” pois os limites de qualquer trabalho que de fato invista no processo pedagógico é muito restrito no ambiente prisional, sendo considerados uma ameaça quando saem da rotina disciplinar e provocam alterações no procedimento padrão. Os grupos educativos, de debates de temas político-econômicos, com referencial na Educação Popular, demonstraram a potência deste local de resistência, pois estimular o pensar e a fala torna-se, ainda, o exercício da humanidade em um espaço em que a vida é substituída plenamente pela “mortificação do eu”. Os encontros periódicos, com trinta jovens em cada grupo, tiveram como resultado o indicativo das possibilidades a curto prazo para a longa luta do movimento abolicionista penal e anticapitalista.

Palavras-chave: capitalismo; sistema penal juvenil; educação popular.

AS ADOLESCENTES E A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO: SENTIDOS E SIGNIFICADOS

Daniela Lemos Pantoja Coelho de Oliveira Costa
Secretaria de Educação do Distrito Federal - SEDF
danim23@uol.com.br

Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde, Instituto de
Psicologia, Universidade de Brasília - UnB
mcslloliveira@gmail.com

O cotidiano das relações sociais e das normas institucionais vivenciado pelas adolescentes nas unidades de internação, ao longo do cumprimento de medida socioeducativa, constitui um tema ainda pouco investigado. A presente pesquisa aborda o tema da infração juvenil feminina a partir de uma perspectiva teórico-metodológica que integra o modelo sociocultural do desenvolvimento humano aos estudos de gênero. Os processos de desenvolvimento subjetivo das adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação constituem o objeto de investigação privilegiado neste estudo. O objetivo central do trabalho foi investigar como essas adolescentes significam o processo socioeducativo. Para tanto, adotou-se a metodologia da pesquisa-intervenção em que, por meio de uma oficina pedagógica denominada Oficina de Reflexão foram discutidos e problematizados diversos aspectos do processo socioeducativo. A intervenção foi realizada ao longo de dez encontros nos quais diferentes recursos simbólicos como músicas, textos e vídeos foram utilizados no intuito de evocar reflexões e narrativas que motivassem posicionamentos pessoais das adolescentes sobre as especificidades do atendimento socioeducativo. Participaram da Oficina de Reflexão a pesquisadora, uma auxiliar de pesquisa e 11 adolescentes do sexo feminino que à época cumpriam medida socioeducativa de internação. As sessões de intervenção foram gravadas em áudio e a análise qualitativa dos dados foi realizada à luz de quatro dimensões de análise, a saber: Promoção de Desenvolvimento ↔ Privação de Liberdade; O Olhar das Adolescentes Sobre a Instituição Socioeducativa ↔ O Olhar Institucional Sobre a Infração Juvenil Feminina; Interação Social ↔ Isolamento; Processos Reflexivos ↔ Reprodução do Discurso Institucional. As análises evidenciaram que as adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas lidam com dificuldades ainda mais complexas que os adolescentes porque, entre outras razões, o universo socioeducativo ainda é fortemente marcado por uma cultura masculina. Sendo assim, as assimetrias de gênero são sustentadas por crenças e valores sexistas que permeiam o atendimento socioeducativo. Elas se manifestam, sobretudo, por meio de atitudes de discriminação às adolescentes acauteladas. Desse modo, os resultados levam à compreensão de que as adolescentes se tornam objeto de um processo de exclusão social como parte de um contexto institucional que favorece a reprodução de normas patriarcais dominantes que contribuem para a invisibilização da infração juvenil feminina no contexto investigado.

Palavras-chave: socioeducação; desenvolvimento humano; gênero.

OS SENTIDOS DA ESCOLARIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL

Valéria Regina Valério de Carvalho
Universidade Federal de São Paulo - Unifesp
valeria250485@gmail.com

Marieta Gouvêa de Oliveira Penna
Universidade Federal de São Paulo - Unifesp
marieta.penna@yahoo.com.br

A pesquisa, a seguir apresentada, tem como tema a relação do aluno que cumpre medida socioeducativa de internação com os processos de escolarização. O estudo teve origem, a partir da experiência profissional da pesquisadora, como pedagoga, na Fundação CASA (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente), e fundamentou-se como dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). A pesquisa teve como objetivo compreender o sentido do trabalho escolar desenvolvido na Fundação CASA, a partir da perspectiva do adolescente autor de ato infracional em cumprimento de medida socioeducativa de internação. A análise dos dados coletados permitiu constatar que o sentido atribuído ao trabalho escolar, pelo adolescente em cumprimento de medida de internação está relacionado à questão de sua desinternação, configurando-se por meio de uma relação utilitarista, e por outro lado, para além dessa relação estratégica, o trabalho escolar adquire sentido ao proporcionar, contraditoriamente, no ambiente de privação de liberdade, uma nova relação destes jovens com a escola, e conseqüentemente com o saber, conforme seus relatos. Os dados da pesquisa foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com seis adolescentes internados. A análise foi realizada com base nos conceitos ofício de aluno, sentido do trabalho escolar e relação com o saber, oriundos do referencial teórico dos autores Perrenoud (1995) e Charlot (2005). Como resultados da pesquisa, percebeu-se, por um lado, uma relação truncada destes jovens com a escola, anterior à internação, cujas trajetórias foram permeadas por situações de abandono, reprovações e expulsões, e contraditoriamente, por outro lado, foi possível evidenciar que, de algum modo, no ambiente de internação, estabelecem uma nova relação com a escola, que se mostra positiva, embora também seja utilitarista. O que caracteriza essa relação como positiva, segundo os jovens pesquisados, é a atenção dada pelos professores, justificada principalmente pela quantidade reduzida de alunos em sala de aula, que permite maior aproximação do professor com os alunos. No entanto, não se pode esquecer que essa relação mais positiva ocorre num ambiente de restrição de liberdade, ou seja, é uma relação marcada pela opressão, comprometendo o potencial formativo da educação escolar e do contato com o conhecimento. Esta pesquisa aponta para a importância da relação estabelecida entre professor e aluno, como potencializadora da relação com o saber, e para que se estabeleça essa relação positiva, as condições de trabalho docente são extremamente relevantes, e os relatos trazidos pelos jovens apontam para a precarização deste trabalho ao longo das experiências que tiveram em suas trajetórias escolares anteriores à internação.

Palavras-chave: escolarização; sentido do trabalho escolar; relação com o saber; medida socioeducativa de internação; fundação casa.

SOCIABILIDADES E RELAÇÕES SOCIAIS DOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI EM UBERLÂNDIA/MG EM 2017: SENTIDOS E SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS PELOS SUJEITOS

Manuela Soares Silveira
Universidade Federal de Uberlândia – UFU
Secretaria de Políticas para Crianças Adolescentes e Juventude do Distrito Federal
manu090993@hotmail.com

Fabiane Santana Previtali
Universidade Federal de Uberlândia – UFU
fabiane.previtali@gmail.com

O presente trabalho é resultado parcial da pesquisa de mestrado no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (PPGCS/UFU), que teve por objetivo analisar a sociabilidade dos adolescentes em conflito com a lei do município de Uberlândia/MG no ano de 2017, mais especificamente os adolescentes do sexo masculino que cumprem medida socioeducativa (MSE) de internação no Centro Socioeducativo de Uberlândia (CSEUB). Buscamos então compreender qual o sentido atribuído pelos sujeitos às suas experiências sociais, desembocando no sentido que a MSE de internação tem para eles. Para tanto, optamos por uma base teórico-metodológica orientadora de todo o processo de construção da pesquisa, inclusive de análise de dados, que se contrapõe à visão naturalista e determinista da realidade: o materialismo histórico e dialético de Marx. Dessa forma, a presente pesquisa é majoritariamente qualitativa, respondendo aos aspectos específicos de uma pesquisa com seres humanos, ao optar por trabalhar com o universo dos significados, que não estão deslocados, mas inseridos na realidade social dos pesquisados. Nesse sentido, partimos de um recorte na sociabilidade dos sujeitos, nos aspectos que dizem respeito à educação, ao trabalho, à família e à comunidade. Assim, procuramos estabelecer uma análise que levasse em consideração que o modo de vida como forma de reprodução dos sujeitos se mostra inserido na sociabilidade própria da ordem sociometabólica do capital. A partir daí, empreendemos primeiramente a pesquisa bibliográfica na busca de um amplo levantamento dos autores e de suas respectivas produções científicas que fossem condizentes com o referencial e com a problemática proposta neste estudo. Para a pesquisa de campo, com o objetivo de conhecer as formas de sociabilidade e relações sociais em que estão inseridos os adolescentes que cometeram atos infracionais em Uberlândia/MG, no ano de 2017, na perspectiva dos significados e sentidos atribuídos pelos próprios sujeitos, seus familiares e os operadores do programa de atendimento ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, optamos por um estudo de caso CSEUB. No presente trabalho faremos a construção de conceitos fundamentais para a compreensão da análise que se pretende empreender, quais sejam, os conceitos de juventude, sociabilidade, trabalho, capital e Estado. Além disso, buscaremos inserir os participantes da pesquisa em um contexto macrossocietário, focando especialmente nos aspectos do trabalho e da educação, no que diz respeito à reestruturação produtiva, às novas configurações do mundo do trabalho, e à educação dual e precária para a classe trabalhadora. A partir dessa contextualização alguns dados da pesquisa já são apresentados e analisados, para a compreensão de como esses processos redefinem e reconfiguram as sociabilidades dos sujeitos. Sabemos que é necessária uma continuidade da construção desse trabalho que não se esgota aqui, e, ao contrário, apresenta novas indagações, novas complexidades e fenômenos a serem investigados.

Palavras-chave: adolescente em conflito com a lei; medida socioeducativa; sociabilidade; trabalho; educação.

RODAS DE CONVERSA

A ARTE DO SABER E A SOCIOEDUCAÇÃO: AVANÇOS E DESAFIOS EM PRÁTICAS DE ATENDIMENTO

O projeto A Arte do Saber, idealizado e materializado por três agentes socioeducativos buscou incentivar a (re)integração social, como meta a possibilitar autonomia, protagonismo juvenil e cidadania, por intermédio da leitura na Unidade de Internação de Santa Maria a partir de 2014. Para tal, contou com a doação de livros por parte de Instituições públicas e privadas, material esse selecionado com o intuito de disseminar conhecimento de temáticas educacionais didáticas, paradidáticas/literárias e de entretenimento, aos (às) socioeducandos(as). Sua metodologia visou aporte teóricos na área de ciências sociais aplicadas, quer seja sobre a temática da socioeducação, tais como: o papel do (a) socioeducador(a), o objetivo central do cumprimento da medida socioeducativa, (re)integração social, violência urbana, exclusão social, limites advindos de regras e normas sociais e a práxis diária de atendimento em Unidade de Internação a adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa, desenvolvido de forma integrada e interdisciplinar. Diante das questões de estrutura da Unidade, idealizou-se a minibiblioteca móvel por meio de um “carrinho”, diariamente transportado por profissional qualificado (a), educador (a) social, em horários preestabelecidos na jornada pedagógica proposta pela Instituição, em todos os alojamentos dos (as) socioeducandos(as) internados(as). Conforme os respectivos interesses destes (as) sujeitos de direitos, de forma itinerante, os livros ficam disponibilizados em seus alojamentos e poderão permanecer a qualquer tempo. Assim, a implantação do Projeto “Leitura – A Arte do Saber” ocasionou avanços no cumprimento da medida socioeducativa nesta Unidade, vez que o estímulo a leitura e o resgate desta ação no processo de formação humana, possibilitou reflexões e o pensamento crítico. Cabe ressaltar que a socioeducação é um direito garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e também no âmbito do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, busca contribuir com uma política de direitos humanos fundamentais para os adolescentes em situação de ato infracional. Por não se tratar de uma política pública, o projeto de leitura a Arte do Saber enfrenta dificuldades na sua aplicação, por questões de segurança, da insuficiência de efetivo de socioeducadores, ausência de recursos para aquisição de outros livros e materiais, e pela ausência de profissionais da área da educação que atuem além da educação formal, ou seja, no acompanhamento das redações produzidas pelo projeto a Arte do Saber, gerando invisibilidade das propostas de ressocialização através da Educação. Nesse sentido, para melhor reflexão sobre o projeto A arte do Saber, a roda de conversa possibilitará possibilidades para um amplo diálogo a Educação em e para Direitos Humanos.

Palavras-chave: a arte do saber; socioeducação; sujeitos de direitos; educação em e para direitos humanos.

Leitura – a arte do saber

Roges Ribeiro da Silva
Secretaria de Políticas para Crianças Adolescentes e Juventude do Distrito Federal
roges.silva@gmail.com

Cabe ressaltar que as Unidades de Internação são espaços de cumprimento de medida socioeducativa com a peculiaridade de privação de liberdade e lidam não apenas com a atuação técnica psicossocial, pedagógica, cultural e disciplinar, mas também com redes, limites e fronteiras permeáveis entre o sistema legal e o sistema executor de medidas socioeducativas. Mas mesmo com toda a logística, faz-se necessário novas propostas. Diante da percepção dos agentes em observar a ociosidade e conflitos internos dos socioeducandos(as), criou-se o projeto de leitura A Arte do Saber em abril de 2014. É um projeto de cunho social, idealizado por três agentes públicos na promoção de uma educação em e para direitos humanos. Diante de doações de empresas públicas e privadas, criou-se uma biblioteca itinerante com escopo para possibilitar ao adolescente estímulo a leitura, incentivando assim, avanços no

cumprimento da medida socioeducativa na Unidade de Internação de Santa Maria (Unidade piloto), no processo de formação humana e ao pensamento crítico dos sujeitos de direitos.

Avanços e desafios em práticas de atendimento na socioeducação

Abdallah Antunes
Secretaria de Políticas para Crianças Adolescentes e Juventude do Distrito Federal
abdallahantun@hotmail.com

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) assim como o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) são marcos para a implementação de medidas socioeducativas no campo da socioeducação. A sociedade civil influenciada pela mídia talvez compreenda com propriedade os avanços conceituais de termos e de direitos normativos que o Brasil idealizou e promulgou ao ser signatário da Organização das Nações Unidas, mas não se encontra a par dos desafios de projetos e práticas no atendimento aos adolescentes autores de atos infracionais, principalmente aos de regime de internação. É importante que haja ações articuladas não somente na formação e aperfeiçoamento dos agentes públicos, mas a valorização de práticas e metodologias de atendimento em socioeducação para oportunizar aos socioeducandos(as) ressignificação de suas práticas infracionais, lembrando que esses adolescentes se encontram em desenvolvimento humano e nem sempre se considera suas condições sociais, econômicas, culturais e históricas. O projeto de leitura a Arte do Saber tem avançado consideravelmente ao longo dos três anos de implementação, proporcionando aos internos(as) além de premiações e aprovações no âmbito educacional e cidadania. Por fim, o desafio da Arte do Saber é avançar na metodologia para além da leitura, através da possibilidade reflexiva psicossocial que tem sido promovido por meio das redações.

O projeto "A arte do saber": diálogos com a educação em e para direitos humanos

Clawdemy Feitosa e Silva
ISCP/PMDF
asotieff@gmail.com

O projeto "A arte do Saber" tem como proposta de reinserção social de medida socioeducativa através da leitura para os adolescentes em conflito com a lei em unidades de internação. Além de promover informação e conhecimento, como incentivar e ressignificar a vida dos adolescentes diante do sistema social repleto de estigmas e preconceitos? Como o projeto a Arte do Saber dialoga com a Educação em e para Direitos Humanos diante de práticas pedagógicas nem sempre exitosas? A Educação em e para Direitos Humanos vai além das normatizações, planos e diretrizes. Ela permeia desafios, ressignificações na consolidação e movimento de mudanças sociais. A EDH tem sido uma fonte inesgotável de pesquisa, possibilidades e desafios na construção de uma cultura de paz e de práticas pedagógicas. Para tal, requer dos ambientes educacionais uma postura dialógica no qual todos os atores sejam ouvidos e tratados como sujeitos deste processo de construção da cidadania.

AVANÇOS E DESAFIOS NO ACOMPANHAMENTO DA ESCOLARIZAÇÃO DE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DO DF

Esta proposta tem por objetivo discutir os avanços e desafios no campo da política e do acompanhamento pedagógico da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF), no tocante a garantia da Escolarização de Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas. Apresentaremos a trajetória da Secretaria de Educação em relação ao acompanhamento escolar dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de 1992 até a publicação das Diretrizes Pedagógicas da Escolarização na Socioeducação, em 2014. Abordaremos o contexto das Políticas Públicas a partir de dois marcos legais, o Plano Distrital de Educação (PDE) 2015-2024, destacando a especificidade deste Plano em relação aos Planos Estaduais de Educação das entidades federativas com mais de mil adolescentes cumprindo algum tipo de medida. Entre elas: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Problematizaremos de que forma o Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do DF, aprovado em 2016, dialoga com o Plano Distrital de Educação, especialmente em relação ao direito à educação dos adolescentes em conflito com a lei. Discutiremos, ainda, a oferta de escolarização a partir de dados atuais da SEEDF, as práticas institucionais da gestão pedagógica, destacando avanços e desafios do acompanhamento da implementação e da avaliação das Diretrizes Pedagógicas da Escolarização na Socioeducação no Distrito Federal. Ainda, como objeto de reflexão, evidenciaremos a fala de um adolescente quando questionado sobre o papel da educação na medida socioeducativa: “importa, neste contexto pensar que o adolescente, ao sair, acaba voltando para o mesmo quadro de miséria, drogas e falta de perspectiva. São necessários mais investimentos na educação, especificamente em escolas que atendam em período integral, ampliando o tempo de permanência do jovem na escola, garantindo assim, mais atividades, cursos técnicos e profissionalizantes. Desse modo, retira-se crianças e adolescentes das ruas, não para serem acauteladas, mas para garantir-lhes liberdade plena que somente uma educação é capaz de oferecer”. Por fim, com este relato busca-se evidenciar o desafio na consolidação de uma educação emancipatória que possibilite transformações nas trajetórias de vida dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativas.

Palavras-chave: política pública; escolarização; socioeducação; práticas pedagógicas.

A Secretaria de Educação do Distrito Federal no contexto do acompanhamento pedagógico de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas

Daniela Gomes do Nascimento
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEDF
gndaniela02@gmail.com

O acompanhamento escolar de crianças e adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, longe de ser uma atividade simples e corriqueira, constitui-se num desafio constante para a equipe escolar e gestão governamental. A partir desta vivência pretendemos analisar a trajetória da SEEDF na oferta da política de escolarização na socioeducação, após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Neste movimento de avanços legais, em 1992 houve o encaminhamento informal de quatro professores para atuarem no Centro de Atendimento Juvenil Especializado/CAJE. Em 1999, foi assinado o primeiro Termo de Convênio entre a Fundação Educacional do DF e a Fundação de Assistência Social, que tinha como objetivo proporcionar a escolarização de adolescentes internos no CAJE. Neste período ainda não havia orientação de uma organização do trabalho pedagógico, de acompanhamento e de registro das ações por parte da SEEDF. Em relação à gestão da política educacional no contexto da socioeducação, a SEEDF inicia sua aproximação com a execução da medida socioeducativa em 2011 e assume, integralmente, a sua oferta em 2013 quando inicia a publicação de marcos legais, tais como Termo de Cooperação Técnica, Portarias, Circulares e Diretrizes.

As políticas socioeducativas no DF: o que diz o PDE sobre a socioeducação? O PDE e o Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Distrito Federal dialogam em relação ao atendimento escolar?

Andréia Mello Lacé
Universidade de Brasília - UnB
andrea.mello.lace@gmail.com

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 25 de junho de 2014, previu, no artigo 8º, o prazo de 1 ano para que Estados, Distrito Federal e Municípios adequassem e/ou elaborassem seus correspondentes planos de educação. Conforme, Lacé; Scherre; Sousa (2016), o Distrito Federal após sucessivos embates, aprovou o primeiro Plano Distrital de Educação, em 25 de julho de 2015, sob o número da Lei 14.705. Neste cenário, considerando o planejamento nacional e local, como a objetivação das ações do Estado em matéria educacional, esta conversa tem três objetivos complementares, o primeiro é verificar como a socioeducação está consignada no Plano Distrital de Educação (PDE), o segundo é analisar quais as especificidades deste Plano em relação aos Planos Estaduais das entidades federativas, que apresentam mais de mil adolescentes cumprindo algum tipo de medida socioeducativa. Entre elas: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Sul (SINASE, 2017). Por fim, o terceiro objetivo é problematizar de que forma o Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do DF, aprovado em 2016, dialoga com o Plano Distrital de Educação, especialmente, em relação ao atendimento escolar dos adolescentes em conflito com a lei.

Oferta da escolarização e gestão pedagógica para o acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no DF

Lívia Silva de Souza
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF
livia.ssouza12@gmail.com

Considerando o contexto da medida socioeducativa, faz-se necessário uma organização do trabalho pedagógico que contemple a especificidade e a singularidade de seus estudantes. A partir da análise dos dados referentes a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida, Prestação de Serviço à Comunidade, Semiliberdade e de Internação do Distrito Federal, a SEEDF, a fim de sistematizar o acompanhamento /oferta da escolarização inicia a implementação da política de escolarização na socioeducação, balizando-se em marcos legais e teóricos. Com isso, objetiva-se analisar a gestão pedagógica da SEEDF no âmbito da socioeducação. No que se refere às ações da gestão pedagógica destacam-se: Coordenação Pedagógica Intersetorial, Coordenação Pedagógica Intrasetorial, Orientações Operacionais para os Núcleos de Ensino das Unidades de Internação, Relatório de Gestão, Jornada Pedagógica, Fóruns Regionais, Visitas Técnicas, Processo Seletivo do corpo docente, aplicação de avaliações diagnósticas externas, participação em Comitê Gestor das Medidas Socioeducativas. Para além destas ações que qualificam a oferta da política educacional, o maior desafio é a inclusão de todos os adolescentes na escola e a garantia do direito diário à educação, priorizando o aspecto pedagógico da medida em detrimento da segurança.

O JOVEM AUTOR DE ATO INFRACIONAL E A SOCIOEDUCAÇÃO: CONCEITOS, TRAJETÓRIAS, CONTEXTOS E SENTIDOS

As discussões envolvendo juventude, violência, escola, sistema de justiça, ato infracional e medidas socioeducativas têm sido frequentes nos debates cotidianos no mundo acadêmico, nas práticas escolares, sociais e judiciais. Essas temáticas vêm permeando as pesquisas do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Participação Democrática e Direitos Humanos (GEPEPDH - UNESP Campus Rio Claro/SP). Desta forma, este trabalho pretende abordar algumas questões que atravessam a pesquisa desenvolvida pelo grupo, titulada como “Trajetórias de jovens protagonistas de violência”, na qual se buscou conhecer e compreender os elementos constitutivos da lógica de criminalização da pobreza e juventude à luz da perspectiva teórica histórico-cultural, refletindo sobre como as instituições escolares e de justiça têm tratado a questão, apontando possíveis consequências para a vida dos jovens e para a sociedade contemporânea. Esta pesquisa maior contou com o apoio e financiamento do Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq. Assim, com o intuito de compartilhar saberes, conceitos, sentidos e práticas no campo do atendimento socioeducativo em suas interfaces com o campo da educação é que se apresenta esta proposta. Para tanto, se propõe discutir nesta roda de conversa: o conceito de socioeducação, sua apresentação nas legislações pertinentes e as diferentes interpretações, bem como a dificuldade desta conceituação e suas consequências na execução das medidas socioeducativas; a trajetória escolar de jovens autores de ato infracional, enfatizando as dificuldades de acesso e/ou permanência e reinserção destes jovens na escola, trazendo uma reflexão sobre a necessidade de propostas diferenciadas para inserção de crianças e adolescentes excluídas do ensino fundamental obrigatório; também se pretende evidenciar a interface do fracasso escolar com o contexto sócio familiar e o envolvimento com o ato infracional. Os assuntos a serem trabalhados se complementam e compartilham de uma mesma visão de adolescência/juventude, entendendo-a como um produto social, construído ao longo da história de cada cultura, de cada sociedade, mas também de cada sujeito, pela sua ação, pela possibilidade de autonomia e desenvolvimento da autoconsciência, em seu processo de humanização. Portanto, trata-se de uma discussão teórico conceitual somada às reflexões realizadas a partir de dados coletados em pesquisas, que buscam subsidiar a elaboração de políticas públicas e a execução de medidas socioeducativas nesta área.

Palavras-chave: socioeducação; trajetória escolar; juventude.

Socioeducação: sobre leis, conceitos e práticas

Juliana Cavicchioli de Souza;
Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Biociências, UNESP
juliana.cavicchioli@uol.com.br

Vanessa Petermann Bonatto
Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Biociências, UNESP
vanessapbonatto@hotmail.com

Débora Cristina Fonseca
Departamento de Educação, Instituto de Biociências UNESP
deboracf@rc.unesp.br

O termo socioeducação evidenciou-se no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990). O conceito aparece em diversos documentos referentes às medidas socioeducativas aplicadas à adolescentes em conflito com a lei. Porém este apresenta-se de forma pouco clara, dificultando a compreensão conceitual.

Assim, o presente trabalho objetiva refletir acerca do conceito de socioeducação presente nas políticas públicas brasileiras e suas consequências na execução das medidas socioeducativas e para os processos de constituição e formação dos atores envolvidos. A partir de levantamento bibliográfico sobre a temática tem sido possível perceber que apesar do avanço em relação ao previsto na legislação, da integração entre a dimensão educativa da medida socioeducativa (socioeducação) e as necessidades sociais do adolescente em conflito com a lei, é fundamental ponderar a manutenção do caráter explícito de sanção das medidas socioeducativas. Entretanto, estudos têm indicado que apesar do avanço legal as orientações técnicas para a aplicação das medidas parecem insuficientes e ambíguas. Essas variadas interpretações podem resultar em percepções equivocadas e práticas contraditórias à proposta do SINASE. Com base nessas reflexões espera-se aprimorar discussões sobre o conceito de socioeducação e possibilitar pensar as implicações dessas diferentes concepções e ambiguidades na prática dos contextos de execução de medidas.

**Fracasso escolar e defasagem educacional:
a escolarização de adolescentes envolvidos com ato infracional**

Caroline Polido
Instituto de Biociências UNESP
caroline_poli@hotmail.com

Vanessa Petermann Bonatto
Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Biociências, UNESP
vanessapbonatto@hotmail.com

Débora Cristina Fonseca
Departamento de Educação, Instituto de Biociências UNESP
deboracf@rc.unesp.br

É possível observar a problemática atual dos atos violentos praticados por jovens nos debates cotidianos no mundo acadêmico, nas práticas escolares, sociais e judiciais. A pesquisa objetivou investigar a escolarização de adolescentes que responderam a processos judiciais e que cumpriram (ou não) medida socioeducativa, buscando evidenciar a interface do fracasso escolar com o contexto sócio familiar e o envolvimento com o ato infracional. A análise dos dados seguiu a perspectiva de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2004) e como referencial teórico foi utilizada a teoria sócio histórica. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, efetivada a partir de análise documental, através da leitura dos relatórios (escolares e psicossociais) do Conselho Tutelar, da Fundação Casa e do CREAS, constantes nos processos judiciais. Durante a análise foi possível observar que o histórico escolar, os contextos social e familiar desses adolescentes podem ser indicativos de como prevenir que os jovens adentrem ao mundo do crime, visto que quanto mais afastados do ambiente escolar e de suas famílias, mais próximos ficavam do mundo do crime, podendo infracionar. Por meio desse estudo, nota-se que a maioria dos jovens que se envolveram com atos infracionais apresentavam defasagem escolar e/ou histórico de abandono, reduzindo o sistema protetivo que a escola os possibilita.

**Reflexões sobre as dificuldades de acesso e/ou permanência na escola
de jovens autores de atos infracionais**

Elisiane Spencer Quevedo Goethel
Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Biociências, UNESP
lisispencer@gmail.com

Priscila Carla Cardoso
Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Biociências, UNESP
priscilacarlacardoso@gmail.com

Cláudia Regonha Suster
Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Biociências, UNESP
claudiasuster@gmail.com

Débora Cristina Fonseca
Departamento de Educação, Instituto de Biociências UNESP
deboracf@rc.unesp.br

O presente trabalho se propõe a analisar e discutir a trajetória escolar do jovem autor de ato infracional, com foco na dificuldade de acesso e/ou permanência destes jovens na escola. Foram realizadas e analisadas 13 entrevistas individuais com jovens do sexo masculino, entre 16 e 17 anos, de duas escolas em diferentes cidades do interior Paulista. Restou evidente que os adolescentes tiveram um percurso escolar marcado por dificuldades de aprendizagem, defasagem ano-escola, reprovação e evasão, que vão desde a negação de vaga até a exclusão dentro do ambiente escolar, por meio de estigmas e preconceitos. Demonstra-se urgente uma discussão mais consistente das políticas públicas de educação para a criação de estratégias diferenciadas que visem o acesso e a permanência de adolescentes com uma trajetória escolar marcada pela exclusão. Para tanto, se faz necessário a desconstrução de estigmas e preconceitos, no sentido com compreender o fenômeno em sua múltipla determinação.

ENSINO DE CIÊNCIAS PARA ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE: CONCEPÇÕES DOCENTES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

As medidas socioeducativas são um conjunto articulado de intervenções pedagógicas e intencionais com o objetivo de possibilitar aos jovens a oportunidade de se desenvolverem, se transformarem e conseqüentemente modificarem a sua respectiva realidade, ressignificando assim as trajetórias consideradas infratoras. Ao legitimá-los como sujeitos de direitos e de transformação social, a educação tem função essencial em suas vidas. Portanto, na medida socioeducativa de internação, assim como nas demais, os adolescentes têm garantida a vinculação ao processo de escolarização formal. Observa-se que os indivíduos nesse contexto têm baixa escolaridade e manifestam grande dificuldade em frequentar a escola e concluir as etapas constituintes da Educação Básica, apontando para uma enorme defasagem e evasão escolar antecedente ao momento da infração. Cada instituição escolar é um espaço singular e uma escola inserida em uma Unidade de Internação não pode ser uma extensão desse insucesso. Ela deve tornar-se uma oportunidade de desenvolvimento, de inclusão e de protagonismo no convívio social. Entendendo que um ensino de ciências descontextualizado, indiferente às questões sociais, com uma visão “conteudista” e positivista não favorece a formação social dos estudantes que cumprem medida socioeducativa de internação, além de dificultar o despertar do interesse pelas atividades educacionais, sendo assim o presente estudo expõe propostas distintas que permitiram progressos no processo de ensino e aprendizagem e favoreceram substancialmente o envolvimento com o conhecimento científico e a autonomia de alunos e professores em três situações específicas. De acordo com as considerações mencionadas, realizaram-se três propostas integrativas focadas em professores e alunos de Unidades de Internação pertencentes ao Distrito Federal, vislumbrando conhecer a concepção que estes professores possuem acerca do seu papel como mediador, já que a sua atuação é de extrema importância na formação dos educandos, como indivíduos críticos e reflexivos inseridos na sociedade. Além disso, tais estudos visaram considerar a implantação de metodologias ativas, como atividades lúdicas e experimentações, como fator adequado ao apreço pela construção do conhecimento científico abordado no ambiente escolar. Por conseguinte, constatou-se que a educação é transformadora quando se há consenso de objetivos entre escola, professores e estudantes, a fim de que os dados estáticos, de evasão e reprovação, sejam reversos e favoráveis para a modificação das vidas dos educandos que estão em conflito com a lei.

Palavras-chave: medida socioeducativa; formação de professores; adolescentes, papel do professor, educação transformadora.

Aplicação de Atividades Lúdicas no Ensino de Biologia

Lays Batista Martins Leite
Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal - SEDF
laysmartins7@hotmail.com

Cynthia Bisinoto
Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília - UnB
cynthia@unb.br

No contexto educacional formal, o professor configura-se em um agente mediador de extrema relevância no processo de apropriação dos conhecimentos, uma vez que é o seu papel promover um ensino de qualidade e incentivar o pleno desenvolvimento dos alunos. Visando o sucesso do processo de ensino-aprendizagem desenvolveu-se neste estudo a aplicação atividades lúdicas específicas da disciplina de biologia, em uma Unidade Socioeducativa de Internação, situada no Distrito Federal. Buscando favorecer a motivação e interação dos discentes, para que os mesmos tivessem acesso aos conteúdos e

metodologias diferenciadas. Diante desse pressuposto, realizou-se uma pesquisa-intervenção, assumindo o compromisso com a construção do conhecimento. Tal proposta ocorreu com uma turma de alunos que cursavam do 1º ano do Ensino Médio, com a faixa etária entre 16 e 20 anos, sendo aplicadas cinco aulas com apoio de recursos lúdicos, como jogos e produção de modelos. Para avaliar a aceitação das atividades foram realizadas entrevistas semiestruturadas com o professor regente e os respectivos alunos. De acordo com os dados obtidos constatou-se que essas ferramentas metodológicas contribuem na facilitação do aprendizado, e propiciam momentos descontraídos e de interação com a turma, professor e conhecimento científico, além de cooperar para construção de valores.

Atividades Experimentais no Ensino de Química

Larissa Rabêlo Marques
Universidade de Brasília - UnB
larissarmarques@hotmail.com

Renata Razuk
Universidade de Brasília - UnB
renatarazuck@unb.br

Entendendo ser necessária uma abordagem educacional diferenciada na Socioeducação, propôs-se uma intervenção visando analisar o impacto de atividades experimentais demonstrativas investigativas no processo de ensino-aprendizagem em uma Unidade Socioeducativa de Internação do Distrito Federal no primeiro semestre de 2016. Após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília – CEP/IH e autorização pela Vara de Execução de Medidas Socioeducativas do Distrito Federal construiu-se um módulo didático com a fotografia como tema norteador. A abordagem foi feita em cinco momentos com adolescentes entre 18 e 20 anos durante as aulas de Química e sua implementação foi analisada qualitativamente. Buscou-se avaliar se as atividades que enfatizam a relação teoria-experimento incorporam a interdisciplinaridade e a contextualização e levam em conta a segurança e os materiais disponíveis dentro desse contexto, contribuíram não apenas para o processo de aprendizagem dos jovens, mas também para seu envolvimento com os processos educativos e a ressignificação da importância do conhecimento escolar para suas vidas. Os resultados indicam que a proposição favoreceu a motivação e a interação dos discentes, o acesso aos conteúdos e metodologias diferenciadas e a construção de uma relação de autoconfiança com o conhecimento.

Um Estudo Sobre as Concepções de Desenvolvimento Humano e as Suas Implicações no Contexto Socioeducativo

Sabrina Ribeiro de Souza
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEDF
sabrinnaribeiro@hotmail.com

Cynthia Bisinoto
Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília - UnB
cynthia@unb.br

As concepções de desenvolvimento humano dos professores revelam a visão que têm sobre a constituição humana, as quais sugerem determinadas concepções de ser humano e como consequência, dão pistas para compreender qual a ideia que o professor tem sobre os alunos em cumprimento de medida socioeducativa, quais são suas expectativas, qual a importância eles atribuem a educação e ao

professor no processo de desenvolvimento dos jovens. Entender as concepções dos professores é importante, já que elas influenciam no seu modo de ensinar e de se relacionar com os jovens. Buscando identificar as concepções de desenvolvimento humano dos professores atuantes na socioeducação, realizou-se essa pesquisa com três professoras que lecionam em escola de unidade de internação, as quais participaram por meio de entrevista semiestruturada. Os resultados indicam que estas têm diferentes concepções sobre o desenvolvimento humano e sobre o papel do professor, havendo concepções reducionistas e outras ampliadas. As professoras relatam que a docência no âmbito socioeducativo as possibilitou refletir e analisar seu papel e sobre como a educação pode contribuir para a transformação da vida dos adolescentes. Apenas uma professora enfatiza, claramente, que o papel do professor no desenvolvimento humano se dá por meio da mediação.

O AGENTE SOCIOEDUCATIVO E SUAS PRÁTICAS – DO TRABALHO IDEAL AO REAL

O Agente Socioeducativo é figura ímpar dentro do processo de atendimento socioeducativo. Pouco se fala sobre a categoria e sobre o trabalho desempenhado; estudos que versem sobre saúde e bem-estar desses trabalhadores são raros nos sites de busca acadêmicos. Entretanto são estes quem estão em contato diário com os jovens em processo de ressocialização, e cabe a este, função além da garantia de segurança, atuando como peças-chaves de reeducação social dos adolescentes. Isso posto, propõem-se aqui a formulação de um espaço para conversarmos sobre a função do Agente pelo viés sócio-histórico da função, com um debatedor que trará um estudo bibliográfico onde descreve a criação e desenvolvimento do trabalho de Agente Socioeducativo e do Sistema Socioeducativo, contextualizando ambos na contemporaneidade, as consequências de todo o processo histórico em como o sistema se encontra e a influência no processo de ressocialização dos jovens. Ademais irá ser discutido aspectos que envolvem o bem-estar e a saúde do trabalhador, sob a ótica da psicologia social e do trabalho. Para isso terá um debatedor apresentando seu estudo sobre o estresse na função de agente socioeducativo, pesquisa desenvolvida pelo viés quantitativo abordando as sintomatologias oriundas da atuação laboral e as consequências disso na realização prática dos mesmos, inclusive no processo de ressocialização dos adolescentes. E terá ainda a participação de um terceiro debatedor contribuindo com um estudo qualitativo sobre as estratégias de *coping* desenvolvida pelos Agentes para lidar com as consequências de seus trabalhos em sua vida pessoal e ainda no desempenho final de sua atuação de trabalho. Todos trazem a responsabilidade de apresentar o trabalho do Agente Socioeducativo, demonstrando as contradições entre o trabalho como está descrito em regulamentos e editais e o trabalho como realmente acontece na prática diante do contexto em que se encontram e das ferramentas que a estes são disponibilizadas. As consequências do labor sobre a saúde do trabalho e ainda no resultado final de sua ação que é o processo de ressocialização dos jovens.

Palavras-chave: sistema socioeducativo; agente socioeducativo; saúde do trabalhador.

A história do sistema socioeducativo no Brasil

Mauro Alves Martins Junior
Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal
mauro_a_martins@yahoo.com.br

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, criado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e o Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente, regulamenta – o que já estava previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente – o atendimento baseado nos direitos humanos destinados às crianças e aos adolescentes em conflito com a lei. Nesse contexto, os Agentes Socioeducativos são fundamentais no processo de ressocialização dos jovens que cumprem medidas socioeducativas. A fim de contribuir para o enriquecimento de material de estudo e referências sobre o tema do Sistema Socioeducativo, o presente trabalho utilizando dados secundários, foi realizado levantamento bibliográfico e buscou apresentar o roteiro histórico do processo de desenvolvimento do Sistema Socioeducativo no Brasil, o surgimento da profissão do Agente Socioeducativo, assim como a regulamentação e a definição do cargo de Agente, no contexto do Distrito Federal. Portanto serão discutidos por esse debatedor, utilizando como referência o citado artigo, as práticas de atuação dos agentes socioeducativos na realidade atual e a influência destas no processo de ressocialização.

Trabalho e estresse entre agentes socioeducativos

Luiza Mariana Brito Soares
Unidesc
luiza.mariana@yahoo.com.br

Este estudo objetivou avaliar a incidência de estresse nos Agentes Socioeducativos, identificando as fases de estresse em que os Agentes se encontram, além de distinguir a tendência de sintomatologia física ou psíquica apresentada. Para atingir tal objetivo, o estudo apresenta uma pesquisa minuciosa sobre a definição e o conceito de trabalho, as formas de adoecimento organizacional, a influência do adoecimento organizacional na vida pessoal dos sujeitos e também pesquisas que contemplam a presença de estresse em profissionais. Foi realizado estudo quantitativo, em Agentes Socioeducativos atuando em todos centros de internação do Distrito Federal no ano de 2013, utilizando a escala ISSL como instrumento para mensurar a incidência, prevalência e sintomatologia do estresse organizacional, além de questionário desenvolvido para mensurar as consequências do efeito deste na atuação laboral do servidor. A autora é proponente como coordenadora da roda de conversa e irá contribuir com os dados de sua pesquisa, argumentando sobre a importância de se falar sobre as consequências do trabalho na vida pessoal e profissional do agente socioeducativo.

Estratégias de enfrentamento desenvolvidas por agentes socioeducativos em contexto laboral

Karina Dias Silvino de Oliveira
Universidade de Brasília - UnB
karinadias05@gmail.com

Este estudo buscou dar voz aos Agentes Socioeducativos. Nesse sentido, o presente trabalho, por meio dos relatos dos Agentes, buscou verificar questões como a maneira que esses profissionais vivenciam o estresse organizacional; a que eles atribuem como sendo responsáveis pelo surgimento ou agravamento do estresse consequente de sua atuação laboral; que tipo de estratégias são desenvolvidas para lidar com a situação, o que esses Agentes acreditam que pode ser feito por eles, pelo sistema ou pela chefia e a forma de superar os aspectos negativos de seu trabalho realizado. Por meio de pesquisa qualitativa, foram realizadas entrevistas com agentes atuando em centros de internação do Distrito Federal durante o ano de 2013, e os dados foram analisados pela luz da análise de conteúdo de Bardin. O debatedor contribuirá então na roda de conversa com os dados de sua pesquisa, contribuindo sobre o contexto de atuação do trabalho dos agentes como instrumento de ressocialização dos jovens, contextualizando as condições e as consequências do trabalho desempenhado.

SUCESSO ESCOLAR NA SOCIOEDUCAÇÃO: TRÊS ABORDAGENS QUE SE COMPLEMENTAM

O objetivo dessa comunicação é compor o espaço coletivo de partilha e troca de experiências da modalidade roda de conversa, contribuindo com a discussão sobre docência na socioeducação. A intenção é reconhecer, conhecer e refletir, junto aos participantes, sobre o papel do professor como mediador de desenvolvimento humano dos adolescentes. Esse profissional pode intencionalmente construir situações de ensino-aprendizagem que possibilitem diferenciadas vivências, mediadoras de oportunidades de mudanças nas trajetórias infracionais. Acredita-se que o conhecimento psicológico contribuirá para serem pensadas algumas concepções subsidiadoras de práticas bem-sucedidas na educação a exemplo das concepções de estudante como sujeito de sua aprendizagem, e de adolescência como construção social, histórica e cultural. A escolarização nas medidas socioeducativas vêm sendo palco de diversas discussões, pois, além do reconhecimento da escola como uma instituição social e como espaço de socialização e cidadania de grande importância para o desenvolvimento humano, a complexidade do trabalho pedagógico que deve ser desenvolvido nesse espaço demanda muita atenção. Um dos pontos que será abordado nessa roda de conversa concentra-se na identificação das concepções subjacentes às ações dos docentes que organizam suas práticas educativas acreditando na possibilidade de sucesso de seus alunos. Nesse sentido, no contexto escolar, o professor é parte integrante e fundamental nas relações, pois ele assume o papel de mediador nesse processo de ensino e aprendizagem. A roda de conversa em tela buscar apresentar a possibilidade do sucesso escolar nas diferentes medidas socioeducativas com a apresentação de duas experiências de sucesso escolar, uma na medida de internação e outra na escolaridade em meio aberto.

Palavras-chave: sucesso escolar; medida de internação; meio aberto.

Contribuições da psicologia para a escolarização em medida socioeducativa

Lígia Carvalho Libâneo
Universidade de Brasília - UnB
ligialibaneo@gmail.com

O objetivo dessa comunicação é compor o espaço coletivo de partilha e troca de experiências da modalidade roda de conversa, contribuindo com a discussão sobre docência na socioeducação. A intenção é reconhecer, conhecer e refletir, junto aos participantes, sobre o papel do professor como mediador de desenvolvimento humano dos adolescentes. Esse profissional pode intencionalmente construir situações de ensino-aprendizagem que possibilitem diferenciadas vivências, mediadoras de oportunidades de mudanças nas trajetórias infracionais. Acredita-se que o conhecimento psicológico contribuirá para serem pensadas algumas concepções subsidiadoras de práticas bem-sucedidas na educação, a exemplo das concepções de estudante como sujeito de sua aprendizagem, de aprendizagem como momento de construção de conhecimento, e de adolescência como construção social, histórica e cultural. Também será apresentada a defesa da atuação integrada dos atores educacionais na materialização do projeto político-pedagógico da escola, e a valorização de espaços formativos como momentos de desenvolvimento humano adulto do corpo docente, práticas que impactam nas relações humanas no interior da escola e na qualidade do processo educativo. E ainda, discutem-se interesses políticos, econômicos e sociais contraditórios, que perpassam o cotidiano escolar e contribuem para a realização de práticas educativas que visam a reprodução ou a transformação da escola, das pessoas, e sociedade.

Experiência escolar em medida socioeducativa de internação

Rejane Matias Gomes da Silva
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEDF
Universidade de Brasília – UnB
profrejane@yahoo.com.br

Iniciaremos nossas apreciações em torno da experiência de pesquisa da autora. A proposta dessa comunicação é apresentar uma experiência de intervenção pedagógica realizada em uma unidade de internação pela professora de Língua Portuguesa. Trata-se de um trabalho realizado com adolescentes de 8º/9º anos do Ensino Fundamental e 1º ano do Ensino Médio que cumprem medida socioeducativa de internação. O projeto ampara-se teoricamente no Modelo de Enriquecimento Escolar concebido por Joe Renzulli que visa com atividades suplementares aprofundar e enriquecer o currículo escolar de forma a reconhecer e ampliar potencialidades e habilidades específicas dos alunos. Tal iniciativa teve um impacto direto em sala de aula, pois seu objetivo é promover a reflexão sobre habilidades e interesses dos adolescentes e não acentuar suas defasagens e dificuldades escolares. Tendo em vista a realidade de anos de defasagem escolar, torna-se indispensável a implementação de abordagens metodológicas mais diretas e menos tradicionais.

Experiência escolar em meio aberto

Natália de Souza Duarte
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEDF
nataliasduarte@gmail.com

O sucesso escolar na escolaridade de adolescentes em medida socioeducativa de meio aberto é um desafio complexo. Alguns elementos dessa complexidade são as características desses adolescentes: um público em situação de pobreza; com sobreposição de vulnerabilidades; muitos já tendo experimentado a medida de internação. Estar frequentando a escola já é, por si só, um desafio. Como frequentemente apresentam distorção idade/ano são adolescentes com vidas e trajetórias escolares eivadas de fracasso, tendo a necessidade de ressignificar a própria escolaridade. Assim o trabalho pedagógico com adolescentes de meio aberto precisa atender algumas características: ser flexível, dialogar com os interesses e saberes dos estudantes, de preferência apresentar um produto concreto e organizar-se por meio de projetos compartilhado e aceito pelos estudantes. Nessa roda de conversa relata-se a experiência do projeto de ciências Terras Indígenas do DF, desenvolvido pelo quarto e pelo quinto ano da EPC-PROEM.

A ESCOLARIZAÇÃO NO CONTEXTO SOCIOEDUCATIVO E O FORTALECIMENTO DE PERSPECTIVAS TEÓRICO-FILOSÓFICAS ORIENTADAS À ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE SOCIOEDUCADORES

Esta Roda de Conversa discute as especificidades da escolarização no contexto socioeducativo e a necessidade de fortalecer perspectivas teóricas e filosóficas para a atuação profissional de socioeducadores. As discussões prezam pela abordagem multidisciplinar e intersetorial na formulação, na gestão e na condução das políticas públicas articuladas ao campo da Socioeducação. A Roda é composta por professores da Universidade de Brasília com formação em História, Serviço Social e Psicologia, com trajetória de atuação profissional e de pesquisa acadêmica na Socioeducação. Objetiva possibilitar a troca de experiências profissionais, a negociação dialógica de significados sobre Socioeducação e a construção de sentidos inovadores, a partir do debate de estudos desenvolvidos pelos seus membros e da socialização de resultados de pesquisas relacionadas à escolarização e ao atendimento socioeducativo no Brasil. O primeiro trabalho abordará a busca por uma educação intercultural na escolarização realizada em unidades de internação de adolescentes, com base nos referenciais foucaultianos e freirianos e a partir da problematização de experiências docentes na educação básica pública estadual em um ambiente de privação de liberdade para adolescentes no estado de SP. Nestas experiências docentes, discutem-se manifestações de opressão e manifestações de resistência presentes nas relações pedagógicas escolares e se identificam processos educativos que concorrem com o modelo curricular e com as próprias práticas pedagógicas adotadas nesses espaços. O segundo trabalho apresenta uma proposta sociopolítica que evidencia as importantes contribuições das Ciências Sociais e do Serviço Social para a formação interdisciplinar de socioeducadores de diferentes áreas de conhecimento e para a solidificação de perspectivas teóricas e filosóficas do atual Sistema Socioeducativo. Esta proposta sociopolítica intenciona contribuir para a defesa da cidadania e da democracia tanto no sistema socioeducativo quanto na sociedade em que este se desenvolve. Por fim, o terceiro trabalho abordará o reconhecimento do direito a educação do adolescente a quem se atribui ato infracional, com fundamento em uma concepção ampliada de educação e na perspectiva contemporânea de inclusão escolar. Destaca-se a relevância da aproximação da escola da realidade vivenciada pelos adolescentes em suas comunidades de origem e se enfatiza o papel central desempenhado pelas interações e pelas práticas sociais do cotidiano escolar para a promoção da participação cidadã, de processos de aprendizagem significativos e de trajetórias de desenvolvimento divergentes da trajetória infracional.

Palavras-chave da roda: socioeducação; sociopolítica; garantia de direitos; medidas socioeducativas.

A escolarização no contexto socioeducativo da internação: a educação intercultural e a resistência ao currículo

Reinaldo Vicente da Costa Junior,
Faculdade de Educação, Universidade de Brasília- UnB
dacostajr@gmail.com

A partir da problematização de experiências como docente na educação básica pública estadual em um ambiente socioeducativo de privação de liberdade para adolescentes, são abordados os processos educativos desenvolvidos em unidades de internação em São Paulo. Busca-se uma educação intercultural na escolarização desenvolvida na internação socioeducativa, que ora resiste ao modelo curricular, ora resiste às próprias práticas pedagógicas comumente adotadas nesses espaços. A escolarização se configura importante momento de promoção de sociabilidades opressoras e resistentes, de representações e significados de uma cultura juvenil permeada por um repertório de linguagens, performances e símbolos da criminalidade urbana paulistana. Discutem-se as manifestações de opressão e de resistência nas relações pedagógicas escolares do contexto educativo em meio fechado, a partir dos referenciais foucaultianos e freirianos. Analisam-se as relações pedagógicas que envolvem os

adolescentes, professores e agentes públicos da instituição no ambiente da internação. Reconhece-se o posicionamento e engajamento pedagógico do educador enquanto sujeito do fazer (sócio)educativo, mesmo diante de quadros pouco ou nada favoráveis para uma educação emancipadora em contexto de privação de liberdade. Adota-se uma perspectiva multidisciplinar e intersetorial para a formulação, gestão e condução das políticas viabilizadoras de processos de escolarização destinados a adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

Uma proposta sociopolítica para a formação multidisciplinar de socioeducadores e para a solidificação de perspectivas teóricas e filosóficas do Sistema Socioeducativo

Leonardo Rodrigues de Oliveira Ortegal
Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília - UnB
ensejo@gmail.com

O sistema de justiça juvenil, antes de ser um sistema legal e operacional de resposta ao ato infracional, é formatado e atravessado por diversas perspectivas teóricas e filosóficas. O modelo atual de Sistema Socioeducativo é operacionalizado a partir da contribuição de diferentes áreas do conhecimento, por profissionais especializados, como pedagogos, psicólogos, profissionais do Direito e assistentes sociais. No Brasil, as principais influências no contexto socioeducativo surgem do Direito (que lhe dá a formatação segundo a legislação vigente), da pedagogia (em que Antônio Carlos da Costa é figura de maior projeção) e da psicologia (a partir de diversas tecnologias e abordagens sobre o sujeito adolescente). No entanto, outras áreas, como as Ciências Sociais em geral, e o Serviço Social em especial, têm grandes possibilidades de contribuir com o Sistema Socioeducativo do ponto de vista teórico e filosófico, para além de sua execução cotidiana. A proposta que denomino provisoriamente como 'sociopolítica' apresenta bases para o fortalecimento das perspectivas teóricas e filosóficas no contexto socioeducativo, a partir do olhar do profissional do Serviço Social. Com isso, intenciona-se contribuir para a defesa da cidadania e da democracia em sua radicalidade, tanto no sistema socioeducativo quanto na sociedade em que este se desenvolve.

A interlocução entre a Socioeducação, a inclusão escolar e a perspectiva ampliada de educação

Tatiana Yokoy de Souza
Faculdade de Educação, Universidade de Brasília - UnB
yokoy@unb.br

O direito à escolarização deve ser garantido a todos os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, conforme determina a Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Apesar dos avanços legais, a realização deste direito no cotidiano escolar é permeada por inúmeros desafios e pelo distanciamento da escola da realidade vivenciada pelos adolescentes em suas comunidades de origem. Em uma concepção ampliada de educação e na perspectiva contemporânea de inclusão escolar, reconhece-se que existem, nas interações e nas práticas sociais do cotidiano, processos educativos tão legítimos e importantes como o conteúdo oficial a ser ensinado. Além disso, a escola contribui para a formação da identidade dos socioeducandos, o que possui desdobramentos para além dos muros da escola. Reconhecer o direito à educação do adolescente autor de ato infracional significa, para além da garantia de matrícula escolar e da promoção de aprendizagens formais, a melhoria das relações escolares, o reconhecimento dos adolescentes enquanto sujeitos em desenvolvimento e sujeitos da aprendizagem, bem como o estímulo ao protagonismo juvenil e à participação cidadã. Defende-se uma escola integrada com a rede intersetorial socioeducativa e se estimulam práticas educativas transformadoras, com foco nos atributos positivos dos jovens, em suas potencialidades escolares e nas suas capacidades de mudança.

O PAPEL DO PEDAGOGO NAS EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS E A IMPORTÂNCIA DA ESCOLARIZAÇÃO E DAS ATIVIDADES COLETIVAS PARA O ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

A presente Roda de Conversa problematiza as especificidades relacionadas ao papel do profissional da Pedagogia nas equipes de atendimento socioeducativo e analisa a importância da escolarização e das atividades coletivas para o atendimento realizado em meio aberto no DF. A Roda é composta por estudantes pesquisadores da Universidade de Brasília com formação em Pedagogia, Serviço Social e Sociologia, com trajetória de estágio e pesquisas em programas de atendimento em meio aberto. A partir do debate dos estudos desenvolvidos pelos pesquisadores, a Roda procura possibilitar a troca de experiências, a negociação dialógica de significados sobre Socioeducação, bem como a construção de possibilidades inovadoras de análises e de encaminhamentos para a transformação de práticas de atendimento socioeducativo. O primeiro trabalho discutirá o papel do pedagogo nas equipes multiprofissionais de atendimento socioeducativo, a partir de análises derivadas de trabalho de conclusão de curso de Pedagogia. Neste contexto interdisciplinar de atuação profissional, o papel do profissional da Pedagogia costuma ser confundido com o papel dos demais profissionais especializados, especialmente, com psicólogos e assistentes sociais. Em virtude da escassez de recursos humanos, frequentemente verificada no sistema socioeducativo nacional, o atendimento interdisciplinar tem se reduzido ao atendimento realizado por um único técnico de referência, independentemente da sua formação profissional. Deste modo, a atuação do pedagogo permanece um grande desafio no cotidiano do atendimento socioeducativo. O segundo trabalho destaca a relevância de atividades coletivas de inclusão social e comunitária nos programas de atendimento socioeducativo, a partir da discussão de vivências realizadas por uma estagiária de Serviço Social em uma Unidade de Atendimento em Meio Aberto do DF. São analisados os múltiplos benefícios derivados de atividades desporto-recreativas que integram adolescentes socioeducandos e adolescentes do território referenciado pela Unidade. As atividades coletivas, realizadas em parceria intersetorial e multidisciplinar, têm favorecido o atendimento socioeducativo e têm contribuído para a garantia dos direitos dos adolescentes. Por fim, o terceiro trabalho discute as significações de escolarização construídas por adolescentes e jovens no contexto das medidas socioeducativas, a partir de pesquisa se iniciação científica, na articulação entre conhecimentos da Sociologia, da Educação e da Psicologia do Desenvolvimento. A escola é posicionada como importantíssimo ator da rede de garantia de direitos dos adolescentes e parceira relevante para que os objetivos do atendimento socioeducativo sejam atingidos. Privilegia-se a voz dos próprios adolescentes ao narrarem suas experiências escolares, suas trajetórias de escolarização e suas trajetórias de vida. Visa-se discutir os desafios e as potencialidades das propostas de escolarização realizadas no contexto socioeducativo, de modo a subsidiar futuras propostas pedagógicas destinadas aos adolescentes atendidos no contexto da Socioeducação.

Palavras-chave: socioeducação; escolarização; convivência comunitária; garantia de direitos; medidas socioeducativas.

O papel do profissional da Pedagogia nas equipes multiprofissionais dos programas de atendimento socioeducativo

Gabrielle Sabrine Pires Costa

Faculdade de Educação, Universidade de Brasília - UnB
gsabrine95@gmail.com

Tatiana Yokoy de Souza

Faculdade de Educação, Universidade de Brasília - UnB
tatiana.yokoy@gmail.com

A política regulatória do sistema socioeducativo brasileiro privilegia o caráter pedagógico sobre o caráter sancionatório das medidas socioeducativas, bem como apresenta propostas, de fato, otimistas para o enfrentamento de situações de violência que envolvem adolescentes autores de ato infracional. Segundo Lopes de Oliveira (2016), a ação socioeducativa acontece em duas esferas: a medida socioeducativa em si, referente ao passado e priorizando a lei e a reparação dos danos sociais; e o atendimento socioeducativo, orientado ao futuro, em que se busca a construção de novas perspectivas de vida para o adolescente socioeducando e sua família. O atendimento socioeducativo conta com a atuação de equipes multidisciplinares, com objetivo de promover a coconstrução de projetos de vida e de novas trajetórias de desenvolvimento, divergentes da trajetória infracional. As equipes costumam ser compostas por psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, profissionais do Direito e agentes socioeducativos. Entretanto, a atuação do pedagogo permanece ainda um grande desafio no cotidiano do atendimento, considerando as especificidades de atuação de cada profissional nestas equipes e a pouca distinção no cotidiano entre a medida em si e o atendimento socioeducativo. Defende-se a importância da atuação profissional realizada por pedagogos na Socioeducação e se enfatiza o caráter pedagógico inerente ao atendimento socioeducativo.

A relevância de atividades coletivas e de inclusão social e comunitária nos programas de atendimento socioeducativo

Giovanna Guarese Borges Gonçalves

Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília - UnB
giovannagb1@gmail.com

Tatiana Yokoy de Souza

Faculdade de Educação, Universidade de Brasília - UnB
yokoy@unb.br

A partir da problematização das vivências e experiências enquanto estagiária de Serviço Social em uma Unidade de Atendimento em Meio Aberto (UAMA) do DF, compartilham-se análises sobre o acompanhamento realizado pela equipe de atendimento socioeducativo relacionado à medida de Liberdade Assistida. Confere-se destaque às atividades coletivas, realizadas conjuntamente com os adolescentes, enquanto importantes mediadores do processo socioeducativo. Estas atividades coletivas contribuem para uma maior adesão ao cumprimento das medidas em meio aberto e intermedeiam o acompanhamento dos adolescentes e de suas famílias pela equipe da UAMA. Analisa-se o Projeto “Futebol das Quebradas!”, que integra adolescentes socioeducandos e adolescentes da comunidade, com a supervisão de professores do Programa Futebol à Meia-Noite. Além dos benefícios de promoção da saúde, as atividades desporto-recreativas realizadas no contexto do Projeto têm favorecido processos de desenvolvimento pessoal, coletivo, corporal, emocional e social de todos os envolvidos. As atividades têm propiciado avanços subjetivos dos jovens, como reflexividade, responsabilidade, senso de

coletividade, bem como o fortalecimento da autoestima e da autonomia. Além disso, as atividades coletivas têm permitido aos adolescentes socioeducandos um maior convívio social e a integração com a comunidade, contribuindo para o processo socioeducativo como um todo e para a garantia de seus direitos.

As significações da escolarização para adolescentes e jovens no contexto das medidas socioeducativas.

Matheus Simões Almeida

Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília - UnB
matheuss.almeida.sol@gmail.com

Tatiana Yokoy de Souza

Faculdade de Educação, Universidade de Brasília - UnB
yokoy@unb.br

A escola é um espaço privilegiado para inserção de adolescentes autores de ato infracional nas políticas garantidoras de direitos, contribuindo para que acessem melhores condições para se desenvolverem enquanto cidadãos plenos e enquanto agentes de transformações subjetivas e sociais. Serão investigadas as significações de escolarização construídas por adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, no contexto do meio aberto, do meio fechado e das escolas regulares localizadas em suas comunidades de origem. Para isso, serão realizadas entrevistas narrativas com adolescentes socioeducandos e estão sendo realizadas visitas de caráter etnográfico a uma Unidade de Atendimento em Meio Aberto (UAMA) do DF, onde são promovidas atividades coletivas para os jovens do território referenciado pela Unidade. Com fundamentação na concepção do adolescente como sujeito ativo em seus processos de desenvolvimento e na investigação de trajetórias de escolarização e de trajetórias de vida, procura-se contribuir para uma análise aprofundada das fragilidades, desafios e potencialidades existentes nas propostas de escolarização realizadas no contexto socioeducativo. A partir das análises realizadas, visa-se realizar um levantamento de indicadores que possam nortear a construção de práticas pedagógicas transformadoras junto a estes adolescentes, orientadas para a promoção de processos de subjetivação e de desenvolvimento humano.

ATIVIDADES COLETIVAS EM UMA UNIDADE DE SEMILIBERDADE DO DF: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS

O marco legislador que inaugura a concepção de medida socioeducativa no Brasil é o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990 - ECA). A referida lei apresenta as seis medidas socioeducativas e especifica suas características. Quanto à medida socioeducativa de semiliberdade, o ECA afirma que o adolescente pode realizar atividades externas sem autorização judicial e que são obrigatórias a escolarização e a profissionalização. A partir dessas referências as unidades de semiliberdade no Distrito Federal caracterizam-se como unidades residenciais, em que os adolescentes permanecem de segunda a sexta-feira, podendo ser autorizados a passar o final de semana com sua família. Os adolescentes que estão matriculados em estabelecimento educacional, em curso profissionalizante e/ou inseridos no mercado de trabalho são autorizados a sair para as referidas atividades, os demais são obrigados a permanecer na Unidade Socioeducativa, pois a inserção nessas atividades nem sempre é imediata e/ou possível. É pensando nesses últimos que diferentes profissionais de uma Unidade de Semiliberdade do Distrito Federal utilizam-se das atividades coletivas como estratégias de intervenção e meio para atingir diferentes propósitos. Identificou-se um grupo de estagiárias (os) do curso de pedagogia cujo projeto tinha o objetivo de favorecer a formação crítica dos adolescentes, oportunizando o seu desenvolvimento na perspectiva da educação integral. Também se identificou um grupo de estagiárias do curso de psicologia que desenvolviam suas atividades com o foco na promoção de saúde, e agentes socioeducativos que promoviam atividades como estratégia de segurança. E todos eles utilizavam como recurso metodológico as atividades coletivas por meio de jogos, filmes, músicas, palestras com profissionais convidados, atividades temáticas, oficinas, rodas de conversa, saídas para atividades culturais e de lazer, etc. Nesse contexto, a atividade coletiva torna-se uma ação socioeducativa que promove várias dimensões do atendimento socioeducativo, tais como, educação, cultura, lazer, saúde, socialização, profissionalização e segurança. Daí emerge a riqueza das suas concepções e possibilidades de prática, caracterizando-se como uma estratégia versátil de intervenção.

Palavras-chave: atividade coletiva; semiliberdade; atendimento socioeducativo.

Atividade coletiva e promoção de saúde em uma Unidade de Semiliberdade do DF

Daiane Dias da Silva Ribeiro
Psicóloga
dayprincearthur@gmail.com

Maria Julyana de Souza
Psicóloga
Juzinhalegal@gmail.com

Márcia Maria Pereira Santos
Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal
santos.marcia11@gmail.com

Limitar, enquadrar, restringir, vigiar... São verbos que definem ações cotidianas sob as quais estão sujeitos os adolescentes/jovens que se encontram em cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade e não estão inseridos em atividades externas. A Unidade de Semiliberdade caracteriza-se como uma casa residencial localizada na comunidade, onde os adolescentes/ jovens permanecem durante a semana podendo ser autorizados a passar o final de semana com a sua família. Existem dois grupos aqueles adolescentes/jovens que estão inseridos em atividades externas (escola, trabalho, curso) e aqueles que aguardam uma oportunidade de inserção. No último grupo é comum identificar verbalizações que

retratam a paralisia de se sentir inútil naquele espaço; de não ter algo prazeroso para ocupar suas mentes e corpos; de não saber lidar com os sentimentos de estar restrito de liberdade, sabendo que existe um mundo de possibilidades lá fora. Nesse contexto, cabe aos agentes socioeducativos a missão de colocar em prática os verbos apresentados no início do texto, o que geralmente cria um clima de tensão. Tal realidade torna o ambiente adoecedor para todos que nele convivem. O psicólogo (a), profissional que tem dentre seus princípios éticos favorecer a promoção da saúde e da qualidade de vida dos sujeitos, elege esse contexto para a intervenção de estágio em Psicologia no 1º semestre de 2017 em uma Unidade de Semiliberdade do Distrito Federal. Visando a promoção da saúde dos conviventes elegeram-se as atividades coletivas como estratégia de intervenção para fomentar sentimentos de bem-estar e reduzir a tensão do clima institucional. As atividades foram materializadas por rodas de conversa, jogos, filmes e debate, passeios e oficinas. Como resultado, observou-se que durante e após cada atividade os adolescentes/jovens demonstravam alegria e satisfação por ter seu tempo ocupado com uma atividade prazerosa, por adquirir conhecimentos e por conhecer lugares diferentes, etc. Geralmente, os adolescentes/jovens solicitavam a sua participação nas próximas atividades, o que também é um indicador de satisfação com a atividade. Conseqüentemente, o efeito positivo nos adolescentes/jovens impactou indiretamente e positivamente o convívio na Unidade, gerando assim a promoção de saúde de toda a comunidade socioeducativa. Assim, acredita-se que as atividades coletivas devem fazer parte da rotina dos adolescentes e jovens citados tendo em vista os seus resultados multidimensionais.

A CONSTRUÇÃO DO PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO (PIA)
COM A PARTICIPAÇÃO DOS ADOLESCENTES

Afinal de contas, o que é esse tal PIA?

Jeconias Vieira
Embaixador da ONU DC
jeconias_net@hotmail.com

Da (des)proteção ao ato infracional: O PIA como ferramenta de garantia de direitos

Olga Jacobina
olgampj@gmail.com
Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal

Oficina de projeto de vida: dando sentido ao PIA

Luana Souza
Secretaria de Estado de Políticas para Crianças Adolescentes e Juventudes do Distrito Federal
luana.alvessouza@gmail.com
Luizá de Sá
Secretaria de Estado de Políticas para Crianças Adolescentes e Juventudes do Distrito Federal
izadori@gmail.com

Conforme preconiza o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), o Plano Individual de Atendimento (PIA), em sua constituição, inaugura a importância de se pensar em um plano de atendimento individualizado que considere as especificidades de cada adolescente, principalmente no que diz respeito a sua condição peculiar de desenvolvimento. Podem-se considerar duas funções primordiais para ele: assegurar o acesso aos direitos fundamentais preconizados no ECA e promover, para cada adolescente, a individualização da medida. Para além da garantia dos direitos sociais, o PIA é uma ferramenta interessante para trabalhar a autonomia dos adolescentes, pois estamos falando em planos, metas e pensar a vida deles. Logo, ninguém melhor do que eles mesmos para decidirem e/ou refletirem sobre tal. Nesse sentido, a mesa em questão trouxe reflexões em três níveis. Primeiro, ouvimos um egresso do sistema socioeducativo que abordou a importância do PIA em sua trajetória de vida, expondo que o PIA pode ser um instrumento incorporado na vida de um modo geral, no sentido de apoiar na organização dos sonhos, por exemplo. Na sequência, servidoras da Secretaria de Estado da Criança apresentaram uma metodologia grupal que têm utilizado para sensibilizar os adolescentes na construção do PIA, no sentido de que este não seja apenas mais um instrumental burocrático com fins apenas processuais. O grupo desenvolvido consiste em um bate papo (roda de conversa) mediado pelas socioeducadoras, que utilizam uma música e letra de rap para trabalhar com os adolescentes seus sonhos e o que é necessário para alcançá-los. A partir dessa roda de conversa, eles preenchem um instrumental que, em outro momento, é utilizado para a construção do PIA. Por fim, a mesa foi encerrada com a participação de uma servidora da SEDEST que trouxe uma reflexão mais teórica e conceitual acerca do potencial do PIA como ferramenta para a garantia de direitos, visto que os elementos levantados pelo SINASE, e que devem conter no documento, consideram a inserção dos adolescentes nas mais diversas políticas públicas.

Palavras-chave: socioeducação; plano individual de atendimento; Sinase; garantia de direitos.

MESAS REDONDAS

**“AQUI AS FLORES NASCEM NO CONCRETO”:
NEGOCIAÇÕES NAS ATUAÇÕES LABORAIS DE AGENTES SOCIOEDUCATIVOS**

Aedra Sarah de Andrade
Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal
aedrasarah@yahoo.com.br

Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde, Instituto de
Psicologia, Universidade de Brasília - UnB
mcsoliveira@gmail.com

No Brasil, o cenário das unidades de atendimento de medidas socioeducativas é dinâmico e complexo. A efetivação da legislação referente a adolescentes autores de atos infracionais vem se construindo, mas ainda enfrenta obstáculos cotidianos. Visando contribuir com estudos científicos orientados nesta direção, esta pesquisa volta-se para trabalhadores das unidades de atendimento socioeducativo, mais especificamente para os do cargo de Agente Socioeducativo, por entendê-los como implementadores de uma política pública, logo, cruciais para sua efetivação. Desta forma, o estudo busca analisar significações coletivas e pessoais de agentes socioeducativos relacionadas ao próprio contexto de atuação laboral. Como orientação teórica, parte-se de uma perspectiva dialógica do desenvolvimento humano e discute-se a dimensão do trabalho como contexto mediador de processos de desenvolvimento. Quanto à metodologia, a pesquisa está organizada por um paradigma qualitativo, reconhecendo e privilegiando as relações entre pesquisador e participantes, assim como a construção coletiva dos resultados da pesquisa. Os principais procedimentos utilizados foram os de observação participante, diário de campo e entrevistas semiestruturadas, de natureza narrativa, realizadas com dez agentes socioeducativos após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde da UnB. Os resultados foram analisados inspirados na técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), como forma de discutir as construções bilaterais entre sujeitos e coletividade, apresentar efervescências das coletividades e assegurar maiores garantias de sigilo e anonimato em relação as contribuições dos participantes. Os resultados da pesquisa foram organizados em quatro eixos temáticos que buscaram discutir negociações, ambivalências e potencialidades presentes no grupo de participantes. O primeiro eixo discute características sociodemográficas dos ocupantes do cargo no Distrito Federal; o segundo, debate a entrada e a estadia dos participantes no Sistema Socioeducativo; o terceiro aborda relações interpessoais vivenciadas no Sistema Socioeducativo e o quarto, o vínculo entre adolescentes e agentes socioeducativos como estratégia de ação socioeducativa. As conclusões sinalizam para a compreensão de que o grupo de agentes socioeducativos se encontra em transformação, com negociações e tensões. Há pluralidade de significações e de concepções diante do trabalho realizado, do público atendido e das formas como os trabalhadores interpretam suas ocupações laborais. Tantas diversidades questionam interpretações superficiais e generalizantes sobre esse grupo de trabalhadores e suas atuações e evidenciam que há experiências emancipatórias no Sistema Socioeducativo, tanto para adolescentes, quanto para profissionais.

Palavras-chave: agente socioeducativo; atuações laborais; medidas socioeducativas.

**"AGORA SOU TRABALHADOR": RESSIGNIFICANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE
POR MEIO DA EXPERIÊNCIA COM UM GRUPO DE ADOLESCENTES**

Dayane Silva Rodrigues

Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal, Grupo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Humano e Socioeducação/UnB
dayanesr@yahoo.com.br

Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília - UnB
mcsloliveira@gmail.com

Este trabalho apresenta um recorte de uma tese de doutorado, que problematizou especificidades, princípios e estratégias para a utilização de metodologias grupais como dispositivos de atuação no atendimento a adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto. O estudo foi construído por meio de uma pesquisa-intervenção com onze adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade, vinculados a uma unidade de atendimento do Distrito Federal. Nesta apresentação, evidenciamos análises relativas às significações produzidas com os adolescentes sobre o conceito de trabalho, inerente à medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade. Ressaltamos que, em sua forma ontológica, o trabalho está vinculado ao fenômeno do desenvolvimento humano, já que representa a capacidade do homem de modificar a si próprio e a natureza e, com isso, possibilita aprendizagens, produção de sentidos e reflexão. Contudo, em meio a uma sociedade de base capitalista, marcada por contradições e exclusões sociais, esse conceito tem sido atrelado somente à condição de financiamento da sobrevivência humana, desprendendo-se, muitas vezes, das questões relativas ao desenvolvimento pessoal ou à transformação da realidade. Por tratarmos do contexto das medidas socioeducativas, é importante destacar que, historicamente, o trabalho também tem sido bastante utilizado nas prisões e diversos tipos de instituições correcionais como estratégia punitivo-aflitiva e normatizadora para pessoas consideradas desviantes, criminosas ou delinquentes. De maneira a distanciar a medida de PSC desse tipo de lógica disciplinar, moralizante e punitivo-preventiva, foi iniciado um processo de coconstrução com os adolescentes, acerca de quais seriam os objetivos e os resultados esperados para o trabalho que se pretendia realizar. Sob o prisma da Psicologia Histórico-Cultural (L. S. Vygotsky), da perspectiva do dialogismo (M. Bakhtin) e da problematização do conceito de grupo-dispositivo (R. B. Barros), discutimos os processos de negociação para a realização uma atividade colaborativa e comunitária com adolescentes, que culminou na produção de um vídeo-documentário. Além disso, abordamos aspectos relativos aos movimentos do processo grupal, permeado por devires e ressignificações. Por último, sublinhamos a necessidade de reconsiderar o significado da prestação de serviço à comunidade, como medida socioeducativa somente retributiva, de modo a indagar seu valor como oportunidade de vivência do mundo do trabalho, sem deixar de reconhecer as contradições desse universo laboral, para os adolescentes com os quais atuamos. Como discussão fundamental suscitada por esta apresentação, propomos uma reflexão sobre conceito de grupo-dispositivo como uma construção teórico-metodológica que pode ser pensada no campo da socioeducação, com vistas a qualificar as ferramentas de atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Palavras-chave: prestação de serviço à comunidade; grupo; adolescentes.

**MUITAS CENAS DE UMA HISTÓRIA EM MOVIMENTO:
O CINECLUBE COMO MEDIAÇÃO NO TRABALHO COM ADOLESCENTES**

Juliana Duarte Arraes

Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal Grupo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Humano e Socioeducação/UnB juliana.arraes@gmail.com

Luara Presotti

Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal Grupo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Humano e Socioeducação/UnB luapresotti@gmail.com

Apresentamos reflexões sobre o desenvolvimento do trabalho de cineclube como proposta de atendimento em grupo a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas de liberdade assistida e prestação de serviços a comunidade na Unidade de Atendimento em Meio Aberto (UAMA) do Paranoá. Trata-se de uma experiência iniciada em março de 2016, que segue em execução até os dias de hoje, tendo assumido diferentes formatos ao longo desse período. O recorte temporal a que se refere este trabalho é de março a dezembro de 2016, para o qual os principais objetivos da atividade eram proporcionar momentos alternativos de lazer, fora do contexto de risco, para o público atendido pela unidade e a comunidade; ampliar o acesso do público participante à arte e à cultura de forma crítica e reflexiva em diálogo com a realidade cotidiana, por meio da exibição de diferentes gêneros de filmes; ampliar as oportunidades aos adolescentes e jovens de desenvolvimento da leitura e interpretação textual (escrita, verbal e imagética), aumento da aquisição de vocabulário e desenvolvimento crítico e argumentativo. No entanto, aos poucos observou-se que o trabalho para o alcance destes objetivos implicou no desenvolvimento de outros aspectos do projeto, a princípio “ocultos” para o que se compreende historicamente sobre as práticas socioeducativas, como o incentivo à participação, protagonismo e o questionamento das relações de autoridade nas relações entre público participante e a equipe da UAMA. Dessa forma, o presente trabalho reflete sobre temas como desenvolvimento do percurso metodológico do projeto; as possibilidades de mudança e ressignificação do papel do profissional socioeducador; os impactos da atividade no espaço físico e na rotina da unidade; e reflexões decorrentes desta prática sobre o atendimento socioeducativo em grupo e perspectivas sobre o conceito de socioeducação. O Cine UAMA, como ficou internamente conhecido, foi uma das primeiras modalidades regulares de atendimento em grupo da UAMA do Paranoá e durante 2016 atendeu uma média de 10 a 15 pessoas por semana, entre adolescentes e jovens vinculados às medidas socioeducativas e demais pessoas da comunidade. A atividade contou ainda com a participação de parceiros convidados, vinculados à temas presentes nas obras assistidas e/ou inseridos no campo da realização audiovisual como cineastas, diretores e produtores. Além da exibição de filmes e debates realizados na UAMA, também integraram as atividades do projeto a visita a cinemas da cidade.

Palavras-chave: grupos; cineclube; mediação socioeducativa.

A CLÍNICA DO TRABALHO NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DO DF

Vitor Barros Rego

Psicólogo, Mestre em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília
vitorbarrosreg@gmail.com

O presente estudo tem como objetivo trazer resultados de levantamento realizado na Secretaria de Políticas para Crianças e Adolescentes do Distrito Federal. Esta é composta por três tipos de medidas socioeducativas, que se diferenciam pela restrição à liberdade: Meio Aberto (adolescentes vão até às Unidades para participar de atividades socioeducativas, depois voltam para seus lares); Semiliberdade (passam o dia fora e retornam para dormir na Unidade), e; Internação (ficam restringidos de liberdade até fim de ordem judicial). São levados em consideração o contexto pessoal do(a) adolescente, a gravidade do ato infracional e a capacidade de cumprir a medida quando sentenciados(as). Foram feitos dois tipos de intervenção: uma quantitativa e outra qualitativa. A primeira refere-se à aplicação do PROART (Protocolo de Avaliação de Riscos Psicossociais no Trabalho) em toda a Secretaria, tendo 424 respondentes. Na intervenção qualitativa, foram realizadas sessões de Clínica do Trabalho somente com servidores das Unidades de Meio Aberto. Os dados foram processados no SPSS 18. Nos resultados do PROART, as Escalas Organização Prescrita do Trabalho, Inutilidade, indignidade, Desqualificação, Danos Físicos, Danos Psicológicos e Danos Sociais apresentaram risco médio. Constatou-se também que 28% dos servidores se afastaram por depressão e 25% por estresse. Ainda, 45,5% relata já ter vivenciado assédio moral no trabalho, 12% diz ter pensado em suicídio após ingressar neste trabalho, 53% já vivenciou morte de algum socioeducando, 61,5% já vivenciou tentativa de suicídio de socioeducando e 52% dos respondentes consideram que seus trabalhos têm até 25% de efetividade. A Clínica do Trabalho foi realizada em 11 das 15 Unidades de Atendimento ao Meio Aberto (UAMA). Após análise qualitativa fatorial das sessões, foram constatados os seguintes temas: i) vínculo com adolescente; ii) trabalho em equipe; iii) descontinuidade da medida socioeducativa; iv) lideranças sobrecarregadas, e; v) relacionamentos socioprofissionais extra Secretaria. O primeiro tema foi considerado um vínculo de representatividade ambígua aos trabalhadores: um bom vínculo gera resultados positivos e êxito no trabalho, porém é também fonte de sofrimento, pois percebem que é mais comum que o(a) adolescente venha evadir a medida ou mesmo ser assassinado(a) como promessa do tráfico. Assim, utilizam de defesa de racionalização para não sofrerem com as constantes perdas. Há a “combinação” de defesas frente a esta organização de trabalho ambígua e subjetiva: grupos de trabalhadores utilizando a racionalização juntamente com grupos que utilizam da aceleração das cadências. Esta aceleração tem em seu cerne a fuga do sofrimento ético em abandonar os(as) adolescentes à suas realidades vulneráveis. A partir destas análises, sugere-se as seguintes ações organizacionais com foco em melhorar os vínculos no trabalho, bem como a saúde mental destes servidores: i) Clínicas do Trabalho somente com os supervisores de UAMA, bem como nas Unidades ainda não contempladas e de demais medidas; ii) treinamento para as lideranças sobre gestão de pessoas; iii) material em audiovisual para prevenção de transtornos mentais relacionados ao trabalho; iv) redigir políticas de gestão de pessoas com foco na saúde mental no trabalho, e; v) replicação do PROART.

Palavras-chave: saúde mental no trabalho; escuta qualificada; medida socioeducativa.

REFLEXÕES SOBRE O ACOMPANHAMENTO SOCIOEDUCATIVO DE ADOLESCENTES EM USO DE DROGAS

Monica Daniele Maciel Ferreira

Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal
monicadaniele1@gmail.com

A questão das drogas é muitas vezes encarada sob uma cortina de fumaça tanto pela sociedade quanto pelos profissionais que lidam com o público adolescente e juvenil: há muitos equívocos, moralismos e pouca fundamentação científica no campo do uso de drogas. Percebe-se uma crença generalizada de que a solução para o complexo fenômeno do uso de drogas na sociedade é a proibição e restrição do uso e da comercialização, devido existir uma suposta causalidade entre o consumo de drogas e os principais “males da sociedade”. A partir dessa constatação, é primordial que o profissional se aproprie dos saberes acerca do viés histórico e antropológico do uso dessas substâncias pelo homem, de modo que ele entenda que a relação do homem com substâncias psicoativas desde a pré-história até hoje é perpassada por diversas determinações, regras e valores que se modificam ao longo do tempo e de acordo com a cultura das sociedades, e que tal relação nem sempre se configura como problemática ou possui uma valoração negativa. Tal viés traz luz para a análise das representações sociais da sociedade brasileira sobre a questão das drogas, que se constitui a partir da diferenciação em relação ao uso de drogas consideradas lícitas das ilícitas, ou seja, o modo como a sociedade enxerga o usuário, os seus conhecimentos sobre as substâncias psicoativas e as formas de tratamento para aqueles usuários que apresentam problemas são o resultado de uma construção social que pode ou não ser incorporada pelo profissional chamado a intervir na vida de pessoas que possuem alguma relação com tais substâncias. No cenário brasileiro atual, tem força o paradigma de “guerra às drogas”, cujo pano de fundo ideológico afirma que as pessoas que usam substâncias psicoativas ilegais são criminosas, perigosas e descontroladas, que precisam ter o uso contido e serem apartadas da sociedade. Dessa forma, representações sociais próximas a essa visão reducionista da questão das drogas, acabam por influenciar na construção do cuidado dos usuários, dificultando o trabalho de garantia à cidadania desses sujeitos. Tal paradigma ainda é muito fortemente incutido no imaginário social e profissional, entretanto, o horizonte ideológico que a sociedade brasileira tem construído no âmbito da saúde e das demais áreas técnicas da política nacional sobre drogas aponta para a direção da superação do viés proibicionista e coercitivo.

Palavras-chave: drogas; acompanhamento socioeducativo; adolescentes.

A RESPONSABILIZAÇÃO EM MEIO ABERTO E O PRINCÍPIO FILOSÓFICO DA NÃO-VIOLÊNCIA: A EXCEPCIONALIDADE DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Alexandre Karazawa Takaschima

Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça – CNJ alexandre.takaschima@cnj.jus.br;
akt9012@tjsc.jus.br

Partindo da hipótese que a sanção tem como característica a retribuição da violência (transgressão à norma) com outra violência (punição), busca-se analisar a possibilidade de outra lógica socioeducativa para o adolescente autor de ato infracional, em observância à sua peculiar fase de desenvolvimento. Assim, não se pode aceitar a violência como a resposta imediata para transformação dos conflitos, pois a privação da liberdade não deve ser imposta como a medida socioeducativa em si, mas que a contenção – internação e semiliberdade – seja absolutamente necessária para a aplicação da socioeducação, isto é, esgotaram-se todas as possibilidades de aplicação da medida socioeducativa em meio aberto. Desta forma, a regra da aplicação das medidas socioeducativas em meio aberto - e da excepcionalidade da privação da liberdade - encontra amparo no princípio filosófico da não-violência, conforme preconizado por Jean-Marie Muller, pois devemos almejar o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários desses jovens, não podendo o Estado utilizar da mesma lógica da violência para a transformação dos conflitos. Para isso, temos que definir conceitos e valores como, por exemplo, “princípio da proporcionalidade” do ato infracional com a medida socioeducativa e a “capacidade de cumprimento pedagógico” da medida socioeducativa. Por outro lado, devemos garantir a observância das normativas internacionais como reconhecimento da evolução das garantias de direitos das crianças/adolescentes. Portanto, a utilização do princípio filosófico da não-violência como instrumento necessário para o sistema de justiça e gestores/executores das medidas socioeducativas, com enfoque nas medidas em meio aberto, pode ser o mecanismo para transformação dos conflitos através de princípios da não-violência (comunicação não-violenta, diálogo, cultura da paz).

Palavras-Chave: medidas socioeducativas; princípio da não-violência.

PARTILHANDO AÇÕES CONCRETAS PARA E COM A JUVENTUDE

Márcia Hora Acioli
Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC
marcia@inesc.org.br

Foi apresentado uma experiência de educomunicação com as socioeducandas na Unidade de Internação de Santa Maria (UISM) / DF. O trabalho partilhado e debatido foi a elaboração de um boletim acerca dos direitos na UISM, sobre o cumprimento do Sinase. O trabalho partiu dos estudos sobre os direitos humanos de crianças e adolescentes e do Sinase. Em seguida as meninas fizeram oficina de pesquisa e elaboraram um instrumento para levantar em que medida os direitos se realizavam na Unidade. Após a análise dos resultados houve um diálogo com gestor e estudos sobre o orçamento público destinado ao Sinase no Distrito Federal. As meninas fizeram oficina de fotografia e depois redigiram um boletim com todo o conteúdo acumulado no período. O boletim foi encaminhado ao Ministério Público que fez uso dele para exigir a garantia do pleno funcionamento da escola para adolescentes internos/as.

Palavras-chave: direitos humanos; educomunicação; unidade de internação.

RESSOCIALIZAÇÃO, AUTONOMIA E PROTAGONISMO, PROJETO RAP

Francisco Celso Leitão Freitas
Secretaria de Estado de Educação do DF
prof.franciscocelso@yahoo.com.br

O projeto Ressocialização, Autonomia e Protagonismo - RAP consta de uma experiência desenvolvida na Unidade de Ensino da Unidade de Internação de Santa Maria (UISM) em que, a partir do projeto político pedagógico de direitos humanos, os e as adolescentes da Unidade são estimulados a escrever rimas, que podem se tornar RAP. Essas rimas culminaram em músicas que foram apresentadas no Sarau da unidade. Algumas foram inscritas em um festival de música da cidade de Santa Maria / DF. Uma menina da Internação ganhou o primeiro lugar. Com a parceria com o Inesc foi possível gravar um CD com as músicas autorais dos/das adolescentes internos: Entre o Sonho e a Saudade. Este projeto recebeu o reconhecimento do prêmio Itaú Unicef no âmbito local.

Palavras-Chave: direitos humanos; unidade de internação; música.

A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM EM SOCIOEDUCAÇÃO:
DADOS DE 2010 A 2017

Bernardo Kipnis
Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública - CEAG
Universidade de Brasília - UnB
kipnis@unb.br

Em 12 de janeiro de 2015, foi publicada no Diário Oficial, a portaria nº 04, da Secretaria dos Direitos Humanos (SDH), vinculada na época à Presidência da República (PR), instituindo a Escola Nacional de Socioeducação (ENS) e estabelecendo diretrizes para seu funcionamento. Entre seus considerandos, a portaria destaca estar explícito, na Lei que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), em janeiro de 2012: a) a competência da União em "contribuir para *qualificação e ações em rede* dos Sistemas de Atendimento Socioeducativo" e b) a existência obrigatória de uma política de formação de recursos humanos para a inscrição do programa de atendimento. Em apoio à portaria, leva em consideração também a reafirmação da imprescindibilidade de formação permanente dos profissionais do sistema socioeducativo contida no Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, de 2013, e no Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. As diretrizes contidas nos parâmetros de gestão, metodológicos e curriculares da ENS foram aprovadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), em abril de 2014. Para operacionalizar a Escola, a SDH/PR fez uma parceria, em 2014 com o CEAG/UnB, para desenvolver conteúdos, metodologias e procedimentos visando a implantação sustentável da Escola Nacional de Socioeducação. Do ponto de vista conceitual, a ENS pode ser entendida como uma inovação institucional que, diferente de outras escolas de governo, está direcionada à sustentação da política pública de atendimento socioeducativo e aderente à visão do SINASE de intersetorialidade e incompletude institucional. Tem por base uma governança e gestão em rede, como forma de estruturar, organizar e coordenar seus objetivos, na perspectiva de flexibilidade e adequação de suas práticas para alcançar estratégias coletivas. Alguns resultados já podem ser apresentados. Entre 2015 e 2016, foram ofertados 4 cursos de extensão (Núcleo Básico, Justiça e Práticas Restaurativas, Fortalecimento da Gestão e Formação de Mediadores), na modalidade "online", em nível nacional, com 8 entradas e oferta de 15.039 vagas para 19.810 inscritos. Desse total, 6.890 (45,8%) foram certificados, 4.756 (31,6%) não certificados e 3.393 (22,6%) considerados evadidos. Em relação ao perfil dos cursistas, 9% possuíam ensino médio, 45% com ensino superior, 12% de graduandos e 28% com especialização. Em relação à área de atuação, 45% pertenciam ao SINASE, 13% ao CREAS e CRAS, 7% ao sistema de justiça, 4% ao sistema de ensino, 3% aos Conselhos e 27% na categoria outros. Um curso de especialização encontra-se em andamento. Inscreveram-se 13.570 candidatos para uma oferta de 650 vagas. Após a realização dos módulos de conteúdo, 499 (76,8%) continuam para a realização do TCC de conclusão do curso. Sem dúvida, a ENS, a partir dessa experiência inicial promissora, pode ser entendida como uma solução inovadora em rede, para uma política pública de formação continuada como sustentação à política de atendimento socioeducativo no Brasil. Como principais desafios: a) controlar a elevada taxa de evasão dos cursos, buscando diferentes estratégias e b) consolidar o seu alcance como lócus referência do conhecimento e formação em socioeducação no Brasil.

Palavras-chave: políticas públicas; escola nacional de socioeducação; formação de profissionais; socioeducação.

**ARTICULANDO REDES NO ATENDIMENTO AOS ADOLESCENTES EM
MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO:
SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE
LIBERDADE ASSISTIDA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE**

Francisco Coullanges Xavier
Secretaria Nacional de Assistência Social, Ministério do Desenvolvimento Social
francisco.xavier@mds.gov.br

A apresentação tem por objetivo discutir o Serviço de Proteção a Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade. O serviço de MSE em Meio Aberto tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinada judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. O espaço de execução é exclusivo nos CREAS. O atendimento tem natureza intersetorial, uma vez que se entende que apenas uma política é insuficiente para a resposta integral demandada pelos usuários. Nesse sentido é apresentada uma discussão sobre o papel da intersetorialidade, a integração de todas as pastas com suas respectivas responsabilidades. O Brasil atendeu, só em 2016, mais de 65.000 adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de L.A e/ou P.S.C nos CREAS. Atualmente estuda-se a possibilidade de expansão do atendimento em municípios sem esse equipamento, contudo ainda existe uma lacuna no que tange a responsabilização da política de saúde, educação, lazer e outras que formam o Sistema de Garantia de Direitos. Para o avanço na temática da intersetorialidade é proposto o olhar sobre o adolescente e sua história e não mais sobre o ato infracional, o que nos remeteria às perspectivas totalitárias executadas antes do ECA. O caráter da gestão é central para a reflexão sobre intersetorialidade, o que evita ações personalizadas e frágeis institucionalmente.

Palavras-chave: adolescência; medidas socioeducativas; intersetorialidade; gestão.

ENTRE CONSTRUÇÕES E DESCONSTRUÇÕES, PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Ângela de Alencar Araripe Pinheiro
Integrante do Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança - NUCEPEC
Universidade Federal do Ceará
a3pinheiro@gmail.com

A fala buscou instigar reflexões sobre processos sociais, econômicos, políticos e culturais que dão sustentação a práticas e representações sociais de adolescentes em conflito com a lei, a interseção entre sua criminalização, e a relação entre tais dimensões e a escolarização. Partiu dos seguintes pressupostos: a realidade sociopolítica em que nos inserimos chama e clama, incessantemente, por nossa participação, dimensão fundamental para a concretização das transformações que nos norteiam, a partir de nossos modos de perceber e de estar no mundo; a escolarização como processo a constituir-se da e na construção de sentidos de vida e da vida, da relação de respeito com o outro e suas diferenças e peculiaridades (natureza, mundo e seres humanos concretos); escolaridade como campo de mediação e de convivência na construção de conhecimento/reflexão/ação de direitos e deveres (sujeitos políticos) e da compreensão de que educadores se encontram fora e dentro da sala; compreensão da criminalização como voltada para determinadas infâncias, adolescências e juventudes, e como expressão cotidiana da conjunção entre nossa matriz cultural (dominação, desigualdade, hierarquia, inclusões perversas e exclusões) e o acirramento da cultura da violência e do medo). Materializa-se em ações discriminatórias e segregativas (discursos incluídos) físicas, psicológicas, simbólicas, institucionais e virtuais. Neste sentido, a fala trouxe a provocação de que a criminalização de adolescentes e jovens inclui tensão entre visibilidades (demonstração de forças, políticas e ações de segurança pública e privada; midiática – estereótipos, estigmas e preconceitos; violação de direitos e no trato público centrado no isolamento, na punição, na repressão e na higienização; e invisibilidades (não acesso a bens e serviços correspondentes a direitos civis, políticos, sociais, e à participação na cena e na construção da agenda pública; na aridez e rarefação de presença desses adolescentes na construção da história social, cultural e política). Em seguida, foi feita a abordagem sobre representações sociais (RSs), da circulação simultânea de diferentes RSs sobre adolescentes e jovens no tecido social brasileiro. RSs se forjam, se embatem e se modificam no cotidiano, nas conversações entre sujeitos sociais concretos. Ao mesmo tempo, orientam o nosso estar no mundo e revelam critérios a partir dos quais atribuímos significados a objetos, pessoas, grupos, segmentos populacionais e instituições. Como se forjam no tecido social, são passíveis de modificações, esmaecimentos, arrefecimentos e desconstruções. Desta forma, podemos incluir, entre nossas tarefas prioritárias, a desconstrução, a ruptura daquelas que subsidiam significados e práticas discriminatórias a determinadas adolescências e juventudes, e a construção e/ou fortalecimento das RSs que estão calcadas na sua emancipação e autonomia, na sua condição de sujeitos de direitos e deveres, de escolhas e desejos, de história e da história. No movimento incessante da história e da vida social, está no campo do possível concretizarmos em conjunto com adolescentes e jovens, práticas robustas de incidência, voltadas para o objetivo há pouco apresentado, sujeitos que somos de autoria social.

Palavras-chave: práticas sociais; representações sociais; adolescências; escolarização; criminalização.

PNAISARI: A SAÚDE ENQUANTO POLÍTICA INTERSETORIAL NO SINASE

Henrique Bezerra Perminio
Coordenação Geral de Saúde de Adolescentes e Jovens/DAPES/MS
henrique.perminio@saude.gov.br

Apesar do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE comungar dos mesmos princípios do Sistema Único de Saúde – SUS: universalidade, equidade e integralidade das ações, visando a proteção, promoção e recuperação da saúde dos adolescentes, estudos vêm apresentando, que o direito à saúde é restringido e/ou negado aos adolescentes que se encontram privados de liberdade devido a prática de atos infracionais. Nesse contexto, no ano de 2004, o Ministério da Saúde publicou a Portaria Interministerial nº 1426/2004, que aprova as diretrizes para implantação e implementação da atenção integral à saúde de adolescentes em conflito com a lei, em regime de internação e internação provisória. Encarar os desafios do direito à saúde de adolescentes e jovens no Brasil é tarefa complexa que nos coloca frente às iniquidades em saúde e as intervenções sobre seus determinantes. Dessa forma, a implementação de políticas que se articulem intersetorialmente com governança horizontal e com contrapartidas claras da participação de cada setor e de cada ente federado em seu planejamento e acompanhamento são imprescindíveis para superar a fragmentação das políticas públicas e produção de possibilidades de integração do território e de redução da distância entre o universo da formulação e o da implementação de políticas públicas, o que perpassa o próprio processo de democratização e de efetivação de direitos sociais garantidos.

Palavras-chave: PNAISARI; intersectorialidade; atenção integral em saúde; adolescente em atendimento socioeducativo.

O RELATÓRIO PSICOSSOCIAL COMO FERRAMENTA PARA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A AUDIÊNCIA COM O JUIZ

Liana Fortunato Costa

Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura - PPGPsiCC

Universidade de Brasília – UnB

lianaf@terra.com.br

O relatório psicossocial visa construir conhecimento e orientação para a justiça, sobre o adolescente, a família e o contexto técnico que o atende. A que se destina? Ao desenvolvimento do adolescente. Qual abrangência deve ter esse relatório? Deve focar a proteção, a responsabilização, a orientação e a potencialização da oportunidade para o adolescente. De qual oportunidade está se falando? A apreensão do adolescente, o cometimento do ato infracional é uma oportunidade, um pedido de socorro, uma comunicação de que o adolescente não está tendo as condições para pleno desenvolvimento de suas potencialidades. A adolescência é uma fase de transição, um período de mudanças para todos, para o adolescente, sua família, e todo seu entorno sociocomunitário (pares, escola, família extensa, vizinhança). É uma fase de oscilação entre sua individualidade e seu pertencimento, e o relatório precisa reconhecer e respeitar esse paradigma. É necessário distinguir a natureza do ato infracional: de natureza social ou de natureza sexual, e o relatório necessita assinalar essa diferença. Porque existem diferenças nos sentidos do cometimento do ato infracional e nas organizações familiares que levam a diferentes orientações técnicas. Estas diferenças devem presentes no Plano Individual de Atendimento (PIA), que precisa ser personalizado frente às características do jovem e do ato infracional cometido. A avaliação do momento da apreensão do adolescente deve conter observações e medidas dinâmicas e estáticas, utilizando instrumentos de observação preenchidos pelo técnico e instrumentos de expressão do jovem. O relatório apresenta prejuízos na medida em que contem *achismos*, ou seja, afirmações sobre o significado da conduta do adolescente que não representa uma observação fidedigna. O relatório necessita ser um documento responsável e *encarnado*, isto é, realizado com a intenção de oferecer orientação, apoio e a interpretação dos atos cometidos. O relatório necessita ainda possuir um teor operacional tanto na avaliação e orientação das ações a serem desencadeadas, incluindo uma dimensão compreensiva (explicativa) e sintética. Seria útil o acréscimo de uma avaliação de risco de reincidência do ato infracional, a consideração da história de vida do adolescente, o traçado de um panorama das condições situacionais que oferecem riscos e proteção. Todos esses aspectos devem levar à construção de uma perspectiva mais abrangente para o adolescente, considerando-se: a saúde, a assistência social, o âmbito legal, os pares, o aspecto socioeconômico, a família. Por outro lado, contemplar as contradições da situação porque essa dimensão traz clareza para as decisões, e oferecer sugestões e planejamento das ações a serem executadas/propostas. Enfim, o relatório precisa vislumbrar a proteção e a responsabilização do adolescente.

Palavras-chave: adolescente; ato infracional; relatório psicossocial.

A ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS DADOS SOBRE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO

Maria Yvelônia Barbosa
Secretaria Nacional de Assistência Social, Ministério do Desenvolvimento Social
maria.barbosa@mds.gov.br

Cinthia Barros dos Santos Miranda
Secretaria Nacional de Assistência Social, Ministério do Desenvolvimento Social
cinthia.santos@mds.gov.br

A apresentação tem por objetivo discutir as principais formas de monitoramento do Serviço de Proteção a Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade. O Ministério do Desenvolvimento Social dispõe hoje de 06 instrumentos para o acompanhamento dos adolescentes atendidos nos CREAS. Entre eles estão o registro mensal de atendimento (RMA), o Censo Suas e o Prontuário Eletrônico. Esses indicadores mostram que, no ano de 2016, mais de 65.000 adolescentes foram acompanhados pelo serviço nos CREAS que tiveram um crescimento exponencial desde 2009. Os números mostram além da quantidade de adolescentes atendidos, a frequência com que esse atendimento é feito, os espaços de execução nos municípios, o tipo de ato infracional, a diferenciação por Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade e o gênero dos(as) atendidos(as). Também foi apresentada uma pesquisa realizada pelo próprio ministério que apurou questões mais qualitativas relativas ao serviço, como capacitação continuada, avaliação, relação com o sistema de justiça, dificuldades enfrentadas, intersetorialidade, planos e fluxos de atendimento, etc. A pesquisa mostrou que ainda existe uma grande lacuna no que tange a questão da capacitação e do planejamento para a realização das ações. Por fim foram apresentados os principais desafios das medidas em meio aberto hoje, entre eles está o atendimento em municípios de pequeno porte, a capacitação continuada, a responsabilidade intersetorial, as desinstitucionalizações oriundas do meio fechado e a expansão dos CREAS. Outro aspecto é a Câmara Técnica de Medidas que ocorre desde 2015 no próprio Ministério e que vem discutindo assuntos centrais para o desenvolvimento do Serviço, como equipe técnica, cofinanciamento, monitoramento e formas de gestão.

Palavras-chave: adolescência; medidas socioeducativas; monitoramento; gestão.

**ATRÁS DA MESA:
REFLEXÕES SOBRE O LUGAR DE QUEM ESCREVE NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA**

Natália Pereira Gonçalves Vilarins
Secretaria de Políticas para Crianças Adolescentes e Juventude do Distrito Federal
nataliapgv@gmail.com

É atrás de uma mesa com papéis e caneta em mãos, diante de meninos ou meninas com as mãos vazias, que as técnicas do sistema socioeducativo costumam se sentar. Uma assistente social da medida socioeducativa habituada a ocupar esse lugar estranhou-o quando entrou como pesquisadora em uma unidade de internação para meninas. Atrás da mesa é um lugar de poder saber de quem escreve sobre as meninas que cumprem a medida socioeducativa. Os saberes-poderes da medida voltam-se para a biografia das meninas e, através da escrita, passam a expor aquilo que consideram ser anormal em suas vidas e que comprove seus desajustes ao padrão socialmente estabelecido de normalidade. São discursos que transformam a punição da infração em atenção a comportamentos, relações sociais e familiares, dentre outras questões da vida das meninas, que passam a decidir sobre a medida socioeducativa a ser imposta e seu tempo de duração. Até que as meninas de quem trata os textos técnicos apresentem um comportamento socialmente esperado, elas permanecem na medida por tempo indeterminado. As meninas da medida socioeducativa passam a receber uma punição por aquilo que são e não apenas por sua infração. Elas sabem como são vistas pelas técnicas e como são descritas por elas em seus textos. Sabem que seu lugar é do outro lado da mesa e por isso se preocupam em como se portarem diante dessas profissionais. Com discurso pronto de mudança, interesse em trabalho e estudo é como chegam para os atendimentos. Em pesquisa documental realizada nos processos judiciais das meninas que cumpriam medida socioeducativa de internação, a pesquisadora e técnica da medida encontrou uma carta escrita por uma das meninas para a juíza. A autora da carta buscava antecipar sua voz à da técnica em seu relatório avaliativo. A menina chamava de “desconhecidas” as pessoas que escreviam sobre ela, as profissionais que deveriam ser referência para acolher e acompanhar suas demandas de forma a garantir seus direitos. Para menina da carta, as desconhecidas eram pessoas que não sabiam quem era ela e escreviam apenas sobre os seus erros. Na carta, ela apelava à juíza para não ser reduzida a seus erros e acreditava que sua sentença poderia ser outra se não fosse julgada a partir do discurso das “desconhecidas”. São as “desconhecidas” que se sentam atrás da mesa para buscar anormalidades e expô-las com sua escrita. Entender esse lugar é importante para reconhecê-lo como parte de uma engrenagem punitiva na qual é possível provocar fissuras ao repensá-lo.

Palavras-chave: lugar de poder saber; escrita técnica; punição normalizadora.

DOCÊNCIA NA SOCIOEDUCAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE UMA AÇÃO FORMATIVA EXITOSA

Cynthia Bisinoto

Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília – UnB
Grupo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Humano e Socioeducação - GEPDHS
cynthia@unb.br

O Curso de Aperfeiçoamento em Docência na Socioeducação foi concebido e realizado, em 2014, por meio de parceria entre a Faculdade UnB Planaltina (FUP) da Universidade de Brasília (UnB) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação (MEC). O curso foi destinado a professores em exercício na rede pública de educação básica que atuam com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Foi concebido e desenvolvido com o objetivo de oportunizar aos profissionais da educação básica transformações na construção de sua identidade e na sua atuação profissional, por meio da atualização e do aprofundamento teórico, conceitual e metodológico na área da educação, articulado às especificidades da política socioeducativa e aos parâmetros do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e das Diretrizes Nacionais para a efetivação do direito à escolarização de adolescentes em atendimento socioeducativo. De modo simultâneo, o curso constituiu um convite ao aprofundamento teórico-conceitual e ao fortalecimento da identidade profissional docente. A carga horária do curso foi de 216 horas, sendo 200 horas na modalidade a distância e 16 horas presenciais; a estrutura curricular foi organizada em sete Eixos Temáticos compostos por Módulos de Conteúdos (a distância) e Seminários Integrativos de Formação (presenciais). Quanto à dinâmica dos trabalhos, o curso procurou combinar o processo reflexivo às ações profissionais, contemplando a reflexão de temas teórico-conceituais e de experiências de intervenção no contexto escolar. Relativamente ao perfil dos participantes dessa primeira edição do curso, 74% era do sexo feminino, 68% tinha até 45 anos de idade, 65% atuava em unidade de internação, dos quais 61% atuava em unidade masculina, 71,5% nunca havia feito um curso específico na área da socioeducação e, por fim, 60% tinha, apenas, até 5 anos de experiência profissional docente na socioeducação. Quanto aos resultados alcançados, 78,5% dos participantes foram aprovados e apenas 5,1% desistiram. Sustentado na compreensão do processo de formação como um momento social concreto e eficaz para o desenvolvimento pessoal e profissional dos professores, por meio do Curso de Aperfeiçoamento em Docência na Socioeducação foi possível construir novos cenários de interlocução, de revisão das ações e de reconstrução de sentidos, favorecidos por uma prática reflexiva constantemente alimentada pela produção científica. Acredita-se que o sucesso do curso, para além de seus resultados de aprovação, estejam vinculados ao trabalho reflexivo direcionado para a reelaboração das práticas, a qual é um eixo central para a concretização das políticas públicas transformadoras da realidade.

Palavras-chave: escola; professor; desenvolvimento humano; adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas.

**EDUCADORES SOCIAIS DO SISTEMA DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS:
INDICADORES DE FORMAÇÃO**

Tatiana Yokoy
Faculdade de Educação, Universidade de Brasília - UnB
yokoy@unb.br

Maria Cláudia Lopes Santos de Oliveira
Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília - UnB
mcsloliveira@gmail.com

Apesar da Lei do SINASE apontar a formação profissional como diretriz essencial para a efetividade do atendimento socioeducativo, o sistema socioeducativo brasileiro tem se caracterizado historicamente pela precariedade de políticas de Recursos Humanos e de desenvolvimento profissional. Defende-se a importância de promover processos de desenvolvimento destes sujeitos, a partir da fundamentação na Psicologia Sociocultural e dos resultados de tese de doutorado sobre o desenvolvimento dos educadores sociais que atuam na Socioeducação. Compreende-se que os educadores sociais ativamente negociam significados sobre si mesmos, a partir das circunscrições dos contextos culturais de que participam e dos lugares sociais que lhes são atribuídos, assumidos e resistidos. A partir da análise de memoriais autobiográficos e de entrevistas narrativas com educadores sociais que atuam na Socioeducação, destacam-se as suas concepções em relação à trajetória, atuação, identidade e formação profissional. São analisados diferentes elementos, como: motivações e expectativas iniciais sobre o trabalho; as relações interpessoais com os adolescentes e com os colegas de trabalho; as dificuldades encontradas para o trabalho; os processos de adoecimento no trabalho; as resistências subjetivas a aderir à cultura institucional; e as mudanças subjetivas percebidas após o início do trabalho na Socioeducação. A partir das análises, abstraiu-se uma lista de indicadores a serem considerados nos processos de formação e de desenvolvimento profissional em Socioeducação. Dentre estes, destacamos a necessidade da construção do perfil profissional do educador social; o enfoque dialógico; a reflexividade; o engajamento político; o fortalecimento do diálogo entre prática, teoria e técnica; e a transformação das relações interpessoais estabelecidas no cotidiano da atuação socioeducativa. Critica-se o privilégio do enfoque monológico no mercado da formação dos trabalhadores do sistema socioeducativo, que oferta, em geral, atividades de formação focadas em legislações e teorias, pontuais, descontínuas e unidirecionais, orientadas para a rápida certificação. Enfatiza-se que é necessário um real investimento nos processos de desenvolvimento profissional na Socioeducação e uma ampliação de práticas de formação continuada e de supervisão dos programas de atendimento socioeducativo. Defende-se que as ações de formação sejam pautadas pelo enquadre dialógico, considerando os saberes/ fazeres já possuídos pelos trabalhadores; o desenvolvimento de competências profissionais diversificadas; e com temporalidade para a problematização das dimensões afetivas, subjetivas e políticas e das complexidades envolvidas nas situações concretas de trabalho cotidiano. Assim sendo, as atividades dialógicas de formação e de desenvolvimento profissional podem favorecer modificações criativas das identidades profissionais, dos circunscritores da cultura institucional e das práticas de atendimento socioeducativo, promovendo tanto o desenvolvimento dos educadores sociais quanto dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

Palavras-chave: socioeducação; desenvolvimento profissional; educadores sociais; agentes socioeducativos; medidas socioeducativas.

**INTERNAÇÃO SOCIOEDUCATIVA E GÊNERO NO DISTRITO FEDERAL:
DIÁLOGOS COM ADOLESCENTES EGRESSAS, AGENTES E ESPECIALISTAS SOCIOEDUCATIVOS**

Cecília Froemming
Coordenação Geral do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

Iasmim Baima
Centro Universitário IESB

Luana Euzebia
Unidade de Internação de Santa Maria

Lucilene Barros
Unidade de Internação de Santa Maria

Ruth Paiva
Centro Universitário IESB

William Gualberto
Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventudes do Distrito Federal

Sinara Gumieri
Anis - Instituto de Bioética
s.gumieri@anis.org.br

O evento terá início com breve apresentação do estudo "Meninas fora da lei: a medida socioeducativa de internação no Distrito Federal", de Debora Diniz, professora da Universidade de Brasília e pesquisadora da Anis - Instituto de Bioética. O estudo é fruto de pesquisa etnográfica realizada na Unidade de Internação de Santa Maria (UISM), em 2015, com financiamento da Secretaria Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério de Direitos Humanos (SNDCA/MDH) e apoio da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventudes do Distrito Federal. Os resultados do estudo serão debatidos por jovens mulheres egressas e trabalhadoras do sistema socioeducativo, em um formato de diálogo orientado por perguntas-guia. As participantes compartilharão experiências e demandas sobre a privação de liberdade em um "estabelecimento educacional", nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

**CÂMERA NA MÃO E NOVAS IDEIAS NA CABEÇA:
OFICINA DE CINEMA NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO**

Ana Clara Manhães Mendes
Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal
anaclaramendes@gmail.com

Fauston Silva
Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal

No contexto das medidas socioeducativas em meio aberto no Distrito Federal, observa-se que a prática do atendimento psicossocial individual centralizado nas questões subjetivas e necessidades de encaminhamentos para a rede de apoio tem sido majoritária das intervenções dos profissionais. Entretanto, podemos destacar um movimento atual de reflexão crítica que vem sendo protagonizado por alguns profissionais e equipes desse contexto e a conseqüente criação de estratégias metodológicas que apresentem alternativas ao modelo hegemônico posto. Dentre tais possibilidades de intervenção, destacam-se as atividades coletivas como privilegiadas para possibilitarem aprendizagem significativa e desenvolvimento humano. Acredita-se que o contexto intencionalmente planejado para a circulação de novos sentidos e significados acerca de uma diversidade de temas e formas de se relacionar com o mundo pode ampliar as possibilidades de mediação de desenvolvimento e conscientização dos adolescentes participantes. Nesse contexto de busca por estratégias alternativas para o atendimento socioeducativo, surgiu a Oficina Audiovisual, a qual teve início em 2016 por meio de uma parceria entre o órgão gestor das medidas socioeducativas em meio aberto no DF e o Projeto Picasso Não Pichava, uma iniciativa mais ampla da Secretaria de Segurança Pública e Paz Social do DF. O referido projeto já possuía equipe com expertise na área de produção audiovisual, bem como vasta experiência no trabalho com alunos em situação de vulnerabilidade social. A efetivação da parceria se concretiza como uma atividade que faz parte da medida socioeducativa, com suas obrigações e responsabilidades que lhe são próprias, mas que se caracteriza efetivamente em um curso ministrado pela equipe pedagógica do Projeto Picasso Não Pichava com apoio da equipe socioeducativa. A Oficina consiste em aproximadamente 18 encontros bissemanais nos quais são realizadas exposições teóricas e atividades práticas com conteúdos básicos de cinema e, ao final, os adolescentes participam ativamente da produção de um filme curta metragem. Ao longo da Oficina Audiovisual, o professor apresenta conteúdos que são efetivamente aplicados no projeto final de produção do filme como: criação de roteiro, linguagem cinematográfica, atuação, direção, fotografia, captação de som e edição. Além do conteúdo desenvolvido, também é objetivo da Oficina Audiovisual a ampliação da experiência estética em cinema, por meio da apresentação de diversos filmes pelo professor, os quais estão fora das programações das grandes salas de cinema ou da televisão, de modo que provavelmente os alunos não teriam acesso (ou mesmo interesse) se não fosse pela Oficina. Ainda com o mesmo objetivo de ampliação da experiência culturais, propõe-se ao longo dos encontros, atividades externas como passeios ao cinema e exposições que sejam do interesse dos alunos. Todas essas atividades podem ser compreendidas em seu aspecto lúdico e como convites ao processo criativo, e, portanto, acabam por potencializar os contextos de mediação de desenvolvimento objetivados pelo atendimento socioeducativo. Além da análise conceitual acerca desse projeto, deixo claro minha implicação afetiva com a Oficina Audiovisual que, em cada turma realizada, reitera seu caráter mobilizador e seu potencial de intervenção significativo junto aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto.

Palavras-chave: meio aberto; cinema; oficina.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS SOCIOEDUCADORES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Irândi Pereira

Instituto Brasileiro de Direito da Criança e do Adolescente
Associação dos Pesquisadores dos Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente
Observatório da Educação da Universidade Brasil/SP
irandip@gmail.com

Na presente comunicação, o tema recai sobre a especificidade da formação dos profissionais da socioeducação na atenção ao adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas. Os termos *formação continuada* ou *formação permanente* têm sido utilizados, muitas vezes, como sinônimos; contudo, há diferenciação conceitual em seu emprego e, por isso mesmo, merecem aprofundamento. A preocupação com a formação dos socioeducadores está presente nas legislações brasileiras nºs 8069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA) e 12.594/12 (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo/SINASE) integrando outros documentos públicos (Planos Decenais de Atendimento Socioeducativo, Resoluções definidas pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e proposições definidas nas Conferências dos Direitos). As propostas de formação são encontradas também nas pautas reivindicativas dos profissionais da socioeducação, enquanto uma das “condições necessárias” ao atendimento de adolescentes. O sistema de justiça, na articulação com o atendimento socioeducativo, pontua a formação continuada como necessária à qualificação da ação pública destinada ao adolescente sentenciado. A sociedade civil, presente em diferentes espaços da política socioeducativa, tem apontado para a consecução de políticas de formação no campo socioeducativo privilegiando temas como a articulação Estado e Sociedade Civil e reconhecimento do papel dos movimentos sociais na defesa do adolescente em conflito com a lei. O tema da formação tem sido inserido em diferentes espaços acadêmicos resultando em estudos, pesquisas, debates do significado da política de formação, realização de cursos, palestras e intervenção. A formação dos socioeducadores pode ser compreendida, no geral, como aquela que se ocupa da qualidade da ação dos profissionais da socioeducação e constitutiva de uma das condições necessárias para a efetivação do paradigma da proteção integral (um conjunto de direitos para todos, sem qualquer traço discricionário) adotado pelo ECA. Importante destacar que, pela natureza da política socioeducativa – incompletude institucional – a implementação de projeto político de formação dos profissionais da socioeducação contribuirá decisivamente para a compreensão da transversalidade dessa política para o conjunto das políticas setoriais e dos diferentes órgãos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) envolvidos na efetivação da “gramática dos direitos humanos” ao adolescente em conflito com a lei. A trajetória de formação dos profissionais da socioeducação, desde os anos de 1990, ofertadas pelo setor público e por outros setores da sociedade (entidades de atendimento, universidades, centros de pesquisas, associação e conselhos de profissionais ou mesmo dos próprios pares), tem trabalhado conteúdos como o ordenamento jurídico e institucional, a categorização do adolescente em conflito com a lei, as dimensões da socioeducação, o escopo teórico-conceitual, a experimentação e troca de experiências de metodologias de atendimento, o papel e função dos profissionais da socioeducação, a relação interdisciplinar das equipes técnicas no interior do sistema, na articulação com os sistemas de justiça e das políticas sociais setoriais, e, notadamente, sobre a constituição do campo socioeducativo. Os desafios e as possibilidades da política de formação consistem na transformação dos saberes e práticas desenvolvidos no interior do sistema de atendimento em garantias individuais e direitos fundamentais ao adolescente em medida socioeducativa.

Palavras-chave: política socioeducativa; socioeducação; formação continuada; campo socioeducativo.

PEDAGOGIA DA HORA: NENHUM A MENOS

Onília Cristina de Souza de Almeida
Secretaria de Educação do Distrito Federal – SEDF e Centro Universitário IESB onilia.almeida@gmail.com

Larissa Kamila Barroso Carvalho
Centro Universitário IESB
larissakamila@live.com

Raquel Arantes Borges
Centro Universitário IESB
raquel.arantes.tb@gmail.com

O *Pedagogia da Hora: Nenhum a Menos* é um programa interventivo da Iniciação Científica, desenvolvido desde 2016, no curso de Pedagogia do Centro Universitário IESB, em parceria com a Secretaria da Infância e da Adolescência do Distrito Federal (DF). Esse programa busca ressignificar o papel da escola na vida de jovens que cumprem medidas de liberdade assistida ou prestação de serviço à comunidade. Esses jovens são encaminhados pela Unidade de Atendimento Meio Aberto (Uama) de Ceilândia. O programa conta com colaboração de docentes e estudantes voluntários dos cursos da Pedagogia, Engenharia da Computação e Nutrição. O objetivo é promover ações de responsabilidade social em prol de jovens em conflito com a lei e em situação de vulnerabilidade social. A expressão “nenhum a menos” é inspirado no filme chinês dirigido por Yimou Zhang, de 2000, do mesmo título, que aborda a questão da evasão escolar e o papel do professor no resgate do aluno que evade. Para oportunizar a apropriação do conhecimento, foram utilizadas práticas socioeducativas com ênfase nas metodologias ativas de intervenção pedagógica que atendam às necessidades educacionais dos jovens. Nesse sentido, são ofertadas situações de aprendizagem significativas, mobilizando interesses, experiências e saberes prévios dos adolescentes, considerando sua realidade cultural, expectativas e maneira de aprender. Nessa linha, os estudantes são incentivados a construir novos conhecimentos e desenvolver novas competências, por meio da participação ativa e do respeito aos diferentes pontos de vista. Além disso, são aplicados: a Pedagogia dos Valores (amor, respeito, responsabilidade, cidadania, senso de justiça), em prol da cultura de paz e como forma de melhorar as relações interpessoais. A carga horária do programa é de 80 horas, uma vez por semana, os jovens são atendidos no IESB de Ceilândia e as atividades incluem: aulas de informática; empreendedorismo com oficina de pizza; dicas para elaboração de currículo e como se comportar em entrevistas de emprego; palestras sobre os efeitos das substâncias psicoativas no cérebro; ginástica cerebral para melhorar as habilidades de atenção, concentração, memória, linguagem; são aplicadas atividades pedagógicas *gamificadas*. Vale destacar que a evasão escolar decorre do histórico de fracasso e baixo desempenho da maioria dos jovens que cumprem medidas. Por esse motivo, é importante resgatar nos alunos o interesse pelos estudos, melhorar o seu desempenho e a sua autoestima, visando reduzir as situações de risco social que culminam nos conflitos com a lei. Para isso, uma intervenção especializada se faz importante. Os estagiários desse programa são vistos pelos adolescentes como uma referência positiva, especialmente quando os ajudam a refletir sobre a vida, assumem uma postura de escuta ou contribuem com sua experiência de vida. Importante dizer também que eles se sentem valorizados quando percebem o engajamento dos estagiários e professores com a aplicação de novas metodologias de ensino para explorar suas potencialidades. Podendo ser replicado no contexto socioeducativo e escolar.

Palavras-chave: socioeducação; metodologias ativas; pedagogia dos valores.

**BUSCA ATIVA ESCOLAR:
A LUTA PARA QUE TODAS AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ESTEJAM NA ESCOLA**

Ítalo Dutra

Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef
idutra@unicef.org

Nos últimos anos, o país registrou importantes avanços na educação como a ampliação da escolaridade obrigatória dos 4 aos 17 anos de idade e a aprovação da busca ativa como uma das estratégias do Plano Nacional de Educação para a universalização do acesso à educação. O desafio agora é consolidar avanços, garantindo a cada criança e adolescente uma educação de qualidade, e reduzir as desigualdades, já que os grupos mais vulneráveis da população continuam com dificuldades para ter acesso à escola e concluir seus estudos com sucesso. De acordo com Dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2015, temos hoje, 6.46% das crianças com idade entre 4 e 17 anos que estão fora da escola. Esse percentual corresponde a mais de 2,8 milhões de crianças e adolescentes em idade escolar que deixam de ter garantido o seu direito de aprender e se desenvolver. A Busca Ativa Escolar (<http://buscaativaescolar.org.br>) é uma plataforma gratuita para ajudar os municípios e estados no enfrentamento da exclusão escolar desenvolvida pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e o Instituto TIM. A intenção é apoiar os governos na identificação, registro, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão. Por meio da Busca Ativa Escolar, municípios e estados terão dados concretos que possibilitarão planejar, desenvolver e implementar políticas públicas que contribuam para a inclusão escolar. Na plataforma, é possível reunir representantes de diferentes áreas – Educação, Saúde, Assistência Social, Planejamento – dentro de um mesmo sistema de dados. Cada pessoa ou grupo tem um papel específico, que vai desde a identificação de uma criança ou adolescente fora da escola até a tomada das providências necessárias para a resolução do que faz com as meninas e os meninos estejam fora da escola, a realização da matrícula e o acompanhamento da permanência do aluno na escola. A estratégia de Busca Ativa Escolar faz parte da iniciativa do UNICEF Brasil chamada Fora da Escola Não Pode! Por que toda criança e adolescente tem o direito de aprender.

Palavras-chave: direito à educação; busca ativa; intersetorialidade.

**A ABORDAGEM TRAJETÓRIAS CRIATIVAS:
PRÁTICAS INOVADORAS PARA JOVENS DE 15 A 17 ANOS**

Rosália Procasko Lacerda
Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
rosalia.lacerda@ufrgs.br

Os dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD/IBGE/), em 2008, apontam que 31/% dos jovens brasileiros entre 15 e 17 anos não concluíram o Ensino Fundamental. Pensando nesse desafio, a proposta de ação educativa denominada Trajetórias Criativas (TC) foi concebida para inspirar gestores escolares, professores, famílias e jovens estudantes a produzirem, juntos, a aventura de ultrapassar concepções, redefinir papéis, espaços e tempos escolares, bem como oportunizar aprendizagens necessárias à promoção desses jovens ao Ensino Médio. Desse modo, a abordagem teórico-metodológica TC permite operacionalizar ações educativas abertas, adaptáveis às escolas de nosso país, sem, contudo, limitar as possibilidades de inovação no âmbito de outras estratégias de trabalho. As práticas educativas baseadas na abordagem TC pretendem dialogar tanto com os interesses dos estudantes como com suas necessidades, para que, dessa forma, construam e consolidem aprendizagens. A implementação da proposta Trajetórias Criativas tem início com o estabelecimento de parcerias de trabalho. Essas são construídas entre universidade, rede escolar (rede pública de ensino), escola (escola pública), família e estudante. As parcerias articulam-se na forma de um coletivo que se retroalimenta e se desenvolve por meio de relações de confiança ao compartilhar ideias, práticas e recursos. É fundamental que essa parceria institucional garanta aos estudantes não apenas o acesso e a permanência na escola, mas sim seu desenvolvimento e sua promoção, qualificando a permanência no ambiente escolar através de consistentes ações educativas. Em decorrência disso, as atividades desenvolvidas concorrem para desenvolver em cada um a perspectiva da autoria, da criação, do protagonismo e da autonomia. Para operacionalizar a implementação da proposta TC, é preciso constituir uma equipe de professores, sendo um de cada componente curricular. A equipe trabalhará de modo articulado, em reuniões específicas e sistemáticas, para planejar práticas pedagógicas abertas denominadas TRAJETÓRIAS. Essas práticas são organizadas na forma de ações e atividades que demandam trabalho colaborativo e cooperativo de estudantes e professores, o que implica a redefinição dos papéis discentes e docentes, além de novas concepções sobre o uso de tempos e espaços para aprendizagens escolares. Constituem elementos de uma trajetória as Atividades Desencadeadoras e as Atividades Derivadas: Iniciação Científica (IC), Ações Integradoras, Atividades Disciplinares (componentes curriculares) e Atividades Interdisciplinares.

Palavras-chave: jovens de 15 a 17 anos; educação básica; promoção escolar; aprendizagem.

**RESPEITA AS MINAS!
A EXPERIÊNCIA DE SOCIOEDUCAÇÃO COM MULHERES NO MEIO ABERTO**

Luana Alves de Souza
Secretaria de Estado de Políticas para Infância, Adolescência e Juventude do Distrito Federal
luana.alvessouza@gmail.com

Camila Rosa Fernandes de Souza
Secretaria de Estado de Políticas para Infância, Adolescência e Juventude do Distrito Federal
milamangarosa@gmail.com

A UAMA Paranoá-DF vem desenvolvendo, a cerca de um ano, um grupo com adolescentes que estão em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e/ou Prestação de Serviços à Comunidade, com enfoque na questão de gênero. A intenção é possibilitar que as meninas tenham voz, pois reconhecemos que elas são quantitativamente minoria dentre o público atendido e, quando se vinculam às atividades coletivas desenvolvidas pela Unidade, acabam sendo minoria na escolha das ações, dentro de uma proposta democrática. Aliada a essa observação, acresce-se dados sobre violência contra mulher, o que nos impele ainda mais a realizar o grupo. Convém expor, numa linha histórica, que o grupo de meninas foi iniciado pela UAMA Planaltina, em articulação com outras UAMAS (Sobradinho, Plano Piloto, Paranoá), em 2014, visto que as servidoras mulheres sentiam a necessidade de trabalhar a questão de gênero com as meninas e que, dado o pequeno quantitativo de adolescentes vinculadas, realizar o trabalho em rede com outras UAMAS possibilitaria atingir um quantitativo maior de meninas e ainda promover trocas entre diferentes espaços. Na proposta que está sendo desenvolvida na UAMA do Paranoá, temos como diretrizes o trabalho horizontal, pois reconhecemos, primeiramente, que somos todas mulheres, o que nos coloca num lugar de equidade em termos de pertencimento. As ações são feitas sempre com a participação das meninas em todas as etapas, o que fomenta o protagonismo juvenil. Nessa direção o registro metodológico é feito por meio de uma mandala, preenchida do centro para fora, o que permite uma projeção da identidade individual e coletiva. O centro, que é a origem de tudo, sempre vem com a identidade, o eu (digital, aspectos de si com a primeira letra do nome, etc.). Do centro, a vida flui. Cada encontro é sistematizado na mandala e, no momento de síntese, acessamos lugares por vezes sombrios e doloridos, mas férteis, que vindo à consciência, transformam nossas realidades subjetivas e se espelham para além de nós. Ao longo desse quase um ano de trabalho com o grupo de meninas, elencamos algumas dificuldades institucionais: 1) em relação ao público: número de meninas, associado à baixa adesão ao programa. Ao longo do processo, as meninas foram sendo liberadas e ficamos com poucas efetivas, sem falar das que já são mães e tinham empecilhos relacionados ao cuidado dos filhos; e 2) em relação à instituição Secretaria da Criança, como indisponibilidade e escassez dos materiais, falta de equipamentos para a realização das atividades, dificuldade de acesso a transporte para passeios (requer articulações pessoais muitas vezes); não há garantia de lanche, e por isso, muitas vezes há que se comprar do próprio bolso. Enxergamos, também, muitos resultados positivos do trabalho, como: melhoria no vínculo das meninas com a instituição; promoção de vínculo entre as meninas; maior adesão ao programa (diversas situações de descumprimentos que passaram a ser cumprimento efetivo, especialmente os casos de PSC), maior efetividade no acompanhamento das metas do PIA (por meio do aumento do vínculo e da presença); para a unidade, a capacitação continuada e a oportunidade de aprendizado e fortalecimento de habilidades; e o reconhecimento no Caderno de Boas Práticas da UNICEF.

Palavras-chave: socioeducação; grupos; gênero; meio aberto.

A EXPERIÊNCIA DE ESCOLARIZAÇÃO DE UMA UNIDADE DE INTERNAÇÃO E INTERNAÇÃO PROVISÓRIA

Maria Luciane Franco
Escola Estadual de Ensino Médio Senador Pasqualini - RS
ma.lucianef@hotmail.com

Paula Costa
Escola Estadual de Ensino Médio Senador Pasqualini – RS

O presente trabalho se insere a mesa Iniciativas educativas diferenciadas e aprofunda o tema da oferta de escolarização no sistema socioeducativo. A EEEM Senador Pasqualini busca atender a legislação vigente que institui o Sistema Nacional da Socioeducação / SINASE, o que prevê a LDBEN em relação ao ensino de jovens, bem como a atuação conjunta da Secretaria Estadual de Educação e a Fundação de Atendimento Socioeducativo / FASE RS. Está inserida em dois centros de atendimento e oferta o Ensino Fundamental sequencial e na modalidade EJA (este para os maiores de 15 anos), e o Ensino Médio. O ingresso de adolescentes e jovens, em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado, na rede pública de educação, se dá através da articulação da escola com a equipe técnica dos Centros de Atendimento Sócio Educativo. O(a) pedagogo(a) da Equipe do CASE é responsável pelo encaminhamento imediato dos adolescentes à escola e posterior matrícula dos adolescentes que permanecerão para o cumprimento de medida. Ocorre em qualquer fase do período letivo e contempla as diversas faixas etárias e níveis de instrução. O atendimento escolar inicial é baseado em informações trazidas pelo aluno na entrevista de acolhimento, posteriormente é feita pesquisa junto ao sistema de informação da secretaria estadual de educação ou contata a escola de origem do educando para confirmar ou complementar os dados de matrícula. A organização da ação pedagógica da escola é fundamentada nos princípios da Educação Popular, com a prática da realização da pesquisa para a definição dos temas geradores e projetos de trabalho, quer estabelecer o diálogo entre os saberes em uma perspectiva interdisciplinar. No intuito de buscar a integração dos componentes das áreas, bem como dentre as diferentes áreas que compõem o currículo em cada curso, os docentes da escola vêm resignificando suas trajetórias e aprofundando os estudos em relação à pedagogia de projetos. Os projetos desenvolvidos com professores e alunos buscam traduzir de uma maneira diferente o que seja conhecimento e currículo e representam outra maneira de organizar o trabalho educacional da escola. Nesse sentido, as reuniões pedagógicas semanais são espaços permanentes de formação em serviço. Entende-se por formação um espaço contínuo de reflexão ocupado pelos professores, para que possam analisar o seu fazer cotidiano em educação, refletir sobre si mesmos, suas teorias e encontrar estratégias para qualificar o seu fazer pedagógico voltado à realidade de seus alunos.

Palavras-chave: educação; socioeducação; pedagogia de projetos.

PROCESSOS DE TRABALHO EM EQUIPES INTERDISCIPLINARES

Carolina Cassia Batista Santos
Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília
Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Discriminação
carolinacassiasantos@gmail.com

Este trabalho tem como objetivo contribuir para a discussão sobre processos de trabalho em equipes interdisciplinares, destacando-se a reorganização de processos de trabalho em equipes multidisciplinares e multiprofissionais que atuam na área de educação, especialmente na assistência estudantil. Partimos da premissa extraída do pensamento marxiano de que o trabalho é um processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla o seu intercâmbio material com a natureza. Nesse processo participam homem e natureza e seus elementos componentes são: o próprio trabalho; o objeto de trabalho; e o instrumental de trabalho. No âmbito da assistência estudantil, é o trabalho de equipes multidisciplinares que vai dar o suporte à execução da política. Neste sentido, as especificidades das atribuições de cada profissional envolvido precisam ser consideradas, compreendendo a multidisciplinaridade como recurso que agrega saberes independentes sem anular as especializações. Essa área de atuação requer a discussão ampliada sobre os processos de trabalho que necessariamente são multiprofissionais e ocorrem num campo muito específico que é o da educação superior. A reorganização dos processos de trabalho de equipe multiprofissional está inscrita em momento histórico singular, pautado por mudanças expressivas na política educacional brasileira, advindas desde a Constituição Federal de 1988. Mais recentemente, mediante a expansão desencadeada pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) – Decreto n. 6.096/2007 –, as garantias de permanência asseguradas com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) – Portaria Normativa/MEC n. 39/2007 e Decreto n. 7.234/2010 – e ampliação da inclusão social com a Lei de Cotas Sociais – Lei n. 12.711/2012, uma parcela mais pobre e diversificada de estudantes adentra à educação superior pública. Esse fenômeno vem acompanhado de novos desafios a serem superados pela equipe de profissionais executora da política assistência estudantil nas universidades, não apenas aqueles relacionados à qualidade de ensino, mas também os concernentes à permanência e titulação com sucesso de estudantes socioeconomicamente vulneráveis, tais como: fortalecer a concepção de direito a educação e a concepção do direito ao acesso e à permanência à educação superior; problematizar e atuar sobre questões relacionadas à diversidade (cultural, regional, étnico-racial, sexual) e a deficiências; trazer para o debate a concepção de igualdade e equidade – acessos iguais para todos, acessos diferentes aos diferentes; e capacitar profissionais da educação para atuar em equipes multiprofissionais. Algumas particularidades de cada profissional envolvido na equipe multiprofissional da assistência estudantil precisam ser consideradas, como: definir especificidades e competências; estabelecer planejamento de ações e processos de trabalho; e criar estratégias de ação que possibilitem o diálogo interdisciplinar. As mudanças nos processos de trabalho das equipes incluem atualizações de práticas interventivas (tradicionalmente utilizadas) e implementações de novos instrumentais técnico-operativos, como, por exemplo, a adoção sistemática do acolhimento e a redefinição de parâmetros para o estudo socioeconômico – principal instrumental técnico-operativo desse campo.

Palavras-chaves: processos de trabalho; trabalho interdisciplinar; equipes multiprofissionais; política educacional; assistência estudantil.

A NOÇÃO DE SOCIOEDUCAÇÃO E SUAS RELAÇÕES COM O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Cynthia Bisinoto

Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília – UnB

Grupo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Humano e Socioeducação - GEPDHS

cynthia@unb.br

A proposta dessa apresentação emergiu de um conjunto de inquietações e questionamentos que têm mobilizado pesquisadores, gestores e profissionais vinculados ao campo socioeducativo: quais os sentidos e relações entre desenvolvimento humano e socioeducação? Quais as intersecções entre esses elementos quando se tem em perspectiva a vida de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa? Ao mesmo tempo que se reconhece um crescente interesse pelo tema da socioeducação, contata-se também a pluralidade de concepções que a rodeiam, a existência de lacuna conceitual e teórica acerca deste campo, a existência de práticas muito heterogêneas, a falta de um corpo sólido de conhecimentos que oriente a intervenção socioeducativa, entre outras questões. Do ponto de vista do desenvolvimento, reconhece-se a polissemia de sentidos acerca do fenômeno, bem como muitos conceitos estereotipados, normatizadores e universalizantes. Além disso, a pouca clareza acerca das intersecções entre desenvolvimento humano e socioeducação acaba por dificultar o exercício crítico e intencional da prática socioeducativa e por deixar margens para a redução do trabalho socioeducativo a atividades de cunho preponderantemente técnico-burocráticos, bem como para a existência de práticas discricionárias empreendidas com base em crenças e experiências pessoais. No sentido de elucidar possíveis relações entre esses elementos, tomamos a perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento humano como referencial teórico-metodológico para a socioeducação, assumindo que o sujeito se constitui humano na relação com a natureza e com os outros homens e, nessas relações, constrói sua própria história. A partir dessa perspectiva defende-se a necessidade de entender a relação entre a história de cada um (aquela que é experimentada pelo sujeito individual) e a história social. O desenvolvimento não é igual entre pessoas diferentes, pois que cada momento da trajetória de vida e as experiências vividas influenciam os rumos do desenvolvimento. Nesse sentido, compreende-se que o processo de constituição dos adolescentes não é uma questão apenas individual, mas de natureza relacional, mediada e contextual, portanto, pensar as relações entre desenvolvimento humano e socioeducação implica considerar o adolescente como síntese aberta de um processo que considera a intrincada trama das relações sociais, das histórias passadas e das possibilidades que se projetam ao futuro em aberto. À luz dessa perspectiva do desenvolvimento, compreendemos que a socioeducação configura-se a partir da inter-relação entre práticas educativas, demandas sociais e direitos humanos, com o objetivo de promover o desenvolvimento de potencialidades humanas, da autonomia e da emancipação, além de fortalecer os princípios éticos da vida social. Dessa forma, rompendo com o caráter punitivo, coercitivo e corretivo que já prevaleceu na execução das medidas, a noção de socioeducação evidencia o caráter social e educativo das medidas, assumindo-as como um processo sociocultural de formação humana que têm o potencial de reconfigurar as trajetórias de desenvolvimento dos adolescentes e, para tanto, precisam ser significadas como espaços promotores de rupturas.

Palavras-chave: educação; desenvolvimento humano; adolescência; medidas socioeducativas.

**DIVERSIDADES SEXUAIS E DE GÊNEROS:
DIÁLOGOS NECESSÁRIOS COM A SOCIOEDUCAÇÃO**

Douglas Gomes

Secretaria de Estado de Políticas para Crianças Adolescentes e Juventudes do Distrito Federal
dgomesbsb@gmail.com

O trabalho com a diversidade integra uma das diretrizes pedagógicas que constituem o parâmetro para a gestão dos serviços de atendimento socioeducativo no Brasil. Tanto o parâmetro quanto a legislação impõem a não discriminação de adolescentes por questão de gênero e/ou de orientação sexual. O terreno socioeducativo é contraditório, permeado por projetos socioeducativos ora em prol da cidadania, ora repressivo-punitivo. Assim, torna-se necessário refletir o contexto da execução das medidas socioeducativas e a sua interface com o respeito a diversidade(s), seja essa sexual, de gênero e/ou identidades relacionais. Para o trabalho socioeducativo desempenhado pelos(as) profissionais é necessário presença, envolvimento e abertura com o(a) adolescente. Observa-se a lógica da reprodução de um padrão sociocultural e sexual hegemônico, baseado no binarismo frio do gênero, da imposição da regra heteronormativa, evidenciando o modelo político-moral dominante. A disciplina reunida com o olhar adultocêntrico e LGBTIfóbico culmina em uma razão contraditória aos valores da socioeducação, uma vez que essa solicita acolhimento e presença, e não julgamento e discriminação. Na contramão da diversidade, nota-se a uniformidade e a emplastificação do gênero, da identidade, da sexualidade dos(as) adolescentes. As medidas socioeducativas revelem uma conquista no que concerne a um melhor tratamento com aqueles(as) que praticam atos infracionais, mas é imperativo a criação de estratégias de superação das ações que imbricam sobre o corpo violências institucionais. Desse modo, para ocorrer um giro paradigmática em prol da(s) diversidade(s) no contexto socioeducativo, é emergente a cisão com os juízos de valores que são embutidos na ação de (sócio)educar.

Palavras-chaves: adolescente; medida socioeducativa; diversidades; socioeducação.

EMANCIPAÇÃO HUMANA E O CARÁTER ALIENANTE PRESENTE NAS ATIVIDADES SOCIOEDUCATIVAS

Paulo Cesar Duarte Paes
FAALC/Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
pdpaes@yahoo.com.br

O conceito de emancipação humana remete a citações no iluminismo, em Kant, Marx e, no caso deste estudo, em Lukács. Partimos de um entendimento de que a sociedade tem se organizado tendo como centralidade um sistema de dominação, exploração e opressão que é o contrário da liberdade, gerando sofrimento e violência. A emancipação humana é a liberdade de todos os povos e indivíduos humanos e não apenas de um grupo. Os adolescentes que cometem atos infracionais não são seres isolados, mas resultantes de relações históricas e sociais e necessitam ser educados, não apenas para se integrarem a sociedade que os oprime, mas, para se posicionarem conscientemente diante destas formas de opressão. A socioeducação pode reproduzir uma adaptação aos interesses dos dominantes ou, ao contrário, proporcionar a compreensão de como se dá a opressão para que os/as adolescentes possam se posicionar contra ela. Fundamentados na Psicologia Histórico-Cultural entendemos que um indivíduo somente será destrutivo e criminoso se antes sofrer a violência já existente na sociedade, que é a geradora do sofrimento e, por consequência, da violência. O presente trabalho analisa como as políticas e programas socioeducativos, muitas vezes, acentuam a violência ao não se adequarem aos pressupostos humanizadores do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), reproduzindo procedimentos que inibem uma relação humana e socioeducativa, acentuando a violência.

Palavras-chave: emancipação humana; adolescente; socioeducação; SINASE.

TRAJETÓRIAS DE CRIMINALIZAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO DE ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE

Candida de Souza
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
didasouza@gmail.com

O sistema socioeducativo é uma política que tem a contradição como elemento fundante. Ao mesmo tempo em que se propõe a responsabilizar adolescentes que cometeram ato infracional, também está dentre seus objetivos mediar processos de socialização pautados numa perspectiva pedagógica. Na medida de privação de liberdade é onde tal contradição fica ainda mais evidente, de tal modo que o cerceamento da liberdade se apresenta como um limite estrutural aos aspectos pedagógicos. Além disso, os processos de criminalização muitas vezes se reproduzem dentro das unidades de internação e fazem com que o aspecto sancionatório se sobreponha ao pedagógico na execução da medida. Considerando estas questões e a previsão legal da garantia da educação formal no interior das unidades socioeducativas, a presente mesa se propõe a debater a relação entre criminalização e escolarização nas trajetórias de desenvolvimento dos adolescentes privados de liberdade. Percebe-se que a criminalização que atravessa a experiência desses sujeitos, dentro e fora da unidade de internação, mantém um vínculo estreito com a ineficácia dos processos de escolarização vivenciados por eles, antes, durante e depois da medida socioeducativa. Os índices de escolarização de tais adolescentes são consideravelmente inferiores quando comparados à média geral da população com mesma faixa etária. Quando ingressam no sistema socioeducativo, a frequência à escola passa a fazer parte do cumprimento da medida, no entanto, este aspecto, por si só, não garante um processo de ensino-aprendizagem que dê conta das necessidades de desenvolvimento destes sujeitos. Os fatores que estão por trás desta realidade vão desde elementos estruturais na própria organização da política até a reprodução de preconceitos e estereótipos difundidos no senso comum e que acabam influenciando o atendimento socioeducativo destes adolescentes. Além disso, há que se considerar também a precarização dos profissionais, a falta de infraestrutura e as regras rígidas no interior das instituições como elementos que contribuem para o fracasso da escolarização no âmbito da privação de liberdade. Assim, pode-se dizer que as consequências da desigualdade na relação entre responsabilização e educação se concretizam na experiência desses sujeitos de forma particular. Além das dificuldades relacionadas à própria educação formal no âmbito das unidades, a produção de sofrimento ético-político marca as suas trajetórias de desenvolvimento e sintetiza na sua pele – notadamente negra – os processos de criminalização. Diante desse cenário, é imperativo olhar o sistema socioeducativo a partir de uma leitura crítica, a fim de que se possa pensar em alternativas que deem conta de garantir a tais adolescentes não somente o direito à educação, mas a superação da criminalização estrutural que perpassa suas vidas.

Palavras-chave: desenvolvimento cultural; privação de liberdade; criminalização; escolarização.

INTERVENÇÃO MULTIDISCIPLINAR E CONSTRUÇÃO DA CONCEPÇÃO SOCIOEDUCATIVA

Ilana Lemos de Paiva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ilanapaiva@hotmail.com

No Brasil, tem-se um sistema socioeducativo que viola gravemente direitos humanos dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e de seus familiares, especialmente os que cumprem medidas restritivas de liberdade. Tais violações se explicitam no contexto das unidades de privação de liberdade, conforme denunciado por diversos organismos. Nesse sentido, visando superar as violações de direitos e potencializar o viés educativo do atendimento ao adolescente autor de ato infracional, foi construído por diversos atores governamentais, e da sociedade civil, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), promulgado como lei nº 12.594/12. O SINASE tem como principal objetivo parametrizar a execução das medidas socioeducativas no território nacional e enfatizar o caráter pedagógico da socioeducação, e aponta como importante instrumento socioeducativo o Plano Individual do Adolescente (PIA). No que tange especificamente ao estado do Rio Grande do Norte (RN), guardadas as singularidades locais, o sistema socioeducativo apresenta elementos e situações comuns à realidade de precarização e violações de direitos que ocorrem na socioeducação em todo território nacional. Em suma, as instalações físicas e o atendimento são completamente impróprios. Os adolescentes que ali cumprem medidas estão privados de praticamente todos os direitos que lhes são conferidos, especialmente o da dignidade da pessoa humana. Nesse sentido, visando somar esforços na construção de um sistema socioeducativo que atue de acordo com os parâmetros do SINASE e que tenha como elementos centrais propostas pedagógicas e atendimentos que proporcionem a construção de novos projetos de vida aos adolescentes, o Observatório da População Infanto-juvenil em Contextos de Violência OBIJUV-UFRN realizou o presente projeto, com o objetivo de diagnosticar entraves e, a partir dos dados coletados, contribuir para implementar uma concepção de socioeducação inovadora para o sistema socioeducativo norterriograndense. Fundamentando-se na perspectiva metodológica da pesquisa-ação crítico-colaborativa, o trabalho com os educadores, adolescentes e corpo técnico de todas as unidades de atendimento socioeducativo da Fundação Estadual da Criança e do Adolescente do Rio Grande do Norte – FUNDAC/RN – primou pelo caráter educativo e participativo em todas as suas etapas, nos moldes propostos pelo SINASE, baseado no ECA. Desenvolveu-se uma concepção de socioeducação diferente da que se encontra em vigor, a ser consubstanciada nos seguintes documentos institucionais: Projeto Pedagógico de cada unidade; Regimento Interno de cada unidade; Plano de Desenvolvimento Institucional da Gestão Central da FUNDAC; e considerações ao Plano de Segurança da FUNDAC, por natureza de medida.

Palavras-chave: socioeducação; pesquisa-ação; privação de liberdade.

PAINÉIS

**FAMÍLIA E SOCIOEDUCAÇÃO:
GRUPO MULTIFAMILIAR EM INTERNAÇÃO PROVISÓRIA**

Iara de Sousa Lima
Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal
iarasousalima@gmail.com

Mônica Barcellos Café
Instituto de Educação em Psicologia
monicacafe@gmail.com

Sílvia Helena Andreotti Marques
Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal
sandreotti@ig.com.br

Samantha Freitas Tavares
Universidade Paulista - UNIP
samftavares@gmail.com

Leylla Magna dos Santos
Universidade Paulista – UNIP
leyllamagna@hotmail.com

Thays Silva de Macêdo
Universidade Paulista – UNIP
thays.thays@yahoo.com.br

Este trabalho objetiva apresentar uma experiência de grupo multifamiliar como possibilidade de intervenção com adolescentes em conflito com a lei e suas famílias, visando o estreitamento dos vínculos afetivos e a organização de um espaço de acolhimento às famílias. O grupo multifamiliar constitui uma metodologia de intervenção grupal onde se reúnem várias famílias com problemáticas semelhantes, com a participação de integrantes de diferentes gerações, proporcionando a discussão de temas e a busca de soluções para os problemas enfrentados por elas. O trabalho foi realizado em uma Unidade de internação provisória do Distrito Federal, por meio de três encontros conduzidos pela equipe multidisciplinar da instituição nos dias de visita familiar. Participaram do grupo adolescentes que estavam cumprindo internação provisória pela primeira vez, e um ou dois adultos responsáveis por eles, entre eles pais, mães e uma avó. Trabalhou-se com esse público uma vez que se compreende a primeira ocasião de privação de liberdade do adolescente como um momento de crise para todo o núcleo familiar e, portanto, um período ímpar para intervir nas relações intrafamiliares, em que, dependendo da forma como eles lidam com a nova situação, pode-se produzir resultados tanto positivos como negativos. O grupo utiliza o conceito de rede social, em que valoriza a troca de experiências e sentimentos entre os participantes e o desenvolvimento de relações de apoio mútuo, deslocando o profissional de uma posição hierárquica no atendimento às famílias. As atividades propostas estimularam interações positivas entre responsáveis e adolescentes, facilitaram a expressão de afeto e proporcionaram um espaço para o exercício do diálogo, além da adoção de uma atitude protagonista na resolução de seus problemas. São escassos os relatos de intervenções realizadas com o adolescente e sua família, a maioria das Unidades trabalha esse vínculo apenas por meio da oferta de visita familiar semanal. O grupo multifamiliar se revelou como uma metodologia útil de intervenção para trabalhar os vínculos do adolescente com sua família, reforçando o papel desta enquanto fator de proteção ao envolvimento do adolescente com atos infracionais, e também contribuiu para uma maior aproximação entre as famílias e a equipe de referência da Unidade.

Palavras-chave: grupo multifamiliar; socioeducação; infração; adolescência; família.

MINHA VIDA É JOGO LIMPO!

Manoel Expedito de Sousa Ferreira
Secretaria de Educação do Estado do Pará
expeditoferreira.goepa@gmail.com

Maria da Vitória Felipe Assunção
Secretaria de Educação do Estado do Pará
vitoriafelippe@hotmail.com

Com capacidade para atender cerca de 60 adolescentes, o Centro de Internação de Adolescentes Masculinos – CIAM - funciona no Conjunto Sideral mediante um convênio entre a FASEPA (Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará) e a SEDUC do Estado do Pará. A atuação docente nesta unidade de socioeducação de internação provisória se dá por meio de miniprojetos e atividades educacionais interdisciplinares e diferenciadas, cuja reunião de planejamento e avaliação ocorre todas as sextas-feiras. O projeto intitulado MINHA VIDA É JOGO LIMPO é baseado nos princípios do Fair Play, princípio este muito difundido no mundo esportivo e fomentado pelas principais ligas esportivas mundiais, todavia ele não se restringe ao âmbito esportivo, estende-se ao cotidiano dos adolescentes enquanto internos e busca contribuir para sua formação no exercício da cidadania. A culminância da parte inicial da proposta deu-se com a realização de um jogo de futebol na quadra da Unidade. Participaram desta atividade a equipe técnico-pedagógica da SEDUC e da FASEPA, monitores, professores e 25 socioeducandos vestidos com as camisas do Projeto. Naquele momento, o jogo foi realizado com regras, mas sem a figura do juiz. No lugar deste houve um mediador. A proposta desafiadora visa estimular os alunos a serem juízes de si mesmos, atuando de maneira honesta, com respeito em relação a si mesmo e aos jogadores do time adversário, quebrando paradigmas de violências. Fundamentando-se nisso, a orientação extrapola as linhas da quadra: ela vai para dentro dos QCs (quartos-celas), bem como para o trato com os funcionários da Unidade. Para que esta culminância ao ar livre fosse realizada, houve todo um percurso nas salas de aula, que envolveu oficinas de relaxamento, confecção de origamis, alongamento psicofísico, dinâmicas de grupo, rodas de conversa e exibição de vídeos. Para as etapas futuras estão programadas ações que buscarão resgatar a autoestima dos adolescentes privados de liberdade, combater o uso de drogas ilícitas e a banalização da vida (de si mesmo e de outras pessoas) e melhorar as relações interpessoais no CIAM. Ressalta-se também que este projeto é um desdobramento de atividades realizadas anteriormente, cujo tema era Cultura de Paz. Nossa meta é atender a totalidade de alunos internados (por período), para que os elementos norteadores do MINHA VIDA É JOGO LIMPO sejam incorporados à rotina da Unidade de forma a “contaminar” os recém-chegados.

Palavras-chave: socioeducação; prática docente; educação física.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CONTEXTO DA SOCIOEDUCAÇÃO NA UAMA - UNIDADE DE ATENDIMENTO EM MEIO ABERTO - DO PARANOÁ (DF)

Amanda Aparecida Santos Bispo
IESB- Instituto Superior de Brasília
psiamandabispo@gmail.com

O tema é de muita relevância por se tratar de uma visão da psicologia acerca do trabalho social exercido pelos socioeducadores com adolescentes (com destaque para construído a partir da observação e das vivências, tanto com os socioeducadores, quanto com os adolescentes no ambiente da UAMA- Unidade de atendimento em Meio Aberto. Há uma construção a partir da teoria de Donald Woods Winnicott, apresentada em seu livro " Privação e Delinquência" com aspectos da realidade apresentada e vivenciada, na época por mim como estagiária do décimo semestre de Psicologia. O presente trabalho apresenta as experiências e trabalhos realizados na UAMA, no entanto, apresenta também aspectos psicológicos sobre esse assunto pouco abordado e por fim ele revela a importância do Psicólogo e de seus conhecimentos para o crescimento e a condução da socioeducação dos adolescentes e como isso pode fazer a diferença nesse contexto.

Palavras-chave: socioeducação; UAMA; adolescentes.

ESCOLARIZAÇÃO DOS ADOLESCENTES EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO, NO MUNICÍPIO DE PALMAS-TO

Simone Fontenelle da Silva
Universidade Católica de Brasília
ens.simonesilva@gmail.com

Este estudo faz uma abordagem sobre a densidade demográfica crescente na cidade de Palmas-TO, que segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2016, a cidade tinha 279 mil habitantes, neste ano chegou a 286 mil habitantes, com crescimento de 2,48%, o que reflete no aumento do número de adolescente em conflito com a Lei, na medida socioeducativa em meio aberto. A escolarização de adolescentes autores de atos infracionais é prioridade nas medidas socioeducativas determinadas no Estatuto da Criança e do Adolescente, cabendo aos executores municipais, estaduais ou Organizações Não Governamentais garantir aos adolescentes o acesso à educação e permanência na escola. E tendo como quesito obrigatório, no cumprimento da medida socioeducativa, a escolarização, o adolescente normalmente afastado do espaço escolar e com distorção em idade-série, regressa ao ensino regular, com objetivo de continuar os estudos para uma melhor qualidade de vida, fator preponderante na ressocialização. Observa-se o aumento de adolescente em conflito com a Lei fora do ensino regular, segundo dados estatísticos, a necessidade do trabalho precoce, que levá-lo a desistir dos estudos. E devido à pouca escolaridade e idade, normalmente são estimulados a seguir por caminhos tortuosos, como o trabalho infantil, a necessidade de conhecer novas aventuras, fase das descobertas, que os levam a prática do ato infracional. Objetivando analisar o processo de escolarização e o atendimento das Secretarias Municipal e Estadual de Educação do Estado do Tocantins, com base em uma leitura dos Direitos Humanos. Pautamo-nos nas concepções de Paulo Freire, Michel Foucault, dentre outros. Sendo utilizada como metodologia a análise de documentos oficiais, jornais, pesquisa in loco, bem como estudos anteriores sobre a assistência ao público adolescente em situação de vulnerabilidade social, distorção de idade-série. Na conclusão da pesquisa, objetiva-se colaborar com a escolarização do adolescente em conflito com a Lei, na perspectiva de identificar fatores que contribuem para o afastamento e desestímulo da sala de aula, mostrando caminhos satisfatórios que venham a garantir a permanência no ensino regular, ao término da medida socioeducativa em meio aberto. E que possam colaborar com futuros estudos e pesquisas aos que interessarem pela temática inicial proposta, a partir deste estudo.

Palavras-chave: adolescente; escolarização; medida socioeducativa.

**A POLÍTICA PÚBLICA DO SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO
NA PERSPECTIVA DA PROTEÇÃO INTEGRAL:
ASPECTOS DA MEDIDA DE INTERNAÇÃO NO CONTEXTO DO DISTRITO FEDERAL**

Dirce Maria da Silva
Centro Universitário Unieuro-DF
dircem54@gmail.com

Este estudo investiga a transição da doutrina da situação irregular para a doutrina da proteção integral, visando à garantia dos direitos fundamentais de adolescentes no âmbito da política do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). A pesquisa está vinculada ao Programa de Mestrado em Ciência Política do Centro Universitário Unieuro/DF, na linha de pesquisa de Estado, Políticas Públicas e Cidadania. O objetivo primário é saber se a proteção integral está sendo incorporada ao atendimento socioeducativo no contexto da medida de internação. A hipótese inicial é que o princípio da proteção integral não foi assumido como forma de atendimento no âmbito da medida de internação e privação de liberdade. A pesquisa tem base em significativa revisão de literatura em torno do debate sobre a temática, contribuindo com a problematização e a reflexão sobre os conceitos da situação irregular e proteção integral na perspectiva de superação da visão obsoleta de práticas irregulares e atendimentos socioeducativos fracionados. Esta é uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo. Exploratório por que levanta problemas e aspectos que demandam e direcionam outros estudos específicos quanto à efetiva aplicação da doutrina da proteção integral na socioeducação, e descritiva por apresentar estudo do conhecimento da política do SINASE, desde sua agenda de elaboração até o atual contexto de implementação. É empírica, por se debruçar em pesquisas contextuais referentes aos jovens em cumprimento de medida de internação no Distrito Federal. A análise conta com dados que perpassam o reordenamento institucional do Caje às Unidades de Internação; as dimensões básicas do atendimento socioeducativo, como lotação, conservação, higiene e iluminação; parâmetros de separação de internos como idade, compleição física e ato infracional, o Plano Individual de Atendimento, além de dados do perfil social de adolescente em medida de internação. Observe-se que perante a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, a efetivação do princípio da proteção integral deverá assegurar prioridade na implantação de políticas sociais ao público infante-juvenil, com destaque para a necessária articulação das ações entre as áreas de saúde, assistência social e jurídica, além da educacional na consecução dessa política de aplicação de medidas socioeducativas. A problematização dos conceitos em torno do SINASE apresenta-se como caminho que necessita recusar a fragmentação e que deve unir ao invés de dividir, indagando se as ações estão se contrapondo à integralidade da garantia de direitos ao buscar a superação de práticas operacionais e profissionais fragmentadas. Os resultados obtidos apontam que o sistema permanece apenas “punitivo”, por continuar a tratar o jovem em conflito com a lei com os mesmos pressupostos do modelo de “menor infrator”. Foi norteador o percurso relacionado às diretrizes do SINASE, bem como os princípios do SGD, que empreende esforços na efetivação da gestão de atendimento, que deverá equilibrar aspectos sancionatórios e pedagógicos, extinguir a segurança repressiva e punitiva e estabelecer a segurança socioeducativa no âmbito dessa política pública de aplicação de medidas a adolescentes privados de liberdade.

Palavras-chave: proteção integral; socioeducação; medida de internação.

O PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO (PIA) E A INDIVIDUALIDADE DO/A ADOLESCENTE NO CONTEXTO SOCIOEDUCATIVO

Heridane Patrícia Ferreira
Programa de Pós-graduação em Psicologia - UFPE
Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude -SDSCJ/PE
dane_psi@hotmail.com

A presente comunicação tem como objetivo apresentar o desenho de um projeto de pesquisa que vem sendo desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE sob a orientação da Prof.^a Dra^a Elaine Magalhães Costa Fernandez. Este projeto vem investigar o Plano Individual de Atendimento (PIA) caracterizado como um instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas junto ao/a adolescente no cumprimento das medidas socioeducativas (MSE), constituindo-se como uma importante ferramenta no acompanhamento da evolução pessoal, familiar e social do/a adolescente. O Sistema de Atendimento Socioeducativo (SINASE) – Lei Federal 12.594/12, que regulamenta as medidas socioeducativas, classifica o PIA como um instrumento norteador do atendimento aos/às adolescentes em cumprimento das MSE's, o que o faz ser utilizado sistematicamente pelas equipes técnicas. Não obstante ao caráter normativo, enquanto instrumento de previsão, registro e gestão das atividades socioeducativas, o PIA possibilita a análise e o direcionamento das intervenções a serem realizadas pela equipe interprofissional, além de subsidiar às decisões dos profissionais envolvidos no processo. Seu caráter processual e dialógico implica e engaja tanto o psicólogo quanto os/as adolescentes na sua elaboração. A nível teórico, este processo parte do princípio da individualização da medida socioeducativa, um dos alicerces para a execução do atendimento junto ao/a adolescente. Sua metodologia visa compreender, incluir e trabalhar conteúdos relacionados à trajetória de vida, potencialidades, nível de desenvolvimento, competências e vulnerabilidades além de circunstâncias e contingências pessoais do/a adolescente. Portanto, faz-se necessário a negociação das propostas de intervenção dos profissionais ao conceito e princípio da individualidade da medida socioeducativa, observando que o mesmo se constitui princípio chave para efetivação deste instrumental. Mas como garantir a participação efetiva do adolescente no processo? Como avaliar o reconhecimento de sua posição de sujeito de direitos e principal ator nesta construção? A presente pesquisa, a ser realizada nos Programas de Atendimento às Medidas Socioeducativas em Meio Aberto da Região Metropolitana do Recife - PE, visa identificar como o processo de construção do Plano Individual de Atendimento considera à individualidade do/a adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. Para isto será realizado, após as devidas autorizações éticas, um mapeamento das atividades planejadas pela equipe técnica de 10 (dez) PIAS. Em seguida serão analisados sentidos e vivências dos/as adolescentes sobre o processo de construção do PIA e finalmente serão analisados os critérios metodológicos utilizados pelos/as psicólogos/as neste processo. De natureza qualitativa, este estudo visa contribuir com propostas inovadoras e um olhar reflexivo à plena realização dos objetivos desta política pública.

Palavras-chave: plano individual de atendimento; adolescente; individualidade; medidas socioeducativas.

A SOCIOEDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: UM ESTUDO DO PROJETO “A ARTE DO SABER”

Clawdemy Feitosa e Silva
Instituto Superior de Ciências Policiais – PMDF
asotieff@gmail.com

Introdução- O tema de reflexão é resultado de uma pesquisa empírica de mestrado com enfoque em práticas e metodologias de atendimento em socioeducação. O objeto de pesquisa foi o projeto de leitura – A Arte do Saber, aplicado na Unidade de Internação de Santa Maria (UISM) no Distrito Federal desde 2014 até 2017. **Objetivos Geral-** Analisar a aplicação do projeto de leitura A Arte do Saber em uma Unidade de Internação do Distrito Federal. **Específicos:** Analisar no cotidiano da unidade de internação, através do incentivo à leitura no projeto “A Arte do Saber”, a autonomia, protagonismo juvenil e cidadania como parte da proposta de reinserção social de medida socioeducativa. Identificar as práticas educativas em direitos humanos e cultura de paz implementadas a partir de 2014 por meio do projeto “A Arte do Saber”. **Metodologias/Procedimentos-** Buscamos uma metodologia que promovesse não somente o pensamento e a prática diante da riqueza de informações que a realidade apresenta no campo da pesquisa, mas que permitisse também a ética e a sensibilidade do pesquisador num processo evolutivo. Os procedimentos de análise desta pesquisa qualitativa foram realizados por meio da análise documental do projeto de leitura- A Arte do Saber, das observações e entrevistas semiestruturadas com quatro socioeducadores(as) da SECRIA, dois professores(as) da SEDF e quatro socioeducandos(as) da UISM, alicerçados na fundamentação teórica e nas considerações metodológicas evidenciadas. **Discussões-** A socioeducação encontra-se em poucas execuções entre o materializar e o promover intervenções sólidas ao desenvolvimento dos adolescentes, situado numa educação de campo social, alicerçado na certeza e na legitimação dos direitos humanos, para emancipação e autonomia dos sujeitos envolvidos na sociedade, emergindo assim, com o rompimento do caráter punitivo, coercitivo e corretivo. Deve-se considerar efetivamente a participação dos socioeducadores e das Instituições responsáveis com políticas socioeducativas adequadas, pois eles são a interface entre a sentença e a execução de práticas humanizadoras, de integralização dos sistemas de proteção social. **Conclusões-** Os resultados sobre o presente projeto - A Arte do Saber, possibilitaram novas reflexões e discussões em suas práticas pedagógicas, tais como: Promoção a reflexão e o espírito crítico; Oportunidades aos(às) jovens a possibilidade de efetuar suas próprias produções textuais a partir do conhecimento adquirido por meio da leitura, como agentes transformadores de seu contínuo *ser* e *estar* no mundo; Isso permitiu premiações em concurso de redação promovida pela Unesco, e aprovações no Enem, dentre outras.

Palavras-chave: socioeducação; a arte do saber; educação em e para direitos humanos.

A ESCOLARIZAÇÃO DOS ADOLESCENTES QUE CUMPREM MEDIDAS
SOCIOEDUCATIVAS DE SEMILIBERDADE

Ediara de Castro Coutinho
DEGASE-RJ
ediaracc3@yahoo.com.br

Elis Regina de Castro Lopes
DEGASE-RJ e SEFLU
elispsirj@yahoo.com.br

Este trabalho tem como objetivo apresentar um breve estudo acerca da atuação do Pedagogo junto às unidades de semiliberdade, tal qual os desafios e as possibilidades nas relações dos adolescentes com a prática socioeducativa, suas perspectivas em relação à escolarização, profissionalização, e demais planos pessoais ligados à área da Pedagogia. Os desafios encontrados pelos pedagogos em suas atuações nas unidades socioeducativas de restrição de liberdade são inúmeros, todavia, alguns deles se destacam, como a escolarização, a profissionalização e o acesso e permanência do adolescente na rede escolar. Despertar o interesse pela retomada da escolarização e impulsionar o avanço nos anos de escolaridade, buscando o acesso à profissionalização, não é tarefa fácil. Aprofundar o olhar nessas questões é necessário visto que, ressignificar a ótica que os adolescentes têm da escolarização é o ponto inicial para as demais ações pedagógicas. Em 2017 realizamos um pequeno levantamento para servir de amostragem de quantos adolescentes chegam em uma unidade de semiliberdade no sistema socioeducativo do estado do Rio de Janeiro afastados dos bancos escolares, assim como com grande defasagem escolar. Diante de tais dados apresentamos o percurso que os profissionais da pedagogia realizam para buscar inserir esses jovens na rede regular de ensino e acompanhá-los em seu cotidiano escolar, buscou-se mostrar as dificuldades e facilitadores desta ação. Esse estudo se propôs pensar a atuação destes profissionais a partir de sua prática, em seu campo de atuação. Desvelar a dinâmica e os entraves dos processos de escolarização e de profissionalização e da relação do adolescente com estes possibilitará ações mais acertadas e que caminhem rumo à execução do que determinam os textos legais. No campo da socioeducação, muito se tem avançado em relação aos marcos legais, a recente resolução CNE/CEB nº 3, de 13 de maio de 2016, é um exemplo, esta legislação, assim como outros amparos legais, serve de alicerce para o fazer burocrático pedagógico, contudo, deve-se ceder maior espaço para o fazer pedagógico social. Assim, este estudo traz à tona os conceitos da Pedagogia Social, que tem como principal precursor Antônio Carlos Gomes da Costa, aponta de forma breve um recorte da atuação dos Pedagogos e sua relação com os adolescentes que se encontram em cumprimento de medida de semiliberdade. Buscamos apresentar o contexto em que as práticas do pedagogo que atua com a medida de semiliberdade estão inseridas, elencar os dificultadores das ações e buscar diretrizes – não somente legais, mas também de apoio teórico – nos escritos que trazem conhecimentos da Pedagogia Social.

Palavras-chave: socioeducação; escolarização; atuação pedagógica; semiliberdade.

**ESCOLARIZAÇÃO, PROFISSIONALIZAÇÃO E TRAJETÓRIAS DE DESENVOLVIMENTO DE ADOLESCENTES:
A VISÃO DOS PROFISSIONAIS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO**

Raíssa Costa Faria de Farias Seabra
Grupo de Atenção e Intervenção com Adolescentes - GAIA, Universidade de Brasília– UnB
raissa_seabra@hotmail.com

Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira
Grupo de Atenção e Intervenção com Adolescentes - GAIA, Universidade de Brasília – UnB
mcsloliveira@gmail.com

A implementação de medidas socioeducativas em meio aberto é uma responsabilidade compartilhada de vários setores, sendo acompanhada por uma equipe de especialistas de referência (psicólogos, pedagogos e assistentes sociais). No fluxo do atendimento, o técnico responsável pelo adolescente deve elaborar junto a ele o Plano Individual de Atendimento – PIA, instrumento de planejamento de cumprimento de medida que irá inserir o adolescente nas ofertas da rede socioassistencial e de outras políticas setoriais, dentre elas a escolarização. Os objetivos relativos à escolarização têm um papel central no processo de promoção da emancipação, responsabilidade, educação e desenvolvimento juvenil visados pela socioeducação. No entanto, fortalecer o vínculo entre os adolescentes e o contexto escolar é uma tarefa frequentemente dificultada por diversos fatores. A pesquisa teve como objetivo investigar as concepções de especialistas sobre o papel das escolas em medidas socioeducativas em meio aberto. As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com quatro técnicas e analisadas com base em um sistema de categorização emergente das próprias informações. As participantes reconheceram o valor da escola como um espaço de produção de mudanças positivas nas trajetórias de vida dos adolescentes, especialmente em relação à profissionalização, tema central em suas vidas. Ao mesmo tempo, nota-se dificuldade das escolas na promoção de uma socialização saudável e aprendizagens científicas significativas, que são essenciais para o exercício da cidadania e a participação social dos egressos. Além disso, a desvinculação entre a escolarização e a profissionalização foi citada como fator que impele aos adolescentes não verem sentido na ida a escola. Outros fatores que podem contribuir para a evasão foram apresentados como: a dificuldade de apreensão dos conteúdos, a falta de vínculo e compreensão e o eventual preconceito dos professores em relação aos alunos – tais dados corroboram com os resultados encontrados na primeira pesquisa realizada com orientadores educacionais. Foi relatado ainda pelas técnicas que a falta de pessoal e a confusão de papéis desempenhados por elas são aspectos que dificultam o atendimento dos adolescentes e comprometem o acompanhamento escolar sendo necessário refletir sobre a importância da intersectorialidade preconizada pelo SINASE. Não obstante, a falta de visão compartilhada da escola em relação à responsabilidade com o aluno em cumprimento de medida socioeducativa se constitui como desafio na interlocução entre unidade de atendimento e comunidade escolar contribuindo na descontinuidade da trajetória acadêmica dos adolescentes. Esse fato pode significar posicionamento pouco crítico ou desconhecimento em relação aos objetivos da medida socioeducativa por parte da escola, faltando como apresentado pelas técnicas, maior suporte e esclarecimento bem como o direcionamento à sensibilização necessária em relação à condição dos adolescentes.

Palavras-chave: adolescência; atendimento socioeducativo em meio aberto; escolarização; profissionalização.

**ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS:
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA DISCUSSÃO DA POLÍTICA DE SOCIOEDUCAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL**

Thaís Caroline Sena de Oliveira

Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal

thais.caroline1@gmail.com

A ação pública ou política pública guarda estreita relação com as teorias sobre o Estado, sendo àquela a maneira pelo qual o agente estatal faz “política” ou se relaciona com a sociedade em uma ação que guarda princípios de regulação e de legitimação com e sobre esta. A análise de política pública enquanto disciplina teórica esteve vinculada por muito tempo à Ciência Política, mas aos poucos alcançou domínio em outras matérias como as Ciências Sociais, a Economia, a Estatística, o Serviço Social dentre outras. A Socioeducação, enquanto política pública direcionada a adolescentes sentenciados ao cumprimento de medidas socioeducativas – previstas no art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.112/90) – aplicadas em face do cometimento (ou a probabilidade do cometimento) de ato infracional, se insere no rol do objeto de análise desta disciplina, não podendo se furtar em ser discutidos parâmetros e indicadores para se avaliar a intervenção estatal. O debate que se pretende conduzir é elucidar algumas considerações e ponderações para esta interlocução entre análise de políticas sociais e Socioeducação com base na realidade do Distrito Federal. Isto porque o Distrito Federal, a partir do seu caráter especial de comungar competências dos estados e municípios, é responsável pela execução e gestão das medidas socioeducativas de prestação de serviços à comunidade (PSC), liberdade assistida (LA), semiliberdade e internação, e o faz sob a forma de um sistema socioeducativo a cargo, desde 2011, da Secretaria de Estado da Criança (atual Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude), mais especificamente da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo - SUBSIS. Consta que a execução dos serviços de internação provisória e medida cautelar, aplicadas antes que se proceda o sentenciamento do adolescente réu no processo de autoria infracional, também abrange a atuação da referida subsecretaria. O objetivo aqui proposto é a partir de uma proposta trazida por Boschetti (2011) identificar três aspectos relevantes e seus indicadores para o direcionamento do ato de analisar/avaliar uma política social, são eles: 1) configuração e abrangência dos direitos e benefícios; 2) configuração do financiamento e gasto; 3) gestão e controle social democrático. A intenção foi a construção de uma série histórica focada exclusivamente no período de governo em curso, ou seja, iniciado em 2015 até o ano atual, destacando que para os aspectos elencados acima com base na literatura, aquele que versa sobre os direitos assegurados, interessou para a consecução deste trabalho identificar o perfil dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas com vistas a verificar o acesso aos direitos desta população em redes de proteção social garantindo a interlocução do sistema socioeducativo com outras políticas públicas; no eixo que trata sobre o financiamento, buscou-se analisar os orçamentos previstos e executados para o sistema no período elencado; e, por fim, sobre os processos de gestão e controle social, foi realizada uma busca nas atas das assembleias ordinárias do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente – CDCA/DF a partir de 2015 com vistas a verificar de que forma tem-se dado a atenção a temática da socioeducação dentro do órgão já que conforme preconiza as regulamentações que regem a política de Socioeducação, compete ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente as funções deliberativas e de controle (democrático) do Sistema Socioeducativo.

Palavras-chave: análise de políticas sociais; avaliação de políticas sociais; socioeducação; indicadores.

SOLETRANDO

Rejane Viana Rocha
FUNDAC - CASE - CIA / Escola Municipal Yves de Roussan
janeuneb@hotmail.com

O projeto “S-o-l-e-t-r-a-n-d-o na Yves”, proposto no plano de ação da Escola Municipal Yves de Roussan, que funciona nas dependências da CASE - CIA, tem como objetivo estratégico “Elevar o desenvolvimento intelectual dos alunos” e como estratégia “Estabelecer uma cultura sistemática para o planejamento de ações educativas, criativas e inovadoras no contexto escolar” para ser desenvolvido com os anos iniciais e finais. Com a preocupação em analisar de forma mais detalhada as questões relacionadas à aprendizagem que tem sido tema de estudo de vários educadores e estudiosos, faz-se necessário investir em mais pesquisas nesse sentido, a fim de possibilitar a criação de atividades facilitadoras para a aprendizagem da língua escrita. Dessa forma, considerando nossas experiências e estudos adquiridos ao longo do exercício do magistério, é possível afirmar que a aprendizagem da linguagem escrita é um processo complexo. Isso se deve a várias razões, dentre as quais duas merecem destaque: escrita não é fonética (não escrevemos como falamos); a escrita é etimológica (são escritas conforme a sua origem). Sendo assim, a proposta de atividades que estimulem aos socioeducandos a escreverem conforme as normas ortográficas, objetivando refletir sobre as experiências didáticas que estão sendo oferecidas é fundamental, apresentando aos alunos atividades interventivas e inovadoras que estimulem a escrita correta das palavras, motivar os alunos através da competição saudável, ampliar o vocabulário dos alunos através do contato com novas palavras e o uso do dicionário, despertar o interesse em escrever de acordo com as normas ortográficas em vigência, implantar na escola atividades que além de intervir no processo de desenvolvimento da escrita, no sentido de corrigir a deficiência ortográfica, possam também estimular a competição saudável entre os alunos, implantar na escola atividades que além de intervir no processo de desenvolvimento da escrita, no sentido de corrigir a deficiência ortográfica, possam também estimular a competição saudável entre os alunos. Neste projeto, a interação é superar os problemas em relação à deficiência ortográfica na escola, em todos os anos. Para isso estamos propondo algumas atividades interventivas e inovadoras que estimulam os socioeducandos através da competição saudável.

Palavras-chave: alfabetização; socioeducação; leitura; escrita.

REFLEXÕES SOBRE A FAMÍLIA E A AUSÊNCIA PATERNA NA EXECUÇÃO DA MEDIDA DE INTERNAÇÃO

Sandra Maria Amorim da Rocha
Instituto Federal do Acre e Pós-Graduação da União Educacional do Norte – UNINORTE
sandra.rocha@ifac.edu.br

Gleiciane Cardoso Pessoa
CRESS Acre

Ane Caroline Cavalcante Almada
UNINORTE

Desde os primórdios, a família desempenha uma função de grande influência na vida de seus membros, sendo assim determina a postura destes frente aos obstáculos que poderá surgir em sua trajetória de vida. Dentro desse contexto, no interior do núcleo familiar, a figura paterna exerce um papel imprescindível na formação social e psicológica da criança. É importante frisar que no decorrer dos anos o conceito de família passou por um processo de mudança em seu arcabouço, estas alterações estão associadas com a conjuntura sócio-econômico-político do Brasil e do mundo. Diante desta justificativa, o presente estudo constitui-se numa tentativa de compreendermos a ausência paterna nas medidas socioeducativas de Rio Branco-Acre. Para isso utilizou-se a pesquisa qualitativa e como metodologia de busca de dados o estudo adentrou na pesquisa bibliográfica, entrevista e estudo de caso. Para caminhar nessa busca por reflexões adentrou-se na história da família, em seguida na evolução dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil e para compreensão da figura paterna na vida do socioeducando, ouviram-se relatos da genitora, de um adolescente e dos profissionais que atuam na Instituição. Identificou-se que, no decorrer da história humana a família exerce um papel preponderante na vida do sujeito, contudo na Idade Antiga e Média esse núcleo via os filhos apenas como complemento de mão de obra ou “pequenos adultos”, anulando suas opiniões e anseios. Na Idade Moderna e Contemporânea, a família passa a ter como função social o cuidado com os membros mais frágeis, surgem as garantias e direitos infante-juvenis. Há que se considerar ainda que o direito à convivência familiar e comunitária, historicamente construída precisa ser objeto das políticas públicas. Através dos relatos, viu-se que a ausência paterna influencia na vida psicossocial do socioeducando, pois o “vazio” produzido pelo distanciamento da figura paterna contribui para o cometimento do ato infracional. Mudar esse cenário requer, acima de tudo, quebras de paradigmas da cultura nortista, na qual o ser masculino ausenta-se do papel de pai e repassa para a mulher as responsabilidades de cuidar e educar os filhos. Avançar nesse aspecto significa ter como desafio ultrapassar a legislação que assegura o direito ao reconhecimento da paternidade e a herança. Por outro lado, é de suma importância criar programas e projetos que aproximem pais e filhos e isso pode ser estendido às medidas socioeducativas. A pesquisa aprofundou o desenrolar das legislações que amparam os direitos do público estudado, contudo, percebeu-se que há um abismo entre a “lei fria” e a vivência do dia a dia. Quanto às prerrogativas que o ECA e o SINASE apontam, é notável a negligência sofrida pelos adolescentes em situação infracional, parte desse desamparo é protagonizado pela família. Uma forma de mudar esse quadro pode ser realizada pelos profissionais que atuam na medida socioeducativa de internação, no sentido de trabalhar a aproximação entre familiares e adolescentes, principalmente da figura paterna, realizando ações que visem o fortalecimento de vínculos e a importância da família no processo socioeducativo.

Palavras-chave: ausência paterna; medida socioeducativa; prática infracional.

**SOCIOEDUCAÇÃO E CONSTRUÇÕES LITERÁRIAS:
PROTAGONISMO JUVENIL E FORTALECIMENTO DO TRABALHO SOCIOEDUCATIVO**

Tamara Aparecida Maciel
Centro de Atendimento em Semiliberdade de Caxias do Sul, FASE/RS
tamara-maciel@fase.rs.gov.br

Daniela Andrade da Anúnciação
Centro de Atendimento em Semiliberdade de Caxias do Sul, FASE/RS
daniela-anunciacao@fase.rs.gov.br

Alexandra de Campos Bittencourt
Centro de Atendimento em Semiliberdade de Caxias do Sul, FASE/RS
alexandra-bittencourt@fase.rs.gov.br

Neste painel busca-se relatar uma experiência de trabalho de construções literárias desenvolvido em uma unidade de semiliberdade e alguns resultados obtidos. O trabalho é realizado de modo a estar integrado e contribuir para o alcance dos objetivos das medidas socioeducativas, em especial, os objetivos da medida socioeducativa de semiliberdade. Foi realizado por meio do projeto Construções Literárias, desenvolvido no Centro de Atendimento em Semiliberdade de Caxias do Sul, unidade de Semiliberdade vinculada a Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (Fase-RS). O projeto possui os seguintes objetivos: incentivar os socioeducandos em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade para o contato com a leitura e escrita; despertar o interesse pela literatura; proporcionar momentos de protagonismo por meio de construções literárias dos socioeducandos. Para contribuir com o alcance dos objetivos, em 2015, foi realizada parceria com uma escritora que, por meio de um projeto próprio, promove encontros de adolescentes e jovens com escritores e jornalistas locais, com a finalidade de desenvolverem construções literárias. As ações foram desenvolvidas entre julho de 2015 a outubro de 2016 e 20 socioeducandos estiveram presentes nas diversas atividades realizadas nesse período. Os principais resultados do trabalho foram o desenvolvimento do texto *“Aventuras sem limites”*, produzido coletivamente, e a criação da música *“Minha História”*, a qual também foi construída de forma coletiva, em diversos encontros, onde se desenvolveu a letra, posteriormente a gravação da música e finalmente seu lançamento na 32ª feira do livro da cidade de Caxias do Sul-RS. Durante o desenvolvimento das atividades do projeto Construções Literárias, os socioeducandos tiveram contato com escritores, artistas plásticos, um rapper e um produtor musical. Tiveram acesso a diferentes espaços públicos da cidade e conheceram um pequeno estúdio de gravação musical. Vivenciaram encontros sobre cultura Hip Hop, arte no cotidiano, arte como forma de transformar o mundo, realizaram atividades de leitura, produção textual e musical, tiveram aulas de preparação vocal e ainda, momentos de reflexão sobre atitudes necessárias para transformar sonhos em realidade. Foram protagonistas em diversas situações, sendo o lançamento da música na feira do livro, onde se apresentaram, cantando para o público presente, um momento muito importante. As diversas ações realizadas, bem como os resultados obtidos, evidenciam o alcance dos objetivos do projeto e, sem dúvidas, contribuíram para o desenvolvimento do trabalho socioeducativo como um todo. O projeto Construções literárias é desenvolvido anualmente e também tem trazido a construção de diversos textos pelos socioeducandos, alguns destes são encaminhados para concursos literários, como o concurso da Mostra Literária da Rede da Criança e do Adolescente de Caxias do Sul, que ocorre anualmente e premia os melhores textos, das diversas modalidades literárias. Este ano, dois textos construídos por socioeducandos do Casemi, através do projeto serão premiados na Mostra, um como primeiro lugar e outro como terceiro lugar na modalidade de versos premiados.

Palavras-chave: socioeducação; semiliberdade; construções literárias; protagonismo juvenil.

**ASSISTÊNCIA SOCIAL E MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS:
UMA INTERFACE ENTRE O SUAS E O SISTEMA DE JUSTIÇA NO MARANHÃO**

Werllayne Amorim Pinheiro de Albuquerque
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDES/MA
aswerllayne@yahoo.com.br

José dos Santos Costa
2ª Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça – MA

Marcio Thadeu Silva Marques
Promotoria da Infância e Juventude-PGJ/MA

Rosicléia Costa
Defensoria Pública/MA

Elisangela Cardoso
FUNAC/MA

A Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social – SEDES, em parceria com a Escola de Governo do Maranhão -EGMA e a Rede Maranhense de Justiça Juvenil – REMAJU, visando o fortalecimento do atendimento socioeducativo na Política de Assistência Social, por meio do aprimoramento técnico do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em meio Aberto, realizou 04 (quatro) eventos de capacitação em formato descentralizado, onde se realizou um Painel de debates com o tema: Assistência Social e Medidas Socioeducativas: uma interface entre o SUAS e o Sistema de Justiça. Tendo como convidados: MDS/SEDES, Tribunal de Justiça -MA, Ministério Público do Estado do MA, Secretaria Estadual de Segurança Pública- MA, Defensoria Pública- MA e Fundação da Criança e do Adolescente – FUNAC; e ofertou quatro oficinas com as seguintes temáticas: Marcos conceituais e legais da medida socioeducativa, A interface do SUAS com o SINASE, O serviço de MSE em meio aberto na Política de Assistência Social, Metodologia do trabalho e Práticas Restaurativas, como uma estratégia no atendimento. Os eventos de formação aconteceram na capital São Luís, no município de Codó e Imperatriz, totalizando 509 (quinhentos e nove) participantes, sendo Conselheiros Municipais de Direitos da Criança e Adolescentes-CMDCA e técnicos do Sistema Único de Assistência Social: Assistentes Sociais, Psicólogos e Advogados dos 117 (cento e dezessete) municípios com unidades de CREAS e oferta do serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, na perspectiva de nivelamento e aperfeiçoamento de conhecimentos específicos acerca da aplicação e acompanhamento das Medidas Socioeducativas, no intuito de fortalecer as ações de planejamento e criar estratégias de superação dos entraves identificados na realização do monitoramento estadual a esses municípios; contribuindo assim para a qualificação do atendimento socioeducativo em meio aberto em Liberdade Assistida (L.A) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e para o fortalecimento de sua relação com as demais políticas setoriais e com o Sistema de Justiça, na perspectiva da qualificação do processo de aplicação das Medidas Socioeducativas, no acompanhamento aos egressos através do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos- PAEFI e na redução da reincidência dos atos infracionais e na aplicação de medidas para o meio fechado.

Palavras-chave: SUAS; medidas socioeducativas; sistema de justiça.

A MÚSICA COMO FERRAMENTA DE PROBLEMATIZAÇÃO SOBRE O USO DE DROGAS NA ADOLESCÊNCIA E NA COMUNIDADE

Hévane Virgínia dos Santos
Escola Superior de Ciências da Saúde – DF
hevane.santos@gmail.com

Andressa de França Alves Ferrari
Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal
drefa.enf@gmail.com

Helen Tatiana dos Santos Lima
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
Centro Universitário Estácio de Brasília
helen.tatiana@gmail.com

A eficácia de propostas terapêuticas utilizadas na reabilitação psicossocial junto a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em regime de internação, mostra intrínseca relação com a capacidade de produção de significados em seu público alvo, por meio da identificação desses com a temática, a estratégia utilizada e o fomento de sentimentos de pertencimento dos mesmos não apenas com a ferramenta, como com os conteúdos abordados e os espaços utilizados para a realização das oficinas. Essas propostas devem transcender os espaços institucionais em saúde, promovendo um trabalho intersetorial que integre setores vitais à coesão social, como a educação, a segurança e os dispositivos do Estado para a proteção da infância e da adolescência. Nessa tentativa de ação integrada, a busca por ferramentas adequadas que possibilitem resultados satisfatórios no manejo do uso problemático de álcool e outras drogas junto aos adolescentes em unidades socioeducativas mostrou-se para um Centro de Reabilitação Psicossocial um grande desafio para a equipe envolvida. Após a implementação não exitosa de diversas ideias, como levante de temas com o grupo, uso de atividades manuais e escrita, os mediadores do grupo elencaram o uso da música com letras enraizadas em questões sociais como instrumento rico de estratégias terapêuticas. Tem sido realizados em uma unidade, assim, encontros periódicos de, aproximadamente, 40 minutos com grupos de 6 a 8 adolescentes do sexo masculino encaminhados pela própria equipe da internação socioeducativa. São utilizadas músicas de rap previamente escolhidas pelos adolescentes como ferramentas disparadoras de espaços de fala e problematização comportamental e social dosicineiros. Esses grupos são mediados por uma equipe multiprofissional do CAPS, de composição variável, que conta rotineiramente com enfermeiros, fisioterapeutas, assistentes sociais e terapeutas ocupacionais. O rap contextualizou-se, dessa maneira, enquanto uma expressão cultural sobre o uso abusivo e problemático de álcool e droga e seus impactos, a violência inerente às atividades do tráfico e a vulnerabilidade social na qual encontram-se inseridos, permitindo a expressão de subjetividades, sentimentos de pertencimento social, além dos fatores de risco para uso de drogas e envolvimento com o tráfico, a violência e potências de vida de cada um dos adolescentes participantes do grupo.

Palavras-chave: reabilitação psicossocial; socioeducação; álcool; drogas; saúde mental.

AS ADOLESCENTES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE E SUAS PERCEPÇÕES ACERCA DA SOCIOEDUCAÇÃO

Helen Tatiana dos Santos-Lima
Universidade Católica de Brasília
helenlima.psi@gmail.com

Katia Tarouquella Brasil
Universidade Católica de Brasília
ktarouquella@gmail.com

Os dados apresentados na última edição do Levantamento Anual do Sistema Socioeducativo apontam que, nos últimos anos, aumentou o número de adolescentes do sexo feminino envolvidas em atos infracionais. Esta é uma questão relevante, pois, dentre outras situações, demanda do sistema socioeducativo atenção especial às necessidades das adolescentes em função de sua condição de gênero, com vistas ao alcance dos objetivos preconizados pelo SINASE. Em face disto, esta pesquisa, que é parte de uma investigação de doutoramento da primeira autora, se constituiu com o objetivo de verificar os significados subjetivos das adolescentes acerca da socioeducação e dos impactos do atendimento recebido na unidade de internação sobre sua formação integral enquanto sujeito social. Para tanto, foi desenvolvido um grupo de discussão, usando a fotolingüagem como instrumento mediador. A fotolingüagem consiste no uso de fotografias como recursos indutores da fala acerca da temática planejada para cada encontro. Foram desenvolvidos oito encontros com 10 adolescentes do sexo feminino que cumprem medida socioeducativa em regime de internação em uma unidade de atendimento do DF. A análise dos dados aponta para a inabilidade do sistema socioeducativo em atender as demandas das internas em diferentes dimensões. Acerca dos processos escolarização, elas consideram que, apesar de estarem evoluindo no curso das séries, há importantes fragilidades no sistema de ensino (como greves e carência de recursos humanos e pedagógicos) as quais acabam por não lhes oferecer uma formação de boa qualidade. Acerca da formação profissionalizante, evidenciam angústias e insatisfações, uma vez que os cursos oferecidos pela instituição são propostas apresentadas já prontas sem que sejam considerados seus desejos e necessidades. No que toca às questões da feminilidade, relatam não haver um atendimento diferenciado em função de sua condição de gênero. Apenas recebem atendimento médico relacionado à saúde da mulher. Relacionamento entre as internas e visitas íntimas não são permitidas, apesar do SINASE prever este direito. As relações que algumas delas mantêm entre si devem ser veladas, pois as agentes não compreendem suas necessidades identitárias e/ou afetivas. Nesse sentido, acreditam que a experiência vivida dentro da instituição socioeducativa não é suficiente para cumprir a proposta de ressocialização almejada, pois não as instrumentalizam para uma inserção social que as distancie de práticas infracionais. Para elas, não há aprendizagens significativas ou vivências que lhes permitam o seu amadurecimento nas dimensões identitárias, social e profissional, de modo que se veem retornando ao mesmo modelo de vida e comportamental que lhes colocou na situação de privação de liberdade. Elas se percebem como pessoas a quem a sociedade prefere esquecer, cuja cidadania é negada e identidades são apagadas. Os dados nos permitem concluir que a invisibilidade feminina, tão denunciada por estudiosos da área, ainda permanece nos sistemas de cárcere. Tal realidade aponta para a necessidade de uma análise das práticas, valores e relações que se estabelecem dentro do sistema socioeducativo que atende as meninas em situação de privação de liberdade, com vistas ao planejamento e desenvolvimento de ações interventivas que sejam mais responsivas às necessidades das adolescentes e capazes de provocar o seu desenvolvimento integral.

Palavras-chave: socioeducação; feminino; sentidos subjetivos.

E DEPOIS, NO MUNDÃO?

Aline Daise Teixeira da Silva
FUNDAC - CASE - CIA - Escola Municipal Yves de Roussan
alineteixeira03@gmail.com

O Projeto: E depois, no mundão? Consiste na realização de oficinas que proporcionem, junto aos socioeducandos, reflexões acerca do mundo do trabalho, no que tange a postura, conhecimento básico das diferentes profissões, campo de atuação e principalmente as reflexões sobre a competência pessoal (aprender a ser), relacional (aprender a conviver) e a cognitiva (aprender a conhecer), para que os mesmos possam desenvolver a competência produtiva (aprender a fazer), o que além de sua inserção no mercado de trabalho contribuirá, também, para viver e conviver numa sociedade moderna, respeitando o que prevê o Estatuto da Criança e Adolescente assim como, no que se refere a instituição de educação fundamental, o que prevê o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) quando determina aos entes responsáveis pelo atendimento a este público (federal, estadual e municipal) a realização de ações que possam proporcionar ao educando sua formação de modo que possa ser um cidadão autônomo e solidário, capaz de se relacionar melhor consigo mesmo e com os outros e com tudo que integra as circunstâncias e, principalmente sem reincidir na prática de atos infracionais. Desta forma, foi organizado um espaço onde adolescentes, em cumprimento de medida socioeducativa, matriculados na Escola Municipal Yves de Roussan, que funciona nas dependências da CASE – CIA, possam, através de um grupo de convivência, criar ou fortalecer um projeto de vida e renovar as esperanças da realização de ações que não favorecem a realização de novos atos infracionais e principalmente facilitem a reflexão sobre o universo profissional pós medida. As intervenções junto aos socioeducandos ocorreram através de oficinas realizadas quinzenalmente com um total de no máximo 24 alunos, oficinas. Com utilização de recursos audiovisuais, visitas de pesquisa e material gráfico, os socioeducandos participaram de atividades que proporcionaram reflexões diversas acerca do seu futuro fora da Unidade de Atendimento Socioeducativo e práticas de ações que viabilizem o afastamento de cometimento de novos atos infracionais com duração de 110 minutos para cada oficina, no total de 10 encontros.

Palavras-chave: socioeducação; profissionalização; projeto de vida.

**A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NO CONTEXTO DA SOCIOEDUCAÇÃO:
UMA ETNOGRAFIA NA FASE/RS**

Karine de Almeida Müller
ESEFID/UFRGS
profkarinemuller@gmail.com

O presente trabalho é resultado de um projeto de pesquisa que tem por objetivo a investigação da cultura escolar, nas aulas de educação física, mais precisamente os aspectos simbólicos compartilhados por um público específico, adolescentes privados de liberdade, discentes de uma escola estadual localizada em uma unidade da FASE (Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Sul). Dessa forma, busco responder ao seguinte problema de pesquisa: Como são produzidos e compartilhados os aspectos simbólicos da cultura escolar, nas aulas de educação física, de adolescentes privados de liberdade, em uma escola localizada na FASE/RS? A pesquisa será de natureza qualitativa na qual realizarei uma etnografia. Utilizarei como instrumentos de coleta das informações os diários de campo, os diálogos, a entrevista semiestruturada e a análise de documentos. No Rio Grande do Sul, a Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE) é a instituição responsável por implantar e manter a execução de medidas socioeducativas, atendendo os adolescentes em conflito com a lei. São seis unidades em Porto Alegre, destas, uma para atendimento a meninas em conflito com a lei. No interior, e assim regionalizadas, existem mais sete unidades, nenhuma para atendimento de meninas, sendo a unidade CASEF (Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino) a única do Estado que atende estas meninas em conflito com a lei. A escola estadual, vinculada à Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, local onde ocorrerá a pesquisa, está localizada no interior de uma destas unidades. A pesquisa qualitativa, também através da etnografia, tem a capacidade de acompanhar todo o processo que se constrói e/ou se compartilha em determinado local específico, e não somente um emaranhado de números que representam quantitativamente aquele ambiente ou cultura específicos. Os dados recolhidos não são números, mas palavras, imagens, gestos, de forma a abordar aquele mundo a ser pesquisado de forma densa, minuciosa e descritiva. Os autores também nos colocam que a ênfase qualitativa no processo tem sido particularmente útil na investigação educacional, e esse será o método a ser utilizado no trabalho de campo, uma pesquisa qualitativa do tipo etnográfica. A tentativa de descrição da cultura ou de determinados aspectos dela designa-se por etnografia. O trabalho etnográfico deve se voltar para os valores, às concepções e os significados culturais dos atores pesquisados, tentando compreendê-los e descrevê-los e não os encaixar em concepções e valores do pesquisador. Esse tipo de pesquisa permite, pois, que se chegue bem perto da escola para tentar entender como operam no seu cotidiano os mecanismos de dominação e de resistência, de opressão e de contestação ao mesmo tempo em que são veiculados e reelaborados conhecimentos, atitudes, valores, modos de ver e de sentir a realidade e o mundo.

Palavras-chave: educação física escolar; socioeducação; fundação de atendimento socioeducativo do RS.

**RELATO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
E O DESAFIO DA SOCIOEDUCAÇÃO EM MEDIDA DE SEMILIBERDADE**

Kallynka de Souza Nazareno

Centro de Atendimento Socioeducativo, Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins

kallynka12@hotmail.com

Este trabalho trata-se de relato de experiência profissional em medida socioeducativa de semiliberdade. Comparativo de dois casos de adolescentes que tiveram o mesmo atendimento psicológico, porém, com resultados diferenciados. Sensibilização dos familiares para com seus adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade, onde o adolescente possa desenvolver uma proposta pedagógica que sensibilize a si e a seus familiares diante de suas problemáticas, de modo que os incentivem a buscarem por mudanças após cometimento do ato infracional e estabeleça metas para seu projeto de vida.

Palavras-chave: adolescência; família; medidas socioeducativas de semiliberdade; direitos humanos.

A REALIDADE DA EDUCAÇÃO NO CENTRO SOCIOEDUCATIVO SANTA JULIANA

Sandra Maria Amorim da Rocha
Instituto Federal do Acre e União Educacional do Norte – UNINORTE
sandra.rocha@ifac.edu.br

Maria Marclice Costa Cameli
Secretaria de Habitação do Acre – SEHAB
marclice.cameli24@gmail.com

O presente estudo se constituiu em uma tentativa de compreender como se dá a educação dos adolescentes em situação infracional no Centro Socioeducativo Santa Juliana em Rio Branco - Acre. A relevância da temática se fundamenta no direito à educação e no objeto de intervenção profissional do assistente social que são as configurações das questões sociais. Importa ressaltar que a socioeducação é vista como uma política pública que tem por objetivo construir, junto dos adolescentes, novos conceitos de vida, buscando novas formas de sociabilidade e a educação pode ser considerado um dos meios para que essa mudança ocorra. Os dados coletados tiveram enfoque da pesquisa qualitativa. Quanto aos métodos de procedimento utilizou-se o método monográfico e os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram o levantamento de referenciais bibliográficos e entrevista dos adolescentes, gestores e educadores. Durante a pesquisa realizada algumas situações foram evidenciadas. Primeiramente tem-se o distanciamento entre as legislações que garantem os direitos da criança e do adolescente e o atendimento dos adolescentes em situação infracional. Percebe-se ainda, que a natureza punitiva do Código de menores sobrepõe-se as garantias do Estatuto da Criança e do adolescente, SINASE e a Lei de Diretrizes e Base da Educação-LDB. Verificou-se também a ineficiência da Política de Educação nas unidades de atendimento, nesses espaços a equipe é mínima e há poucos espaços de qualificação específica, a estrutura física inadequada e o atendimento precarizado. Enquanto o Sinase estabelece parâmetros de atendimento, com ênfase nas ações dentre outras a Educação. E ainda garante o acesso a todos os níveis de educação formal aos adolescentes inseridos no atendimento socioeducativo de acordo com a sua necessidade. Sendo assim, o desafio para o melhoramento desse atendimento passa por várias iniciativas. Tendo como orientação o SINASE, a principal mudança que deve ocorrer nas unidades socioeducativas está ligada ao olhar que se destina ao adolescente autor de ato infracional, pois, ao compreender que ele é sujeito de direitos quebra-se a natureza punitiva e se estabelece uma relação cidadã e a educação, portanto, passa a ter seu papel na ressignificação da vida desse público. Nessa conjuntura a família exerce um papel primordial na escolarização do adolescente, quando sua omissão ocorre o desenvolvimento cognitivo do educando é afetado. Essa família precisa ser trabalhada para se fazer presente na vida dos adolescentes e principalmente no acompanhamento e incentivo a escolarização. Para mudar essa realidade do direito à educação no Centro Socioeducativo Santa Juliana necessita-se de maiores investimentos financeiros, aumento de profissionais especializados na área, capacitação continuada e melhoria na estrutura física. Enfim, os desafios da educação dos adolescentes no Centro Socioeducativo Santa Juliana são muitos, porém não intransponíveis. Para serem efetivados devem ser encarados como uma contribuição para a formação de cidadãos que serão inseridos na sociedade.

Palavras-chave: educação; socioeducação; adolescentes; família.

SOCIOEDUCAÇÃO: ENTRE A SANÇÃO E A EDUCAÇÃO

Juliana Cavicchioli de Souza
UNESP – Rio Claro
juliana.cavicchioli@uol.com.br

Vanessa Petermann Bonatto
UNESP – Rio Claro
vanessapbonatto@hotmail.com

Debora Cristina Fonseca
UNESP – Rio Claro
deboracf@rc.unesp.br

Este trabalho consiste em uma discussão teórica e propõe-se a refletir acerca da dicotomia entre o caráter coercitivo das medidas socioeducativas (sanções do Estado sobre o adolescente autor de ato infracional) e a dimensão protetiva integral, educativa e social (socioeducação) prevista no ECA (1990). O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, 2006) implementado através da Lei 12.594/2012 é definido como “um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução da medida socioeducativa” (SINASE, 2006, p.22) e propõe a superação da tradição assistencial-repressiva nos campos de atendimento ao adolescente autor de ato infracional, em consonância com a proposta do ECA (1990). No entanto, conforme discutido por Moreira, Guerra e Souza (2013) tem sido possível perceber que, apesar do avanço em relação ao previsto na legislação da integração entre a dimensão educativa da medida socioeducativa e as necessidades sociais do adolescente em conflito com a lei, a legislação determina uma intervenção de caráter duplo: sancionatória, de responsabilização deste jovem frente ao ato infracional cometido, e socioeducativa, reconhecendo a condição peculiar de desenvolvimento do jovem em conflito com a lei, devendo garantir a proteção integral deste. Nessa interface entre dimensões educativas, sociais e jurídicas das medidas socioeducativas, os estudos de Bombarda (2011); Ventura (2014); Menezes (2015) e Behr (2016), têm apontado que, apesar do avanço legal, no sentido de modificações nas sanções visando ultrapassar ideias e práticas punitivas, as orientações técnicas para a aplicação das medidas parecem insuficientes e ambíguas. Essa ambiguidade presente nos documentos norteadores dá margem para variadas interpretações da concepção de socioeducação, podendo resultar em percepções equivocadas e divergentes com relação à efetivação da lei e, contribuindo para interpretações diversas por parte dos profissionais e instituições responsáveis pelo acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e também por parte do próprio adolescente. Desta forma, a confusão conceitual pode gerar práticas contraditórias à proposta de atendimento contemplada no SINASE (2006), possibilitando, entre a reprodução de ideologias punitivas e/ou fundamentadas no assistencialismo. Com base nas reflexões propostas por este trabalho espera-se estabelecer um espaço dialógico, que promova reflexões sobre as práticas de atendimento socioeducativo, no sentido de contribuir para a formação dos atores envolvidos e interessados na problemática, promovendo também o intercâmbio entre pesquisadores de modo a estabelecer oportunidades para o desenvolvimento de futuros trabalhos conjuntos.

Palavras-chave: socioeducação; medidas socioeducativas; conflito com a lei.

**CURSO DE PRIMEIROS SOCORROS
EM CENTRO SOCIOEDUCATIVO FEMININO DE MG**

André Wlisses Mendes Siqueira
Secretaria de Estado de Segurança Pública de MG
csesj.dg@gmail.com

Este trabalho tem por objetivo trazer a proposta da unidade socioeducativa feminina do Estado de Minas Gerais para capacitar a equipe socioeducativa em atendimento pré-hospitalar (APH) destinado às vítimas de trauma, violência urbana, mal súbito e distúrbios psiquiátricos, visando estabilizar o paciente de forma eficaz, rápida e com equipe preparada para atuar em qualquer ambiente e remover o paciente para uma unidade hospitalar, sendo de grande relevância para o quadro clínico da vítima quando se recebe o atendimento adequado nos primeiros minutos após o ocorrido. O termo pré-hospitalar é usado quando a vítima recebe atendimentos antes de chegar até o hospital, o chamado primeiros socorros. A temática se justifica pelo fato de episódios que ocorrem no Centro Socioeducativo feminino, tais como: tentativa de auto-extermínio, automutilação, imobilização de fraturas ou socorro à paciente gestante. O APH realizado nos Centros Socioeducativos visa prestar os primeiros socorros à vítima até a chegada do socorro especializado, evitar causar lesões ou agravar as que já existem e ainda prevenir que a situação aumente o número de vítimas. A presença de um profissional que preste os primeiros atendimentos à vítima, seja ela de trauma ou de mal súbito, pode, além de salvá-la, evitar o agravamento das lesões provocadas, e ainda que outras situações mais graves aconteçam. A escolha desse tema para capacitação de servidores das unidades socioeducativas tem como justificativa a percepção da necessidade do agente de segurança socioeducativo estar preparado para atuar em situações críticas que necessitem o APH, visto que esse profissional está diretamente ligado às situações que necessitem de tais conhecimentos e habilidades. O curso está formatado em 6 módulos com duração de 2 horas cada: 1º Atendimento à vítima de parada cardiorrespiratória; 2º Atendimento à vítima de crise convulsiva; 3º Desobstrução de vias aéreas e enforcamento; 4º Atendimento à vítima com hemorragia aguda em decorrência do rompimento abrupto de um grande vaso sanguíneo ou automutilação; 5º Mobilização de fraturas e 6º Socorro à paciente gestante. O curso de capacitação em APH será realizado na modalidade presencial, com carga horária de 8 (oito) horas/aula, divididos em módulos, sendo obrigatória a participação do discente em todas as disciplinas. As turmas são organizadas de forma a conciliar o horário de trabalho com as atividades do curso, garantindo a participação dos servidores, propiciando a integração das equipes do Centro Socioeducativo, favorecendo a troca de experiências e ampliação do conhecimento. As aulas serão desenvolvidas através de atividades expositivas, práticas, exposição de casos, vídeos e debates. Para conclusão do curso e certificação, o discente deverá perfazer carga horária mínima de 90% (noventa) de frequência, conforme definido no artigo 45, II da Resolução 1241 de 18/11/2011 do Conselho Diretrizes de Educação Profissional do Sistema Socioeducativo.

Palavras-chave: formação socioeducativa; primeiros socorros; centro socioeducativo feminino; agente de segurança socioeducativo.

SOCIOEDUCAÇÃO: QUE CAMINHOS PARA INOVAR?

Maria Alba Guedes Machado Mello
Universidade do Estado da Bahia
mmello@uneb.br

Rita de Cássia Santana de Oliveira
Universidade do Estado da Bahia
rcsantana@uneb.br

Cristiani Castro do Lago
Secretaria Municipal de Educação do Salvador
cristianilago@educacaosalvador.net

Adolescentes e jovens em medida socioeducativa, ao tempo em que são pensados pelas novas concepções jurídicas da Doutrina da Proteção Integral, são também conformados pelas desigualdades sociais e, ao ingressarem na escola, colocam em xeque as pedagogias escolarizadas; retornam à escola, por força da determinação judicial, mas não veem o sentido da mesma para seu presente e seu futuro, mesmo porque já estavam afastados da escolarização antes do ingresso na socioeducação. As suas experiências de vida são invisíveis nos currículos das escolas do contexto da socioeducação, o que os leva a conflitar e questionar as regras e normas da escola pública inserida no contexto da socioeducação. Por isso, é preciso repensá-las. A reflexão sobre a educação nas escolas das Comunidades de Atendimento Socioeducativo (CASE) em Salvador e na Região Metropolitana do estado da Bahia, considerando os princípios da política pública - especialmente o documento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) -, toma como base o ponto de vista dos (as) educadores e educadoras, apontando para a construção de diretrizes pedagógicas referenciadas nestes sujeitos da educação. Destaca a importância do trabalho em rede pela educação em direitos humanos, desenvolvendo interlocuções entre os sistemas de ensino (municipal e estadual) que inclui Secretarias e Conselhos de Educação tendo em vista assegurar que a escola pública possa colaborar para a garantia de direitos dos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Apresenta os diferentes arranjos curriculares da modalidade educativa EJA – Educação de Jovens e Adultos praticados na rede pública estadual (Tempos Formativos Juvenis) e na rede municipal de Salvador (Tempos de Aprendizagem) que buscam adequar o funcionamento das escolas públicas à dinâmica das CASE. Por fim, coloca o debate de uma nova proposição do Conselho Estadual da Educação da Bahia cujas premissas tomam como referências o Tempo Humano, os saberes consolidados dos sujeitos da educação e suas trajetórias de convivência social, além das experiências de escolaridade.

Palavras-chave: juventude; desigualdades; socioeducação.

A ESCOLARIZAÇÃO E A APRENDIZAGEM PROFISSIONAL NA SOCIOEDUCAÇÃO

Alexandra de Campos Bittencourt
Centro de Atendimento em Semiliberdade de Caxias do Sul, FASE/RS
alexandra-bittencourt@fase.rs.gov.br

Daniela Andrade da Anúnciação
Centro de Atendimento em Semiliberdade de Caxias do Sul, FASE/RS
daniela-anunciacao@fase.rs.gov.br

Tamara Aparecida Maciel
Centro de Atendimento em Semiliberdade de Caxias do Sul, FASE/RS
tamara-maciel@fase.rs.gov.br

O painel apresentará estudo de caso e relato de experiência, trazendo uma síntese de levantamento de dados realizado a partir dos registros de atendimentos técnicos, referentes a escolarização e aprendizagem profissional de socioeducandos que passaram pelo Centro de Atendimento de Semiliberdade de Caxias do Sul, no período de junho de 2015 a junho de 2016. Apresentará reflexões sobre dificuldades retratadas nos dados, bem como relato de experiência que busca suprir tais dificuldades, através de proposta de garantias de oportunidades para socioeducandos. Tal síntese e reflexões são antecedidas por resgate histórico sobre o atendimento dispensado ao público infanto-juvenil no âmbito internacional e nacional, e suas principais normativas, no intuito de melhor compreensão sobre a configuração da Semiliberdade na atualidade e o direito a escolarização e profissionalização. A semiliberdade, assim como as demais medidas socioeducativas, são respostas formais do Estado, aplicáveis a adolescentes que cometem ato infracional, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e regulamentada através do Sinase. No ECA encontramos que na medida de semiliberdade são obrigatórias a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, serem utilizados os recursos existentes na comunidade. Todavia, essas obrigatoriedades encontram diversas barreiras para a sua concretização, diante dessas dificuldades de inserção cabe considerar e dialogar sobre a resolução aprovada recentemente, pelo Conselho Nacional de Educação: a Resolução nº 3/2016, que Define Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Nela são especificados diretrizes e procedimentos no que se refere a cooperação, colaboração e intersetorialidade; direito à matrícula; direito à permanência com qualidade social; direito a ação pedagógica-curricular adequada, educação profissional, entre outras. A partir desse trabalho protagonizado pelas equipes técnicas das medidas socioeducativas do município de Caxias do Sul os principais resultados até o momento foram: articulação e mobilização das equipes de medidas socioeducativas de meio aberto e fechado; reuniões ampliadas nas quais participam vários setores que possuem vinculações e responsabilidades nesse campo; criação de um grupo de trabalho para a construção de um diagnóstico sobre a situação da Aprendizagem Profissional no município, que subsidiará a elaboração e consolidação do Plano Municipal de Aprendizagem Profissional; realização de audiências públicas; realização do V Seminário de Aprendizagem Profissional que lançou o Fórum de Aprendizagem Profissional da Serra Gaúcha. Outras articulações estão sendo realizadas, uma delas é a articulação para que novos convênios e editais lançados ou firmados pelo COMDICA e pelo Conselho Municipal de Assistência Social observem o determinado no Decreto Presidencial nº 8.740/2016, que se refere a inclusão de jovens e adolescentes aprendizes deverá priorizar a situação de vulnerabilidade ou risco social. Além disso o presente trabalho permitiu a visualização de algumas problemáticas frente a escolarização, tais como: os atrasos no ano escolar, ocasionando a distorção ano e idade escolar e as dificuldades na reinserção dos socioeducandos na rede regular de ensino.

Palavras-chave: semiliberdade; escolarização; aprendizagem profissional.

CAMBIAMENTE: UMA EXPERIÊNCIA DO PROTAGONISMO JUVENIL NA APROPRIAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO

Caroline Soares Nogueira
Universidade de Brasília – UnB
caroline.soares.nogueira@gmail.com

O projeto vem se consolidando com a realização de laboratórios de projeção participativa e, principalmente, de empoderamento territorial, de cidadania ativa de educação cívica e de atuação local em escolas, principal local de encontro dos jovens. O intuito é desenvolver suas capacidades de observar os espaços públicos que frequentam cotidianamente com um olhar mais crítico e consciente do estado de fato e de como gostariam que fossem. A primeira edição do laboratório resultou na elaboração de uma metodologia de pedagogia urbana que culminou numa tese de master, cujo o título nomeia o projeto, em arquitetura sustentável na Politécnico de Turim (Itália) em 2016. Foram envolvidos pré-adolescentes de 12-13 anos de uma turma equivalente ao 8º ano do ensino fundamental de uma escola pública do bairro periférico Falchera da cidade de Turim que participavam de um programa governamental contra a dispersão escolástica. O aperfeiçoamento metodológico continua de agosto de 2017 a junho de 2018 através do desenvolvimento do trabalho final de graduação em arquitetura e urbanismo pela FAU-UnB intitulado *cambiaMente: o caso de Itapoã*. Este é um bairro periférico de Brasília aonde se realiza a segunda edição do laboratório direcionado a adolescentes de 14-16 anos de uma turma do Programa para Avanço das Aprendizagens Escolares da Secretaria de Educação do DF da escola pública de ensino fundamental Zilda Arns. O fio condutor do laboratório é a realização de encontros semanais, tanto dentro como fora escola, por meio de um pacto com a direção escolar e os professores. São momentos de atividades práticas através um percurso lúdico-didático com o intuito de fazer uma “ginástica mental” para suprir a falta de estímulos dos jovens de refletirem sobre a cidade e, principalmente, sobre aonde moram. Há uma atividade diferente para cada encontro cujos motores são a criatividade e a interdisciplinaridade entre geografia, história, português e artes. Isso auxilia os alunos a conectá-las e extrapolar da sala de aula além de favorecer a consolidação da aprendizagem. A maioria é desenvolvida em grupos e segue os princípios fundamentais para o crescimento juvenil: a cooperação, a colaboração e a diversão. Os resultados observados do laboratório no Brasil ainda são tímidos pela realização de apenas dois encontros até o presente momento. Porém, a experiência italiana indica a eficácia da metodologia desenvolvida. Lá, os mesmos foram bastante perceptíveis: um dos alunos denunciou a presença de degradação urbana de uma das áreas analisadas durante o laboratório em uma reunião do Conselho Comunitário das Crianças, o que resultou na elaboração de texto coletivo, sob os pontos de vista da turma quanto aos problemas e as possíveis soluções para o bairro aonde moram, entregue ao conselho. O laboratório se propõe a desenvolver a capacidade dos jovens de observar com seus próprios olhos, a fazer com suas próprias mãos e a atuar com suas próprias ideias a fim de fomentar a vida pública local através do empoderamento juvenil do espaço público. Esse processo será traduzido em um Guia da Vida Pública do bairro de Itapoã-DF sob o olhar dos jovens.

Palavras-chave: pedagogia urbana; jovens; periferia.

ESTUDO SOBRE ANSIEDADE E DEPRESSÃO EM JOVENS EM
CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA NO DISTRITO FEDERAL (DF)

Lucas Macedo Alves
Escola Superior de Ciências da Saúde - ESCS/DF
lucasmacedo3@gmail.com

Bianca Rocha de Aguiar
Escola Superior de Ciências da Saúde - ESCS/DF
brdeaguiar@gmail.com

Denise Leite Ocampos
Escola Superior de Ciências da Saúde - ESCS/DF
denise.sesdf@gmail.com

Introdução: A adolescência, de acordo com a OMS, é o período caracterizado entre 10 e 20 anos, e, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), entre o período de 12 e 18 anos. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) prevê a aplicação de medidas socioeducativas aos adolescentes que cometeram algum ato infracional. A Unidade de Internação de Saída Sistemática (UNISS) do Recantos das Emas - DF atende os adolescentes em cumprimento de medida de socioeducação de semiliberdade que estão em processo de finalização de sua medida socioeducativa de internação. Esses adolescentes mostram-se como uma população afetada por diversos fatores de risco, como família desestruturada ou com envolvimento com criminalidade, baixo nível educacional, maus tratos, condições socioeconômicas desfavoráveis, entre outros, que corroboram para o desenvolvimento de sofrimento psíquico relacionado a depressão e ansiedade. Objetivo: O presente trabalho pretende, prioritariamente, investigar a prevalência de sintomas e sinais relacionados à depressão e ansiedade na população que cumpre medida socioeducativa na UNISS. Metodologia: Para tal, foram aplicados a 25 socioeducandos um Questionário Livre e Estruturado (QLE), com intuito de traçar características pessoais e sociais dos internos, além de suas percepções de como aprimorar a Unidade; o Inventário de Ansiedade de Beck (BAI) e o Inventário de Depressão de Beck (BDI). Resultados: A média de idade foi de 17,76 anos; o período de internação oscilou entre 15 e 32 meses; e a maioria dos jovens referiu que este não é o seu primeiro cumprimento de medida socioeducativa. A avaliação dos dados obtidos mostrou prevalência média de ansiedade e depressão leves, tendo três adolescentes com sinais de ansiedade moderada e outros três com depressão moderada. Além disso, ao responderem sobre as perspectivas de futuro, três participantes deixaram de responder ou alegaram não ter qualquer expectativa quanto ao futuro. Entre as sugestões para melhorar a instituição, as mais frequentes diziam respeito a oferta de cursos profissionalizantes, atividades diurnas na Unidade e maior frequência e qualidade do serviço de atendimento à saúde. Conclusão: Poucos estudos foram realizados nessa área, e salienta-se a importância de investigar o estado de saúde mental de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, no intuito de prover melhor amparo e assistência. Propõe-se, portanto, a instituição de psicoterapia para socioeducandos, objetivando detectar sinais e sintomas de ansiedade e depressão e, assim, prover assistência integral à saúde do adolescente. Ademais, sugere-se a implantação de atividades pedagógicas extracurriculares, a oferta de práticas desportivas como estímulo ao bem-estar, além de melhor estrutura física da unidade, de modo a minimizar o estresse e o isolamento e contribuir para a queda nas taxas de adoecimento psíquico dessa população.

Palavras-chave: adolescente; saúde do adolescente institucionalizado; saúde integral do adolescente; ansiedade; depressão.

A RELAÇÃO ENTRE A ESCOLARIZAÇÃO E O ATO INFRACIONAL
DE ADOLESCENTES E JOVENS QUE CUMPREM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA
NOS CENTROS DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS) DE VITÓRIA-ES

Hieverson Edival Silva Caser
ADRA/ Prefeitura Municipal de Vitória – ES / SEMAS
letocaser@hotmail.com

Luciana Gatti Constantino
ADRA/ Prefeitura Municipal de Vitória – ES / SEMAS
lugatti35@hotmail.com

A presente pesquisa tem por objetivo apresentar o resultado da pesquisa relacionada aos socioeducandos em cumprimento de Medida Socioeducativa em Regime Aberto: Liberdade Assistida e Prestação de Serviço a Comunidade. Onde analisaremos dados socioeconômicos, escolares e familiares dos adolescentes atendidos pelos CREAS do Município de Vitória. Pretendemos, assim, verificar essa relação e entender melhor o processo de escolarização. Visando apontar essa correlação e qualificar a suposição. Diante do exposto observa-se a necessidade de esclarecer em que sentido há relação entre baixa escolarização e o ato infracional. Diante do exposto, observou-se a necessidade de investigar nesta pesquisa se há relação entre baixa escolarização e o ato infracional. Quais as concepções de adolescência e como a família interfere neste momento da vida. Dessa maneira, o presente trabalho está dividido em três partes. A primeira, “As medidas socioeducativas”, pontua a evolução histórica das medidas socioeducativas, bem como a preconização do Sinase impondo a obrigação da inclusão do adolescente em cumprimento de medida, na educação. A segunda, “Adolescência e convivência familiar”, explana sobre as concepções teóricas dessa fase, bem como os desafios que a família encontra para ser o espaço de proteção e cuidado. Por fim, a terceira parte “A Política da Educação como um Direito Humano”, analisa o papel da educação como um direito assegurado em legislação e imprescindível para que o adolescente em cumprimento da medida socioeducativa ressignifique seu ato. O instrumento utilizado foi um formulário, com questões abertas e fechadas, elaborado e aplicado pelos pesquisadores. Foram realizadas um total de 25 entrevistas com os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em três Unidades Creas localizadas na região da Grande Vitória. Essa amostragem corresponde a aproximadamente 10% do total de adolescentes atendidos mês de fevereiro/2017. Os participantes foram selecionados por conveniência de acordo com a disponibilidade e interesse do socioeducando. Insta relatar que os adolescentes participantes são das Medidas de LA e LA/PSC. Na análise de dados utilizamos a codificação e a tabulação transformando dados brutos em símbolos tabulados. E, posteriormente, apresentamos os dados tabulados em tabelas. Para fundamentar a análise qualitativa dos resultados obtidos, utilizamos como referencial teórico a legislação atual que organiza a medida socioeducativa em meio aberto, que é o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e os autores Paulo Freire, Saraiva, Aberastury e Costa. E ainda, para facilitar a compreensão e interpretação dos dados, complementamos nossa análise, com os depoimentos dos adolescentes entrevistados.

Palavras-chave: família; medida socioeducativa; educação; direitos humanos.

OFICINAS e MINICURSO

**OFICINA: HISTÓRIA DE VIDA
COMPARTILHANDO HISTÓRIAS, MUDANDO TRAJETÓRIAS**

Juliana Eugênia Caixeta
Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília – UnB
eugenia45@hotmail.com

Falar de si-mesmo/a é um ato de interpretação que implica em tomada de decisões: o que vou falar, para quem e como. Essas decisões ocorrem tanto em nível linguístico quanto de conteúdo, perpassando o contexto social no qual a narração está ocorrendo e a relação de construção de significados entre narrador/a e ouvinte, ou seja, entre os/as interlocutores/as do diálogo. A atividade narrativa se configura, portanto, em uma atividade de resolução de problemas, onde o lembrar e interpretar é realizado tendo o outro-social como referência. Então, falar de si como profissional exige que a pessoa assuma um posicionamento específico de si perante o outro social com quem está interagindo naquele momento. Neste contexto, as narrativas autobiográficas são ricas estratégias de mediação para a formação profissional, por permitirem, ao mesmo tempo, a reflexão; a partilha e a construção de posicionamentos de si enquanto profissional. No contexto da formação de profissionais da socioeducação, nosso grupo de pesquisa em Educação e Psicologia vem investindo em espaços de formação nos quais a base para a intervenção são as narrativas autobiográficas, compreendidas como as histórias que a pessoa conta sobre si em determinado espaço e tempo o que, para eles/as, era pertinente no contexto, isto é, expressavam experiências vivenciadas. O curso Compartilhando Histórias e Mudando Trajetórias tem sido ofertado para profissionais que atuam na socioeducação desde 2016 no Distrito Federal. Nos encontros, os/as participantes são incentivados a narrarem suas histórias de vida por meio de diferentes linguagens: com a fala, com imagens, com escrita, ou ainda, provocados/as por diferentes atividades: narrar a história do próprio nome, dar um título para um livro que contasse sua vida profissional, para exemplificar. Ao final do processo formativo, há o desenvolvimento de um Banquete que celebra compromissos sociais desenvolvidos pelo grupo a partir da formação. Os resultados destas experiências formativas têm permitido compreender que as narrativas autobiográficas, quando utilizadas com a intencionalidade de reflexão e de partilha no contexto de formação profissional, é capaz de gerar empatia; proximidade entre diferentes pessoas e grupos sociais; desenvolvimento de parcerias para planejamento e implementação de projetos de intervenção e solidariedade, entendida como uma atuação feita em conjunto. As narrativas permitem espaço de reflexão de si e do outro num espaço de troca respeitoso e solidário, gerando possibilidades de mediação e formação de profissionais no contexto da socioeducação. Nesta oficina, de curta duração, inspirada no curso Compartilhando Histórias e Mudando Trajetórias, nosso objetivo é apresentar as narrativas como método de atuação tanto para a formação de profissionais no contexto da socioeducação como para a atuação deles/as com os/as adolescentes das diferentes medidas socioeducativas. Para tanto, na oficina, os/as participantes serão estimulados/as a contarem e ouvirem histórias de si e de sua atuação na socioeducação, num contexto de partilha, com vistas à construção individual e coletiva de novos compromissos sociais relativos à sua atuação profissional.

**OFICINA: METODOLOGIA DE TRABALHO COM ADOLESCENTES EM
CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS**

Márcia Hora Acioli
Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC. Projeto Vozes da Cidadania
marcia@inesc.org.br

Ravena do Carmo
Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC. Projeto Vozes da Cidadania

Webert da Cruz
Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC. Projeto Vozes da Cidadania

A apresentação consistiu em uma oficina em que os/as participantes vivenciaram uma proposta a partir da qual levantaram os princípios do trabalho pedagógico desenvolvido pelo projeto Onda na ação Vozes da Cidadania em Unidades de Internação do Distrito Federal. A partir da construção de um personagem coletivo, cada grupo de participantes recebeu temas a serem problematizados como: sexualidade, a vida sem direitos, raça / cor e gênero. O grupo identificou que o trabalho tem como base a arte-educação, educomunicação, educação popular e a empatia permeia todo o processo. A conclusão do grupo foi que o trabalho do/da educador/a diante meninos e meninas cumprindo uma medida socioeducativa é promover a fala, estimular reflexões, pensar sobre a sociedade e as desigualdades que promovem direitos de uns em detrimento dos direitos de muitos.

Palavras-chave: trabalho pedagógico; arte-educação; educomunicação; educação popular.

**OFICINA: TRAJETÓRIAS CRIATIVAS:
INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA ESCOLA E A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Rosália Procasko Lacerda
Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
rosalia.lacerda@ufrgs.br

Henry Daniel Lorencena Souza
Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
henry.daniel@ufrgs.br

A Iniciação Científica (IC), entendida como atividade estratégica para o desenvolvimento científico e tecnológico do país, há até pouco tempo, era realizada quase que exclusivamente a partir do ensino superior. Diversas iniciativas, no entanto, vêm estimulando atividades dessa natureza no ensino médio e, assim, algumas escolas têm implementado ações de IC não apenas para os jovens, mas, também, para as crianças a partir do ensino fundamental. As atividades de IC visam contribuir para o desenvolvimento de capacidades sociocognitivas dos estudantes e para aprendizagens de natureza científica. Nesse sentido, os benefícios evidenciam-se no desenvolvimento de formas mais elaboradas de pensamento e de capacidades para trabalhar individualmente ou em equipe. Por conta disso, os estudantes aprendem a formular questões e problemas de pesquisa, a realizar procedimentos para examinar seus próprios pontos de vista, e a revisar contradições em seus modelos explicativos. Simultaneamente, aprendem a respeitar o outro, a cumprir regras e a manter acordos livremente combinados. A atividade de Iniciação Científica, portanto, envolve a formulação de problemas, o levantamento de hipóteses de solução, a experimentação e o desenho de novos modelos explicativos para os problemas formulados pelo pesquisador. É preciso que, ao introduzirmos a IC nos currículos escolares, os estudantes da educação básica sejam desafiados a explicitar curiosidades em todas as áreas do conhecimento, a produzir indagações, a modelizar possíveis soluções aos problemas, a realizar testagens e reflexões que levem à construção de novas relações entre os elementos dos desafios levantados. A IC na escola de Educação Básica objetiva oferecer ao estudante um espaço no qual se sinta acolhido em suas tentativas de fazer ciência e de se reconhecer capaz de participar de um processo que não se limita às replicações, demonstrações e às redescobertas. Dessa forma, na escola, a IC tem início na interrogação original que o estudante mesmo se faz, e não com uma questão formulada por um terceiro, ainda que um cientista. A atividade proporciona, aos poucos, uma melhor compreensão do que consiste o fazer ciência e, para além do laboratório ou da sala de aula, a atividade de IC deverá permitir que o estudante compreenda as implicações políticas e sociais dos conhecimentos científicos produzidos pela humanidade, para si e para outros, ao longo da vida. O professor, nesse contexto pedagógico, é o orientador da pesquisa do aluno, cabendo-lhe a função de mediar, acompanhar e tomar parte no processo investigativo do estudante, com o objetivo de conhecer seu ponto de vista como autor, bem como de apoiá-lo durante as aprendizagens decorrentes.

Palavras-chave: iniciação científica; educação básica; curiosidade; aprendizagem.

OFICINA: DISPOSITIVOS DIALÓGICOS PARA INTERVENÇÃO NA SOCIOEDUCAÇÃO

Aline Esashika
Universidade de Brasília – UnB
esashikapsi@gmail.com

Anny Caroline Gomes Nolasco
Universidade de Brasília – UnB
annynolasco@gmail.com

Gleicimar Gonçalves Cunha
Universidade de Brasília – UnB
gleicipsi@gmail.com

Kélita Rejane Cunha
Universidade de Brasília – UnB
kelita@unb.br

Maria Cláudia S. Lopes de Oliveira
Universidade de Brasília – UnB
mcslloliveira@gmail.com

Theresa Raquel Borges de Miranda
Universidade de Brasília – UnB
theresa.borges@gmail.com

Vanessa Rosa Bastos
Universidade de Brasília – UnB
vrosabastos@gmail.com

O atendimento socioeducativo a adolescentes autores de ato infracional, como uma política pública capaz de redirecionar as trajetórias de desenvolvimento e promover a responsabilização e a autonomia juvenil, compreende um desafio, para o qual muitas ações vêm sendo pesquisadas e propostas. Nesta oficina, pretendemos apresentar e discutir algumas ferramentas que têm se mostrado férteis e profícuas para o atendimento desse público, conforme exemplifica sua aplicação em práticas de pesquisa e de formação. Serão apresentados quatro dispositivos que dialogam experiências de estágio e de estudo, alinhados com o objetivo de refletir sobre socioeducação e contribuir para que se desenvolvam metodologias mais adequadas aos intentos emancipatórios da ação socioeducativa: (1) a leitura dialógica, que é um tipo de leitura compartilhada em que o mediador convida os participantes ao diálogo, através de perguntas feitas ao longo da narração das histórias; (2) o grupo operativo, adotado como dispositivo de intervenção junto a jovens em processo de desligamento de uma unidade de internação do DF; (3) trilha da vida, jogo desenvolvido como procedimento de construção de indicadores empíricos em uma pesquisa junto a adolescentes em final de medida de internação e (4) o genograma, utilizado como recurso terapêutico durante o atendimento a adolescentes em cumprimento de medida no Espírito Santo. A leitura dialógica pode promover a estimulação necessária para que se oportunize um espaço de troca em torno da história e das vivências de um indivíduo e ou do grupo, como também potencializar a possibilidade da construção de vínculos benéficos às ações socioeducativas por meio do seu poder de promoção de um espaço de reflexão, podendo colaborar com a ampliação das habilidades de expressão oral dos indivíduos envolvidos. O grupo operativo, por sua vez, foi proposto por Pichon Rivière como desdobramento da teoria do vínculo, e é aqui compreendido como um dispositivo cuja base teórico-metodológica conversa com a Psicologia Cultural, em particular em sua perspectiva dialógica. Sua utilização em um serviço de

grupos reflexivos com adolescentes de uma Unidade de Internação do DF tem confirmando o quanto o grupo pode ser adotado como dispositivo socioeducativo-dialógico. Os jogos, em particular a “Trilha da Vida”, são apresentados como uma alternativa para promover a interação dialógica entre socioeducadores e o jovem em cumprimento de medida. O uso da Trilha da Vida como técnica de entrevista tem demonstrado, pelo seu caráter lúdico, potencial na produção de narrativas reflexivas e na adaptabilidade aos diferentes contextos. O Genograma, utilizado como recurso nos atendimentos socioeducativos, possibilita a criação de um espaço dialógico e relacional propício à construção de narrativas familiares que direcionam o olhar do sujeito para si e para as suas relações familiares. Nesse sentido, aproxima o profissional do universo semiótico vivenciado pelo adolescente ao mesmo tempo em que abre espaços de transformação do próprio sujeito. Ao apresentar esses recursos pretendemos compartilhar estratégias favoráveis ao trabalho na socioeducação e promover um debate sobre a necessidade de refinarmos nossos modelos de atuação, a fim de colaborar com a qualificação e humanização do atendimento.

Palavras-chave: dispositivos dialógicos de intervenção; leitura dialógica; grupo operativo; jogos; genograma.

MINICURSO: A QUESTÃO RACIAL E O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Leonardo Rodrigues de Oliveira Ortegá
Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília - UnB
ensejo@gmail.com

Luana Euzébia
Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal
luanaeuzebia@hotmail.com

Pesquisas quantitativas sobre o perfil dos adolescentes do sistema socioeducativo demonstram que a maioria deste público é composta de pessoas negras. As pesquisas censitárias constataam que, ainda que a maioria da população seja composta por este segmento populacional, nos espaços como o sistema penal e socioeducativo seu percentual de representação é ainda maior, tendo o racismo estrutural e sistêmico como principal justificador deste processo. Apesar desta realidade, a temática etnicorracial é ainda muito pouco discutida no sistema socioeducativo e seus espaços de formação. Diante deste quadro, formulou-se o presente minicurso, cujo objetivo é apresentar os fundamentos básicos dos estudos etnicorraciais e aplicá-los à realidade do sistema socioeducativo, a fim de que o/a cursista compreenda de que forma as questões raciais incidem nos fenômenos da violência e das respostas estatais e sociais a estes fenômenos. Além disso, serão discutidas as estratégias para se trabalhar a temática racial com adolescentes no sistema socioeducativo, a partir da experiência de ambos os facilitadores em trabalhos com a intersecção destes temas nas diversas medidas socioeducativas. Serão utilizados materiais bibliográficos acerca do tema, produções musicais e audiovisuais, além do debate com a turma como principais recursos didáticos a serem utilizados nesta atividade.